



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História



ARMANDO PINHEIRO NETO

**DE CURRAL DA FOME A CAMPO SANTO:
O CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DE RETIRANTES
NA SECA DE 1915 EM FORTALEZA.**

2014

ARMANDO PINHEIRO NETO

**DE CURRAL DA FOME A CAMPO SANTO: O CAMPO DE
CONCENTRAÇÃO DE RETIRANTES NA SECA DE 1915 EM
FORTALEZA.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História. Área de concentração: História Social.

**Orientador: Prof. Dr. Carlo Maurizio Romani
Coorientadora: Prof. Dr^a Marta de Almeida**

RIO DE JANEIRO

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

P654 Pinheiro Neto, Armando.

De curral da fome a campo santo: o campo de concentração de retirantes na seca de 1915 em Fortaleza / Armando Pinheiro Neto. - 2014.
f. : il. ; 30 cm.

Bibliografia: f. .

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

Orientador: Prof. Dr. Carlo Maurizio Romani; Prof. Dr^a Marta de Almeida

1. Campo de concentração. 2. Seca de 1915. 3. Fome
4. Fortaleza (CE). I. Romani, Carlo Maurizio. II. Almeida, Marta de
III. Título.

CDD 551.5773

ARMANDO PINHEIRO NETO

**DE CURRAL DA FOME A CAMPO SANTO: O CAMPO DE
CONCENTRAÇÃO DE RETIRANTES NA SECA DE 1915 EM
FORTALEZA.**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História, da
Escola de História da Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial
para obtenção do Título de Mestre em História.
Área de concentração: História Social.**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlo Maurizio Romani (Orientador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Profa. Dra. Marta de Almeida (coorientadora)
Museu de Astronomia (MAST)

Profa. Dra. Heloísa Bertol
Museu de Astronomia (MAST)

Prof. Dr. Almir Leal Oliveira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Aprovada em: ___/___/____.

Ao meu avô, Armando Pinheiro, nascido no exílio amazônico durante a seca de 1909, retornou ao Ceará na seca de 1920, tornou-se retirante na seca de 1932 e faleceu em Fortaleza na seca de 1992.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço à minha família, meus pais Antônio e Norma, à tia Meire e meu irmão André pelo apoio e pela torcida; à “banda” da família que ficou no Ceará (tios Júnior, Temóteo e Normania, e respectivas famílias) por terem sempre me acolhido de braços abertos quando lá estive fazendo pesquisas para este trabalho.

Aos meus orientadores Carlo Romani e Marta de Almeida, pela paciência e dedicação e por terem me ajudado a redescobrir a paixão pela pesquisa histórica.

Aos amigos Luíz Pelon e Ana Karine Martins, pelas contribuições, conversas, materiais e ideias compartilhadas.

À Flávia Esteves e Carlos Ferrari, pela amizade sincera e pela ajuda na explicação dos meandros da microbiologia.

Às minhas colegas do DDRAD/PROGRAD, Lúcia Marcello, Bianca Izumi, Perla Peres e Maria Cláudia pelo apoio durante minhas ausências no trabalho para o desenvolvimento deste mestrado.

Ao Prof. Alcides Guarino, uma das pessoas mais empolgadas com este trabalho, que leu, discutiu e acompanhou de perto, mesmo não sendo da área de humanas, todo o desenrolar da pesquisa e da escrita desta dissertação.

À Prof.^a Loreine Hermida, por tudo que fez por mim em 5 anos de Unirio e por ter sido uma das grandes responsáveis por eu ter abandonado a ideia de procurar outras carreiras profissionais e voltado a me dedicar à história.

Aos professores Heloísa Bertol e Almir Leal pelas valiosas críticas e sugestões durante a qualificação e, no caso de Almir, que ocorreram também durante todo o período de desenvolvimento do mestrado.

Aos amigos Sheila Leal, Monique Remígio, Gabriela Mitidieri, Leonardo Holanda, Monique Oliveira, Pedro Bretas, Daniel Fonsêca e Márcio Araújo, sempre presentes, apesar da distância geográfica em alguns casos, e que aguentaram a minha conversa quase monotemática sobre secas e confinamento.

À minha colega de mestrado Vanessa Melnixenco, que tornou-se especialista no “método marxista ortodoxo de leitura dinâmica” exercitado sempre no caminho entre a Urca e São Cristóvão nos dias de aulas no MAST. Aos demais colegas Vítor, Allofs, Gabriel, Joice, Milra, Carolina, Jaqueline, Marina, Ingrid, Laís, Débora, Mariana e Patrícia pela companhia nessa caminhada.

Ao professor Pedro Marinho que gentilmente me cedeu as notas biográficas sobre os engenheiros apresentados neste trabalho.

Aos funcionários da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, do Arquivo Público do Estado do Ceará e da Biblioteca do DNOCS, que mesmo trabalhando em condições insalubres foram extremamente prestativos. Sem seus esforços e abnegação não só este, mas diversos trabalhos sobre a História do Ceará não seriam possíveis.

Sobretudo, agradeço à Carina Vasques, minha companheira e cúmplice que me deu “a sorte de um amor tranquilo” e embarcou de cabeça comigo nesta empreitada e em várias outras, nos quase oito anos em que estamos juntos. Obrigado minha linda, sem você este trabalho não aconteceria nem a vida seria tão doce.

*Um breve mármore diz à sua memória;
Sobre nós todos cresce, atroz, a história.*

Jorge Luis Borges

R E S U M O

Este trabalho tem como finalidade analisar uma das estratégias historicamente constituídas para lidar com o grande número de sertanejos que acorriam à capital do estado do Ceará fugindo da seca que periodicamente arrasa o sertão nordestino. Em 1915, durante uma seca, milhares de pessoas fugiram do sertão para Fortaleza em busca de socorro e dispostas a migrar para outras regiões do país. O governo do estado, como forma de proteger a cidade de saques, prostituição, mendicância e de possíveis epidemias optou pelo confinamento de alguns milhares de pessoas num terreno na periferia de Fortaleza, cercado, vigiado, ao qual se deu o nome de Campo de Concentração do Alagadiço. Para melhor compreensão do tema, procuramos traçar um panorama da seca utilizando a literatura regionalista, a historiografia e a ciência. Dentre as principais questões analisadas estão a construção de uma ordem burguesa na cidade de Fortaleza, a seca e seus agravantes não-climáticos, a consolidação do campo de atuação da medicina, o racismo científico e as migrações.

Palavras Chaves: Seca, migração, campo de concentração, fome, varíola, racismo

ABSTRACT

The purpose of this work is to analyze one of the historically constituted strategies to cope with the large number of backwoodsmen who ran into the state capital of Ceará escaping of the drought that periodically devastates the northeastern hinterland. During a drought in 1915 thousands of people fled from the backwoods to Fortaleza looking for help and willing to migrate to other regions of the country. The state government, in order to protect the city from looting, prostitution, begging and possible epidemics opted for confinement of a few thousand people in a field on the outskirts of Fortaleza that was fenced and guarded and to which they gave the name of Concentration Camp of the Alagadiço. For a better comprehension of the topic, we try to give an overview of drought using the regionalist literature, historiography and science. Among the main issues that we analyzed in this work, there is the construction of a bourgeois order in the city of Fortaleza, the drought and their non-climatic aggravating, the consolidation medicine as a science, the scientific racism and the migration.

Lista de Ilustrações

Ilustração 1- Distribuição da produção na Província do Ceará nas duas primeiras décadas do século XIX	24
Ilustração 2- Retirantes na estação ferroviária da cidade de Iguatu, aguardando o trem para Fortaleza.....	33
Ilustração 3-Grupo de retirantes que acabaram de chegar a Fortaleza dispostos no interior da estação ferroviária João Felipe.....	34
Ilustração 4- Retirantes aguardando a distribuição de passagens de navio para o norte e o Sul do País.....	35
Ilustração 5- Embarque dos emigrantes no porto de Fortaleza.....	35
Ilustração 6- Recibo de contribuição feita à "solidarística" A Economística.....	51
Ilustração 7- Um aspecto da vasta zona flagelada.....	63
Ilustração 8- Os prisioneiros de guerra da Alemanha no campo de concentração de Zossen.....	76
Ilustração 9- Aspecto do 1º nível do Passeio Público, local de lazer para a elite fortalezense e que serviu de abrigo para os primeiros retirantes.....	78
Ilustração 10- Segundo nível do Passeio Público, local destinado ao lazer das classes mais baixas da capital e que também serviu de abrigo aos retirantes.....	78
Ilustração 11- Mapa de Fortaleza na década de 1940 com a região onde em 1915 ficava o Campo de Concentração em destaque.....	83
Ilustração 12 - Croqui do Campo de Concentração do Alagadiço.....	84
Ilustração 13 - Mapa esquemático de Fortaleza com a localização aproximada do Campo de Concentração do Alagadiço e outros equipamentos públicos.....	87
Ilustração 14- Planta de Fortaleza e Subúrbios, apresentada em 1875 por Adolfo Herbster.....	90

Ilustração 15- Mercado Público de Fortaleza, feito de ferro na França e inaugurado em 1895. Cartão Postal da primeira década do Século XX.....	91
Ilustração 16- Cartão postal de Fortaleza colorido a mão, provavelmente em 1910.....	91
Ilustração 17- Jardim 7 de setembro na Praça do Ferreira em 1912. Cartão postal colorido à mão.....	92
Ilustração 18- Cartão postal editado na França com a imagem da antiga Travessa Municipal, atual rua Guilherme Rocha em 1905.....	92
Ilustração 19- Engenho Central de caldo de cana, também conhecido como "Garapeira do Bem Bem", um dos tipos mais conhecidos da <i>Belle Époque</i> Fortalezense.....	93
Ilustração 20- Algumas das fotos do Passeio Público.....	94
Ilustração 21- Fotos da Estrada de Ferro de Baturité.....	95
Ilustração 22 - Rodolfo Teófilo vacinando pessoas carentes na periferia de Fortaleza no início do século XX.....	105
Ilustração 23 – Rodolfo Teófilo vacinando pessoas no seu vacinogênio com vitelo ao fundo para a extração da vacina.....	107

Lista de Gráficos

Gráfico 1- Índice Pluviométrico em Fortaleza período: 1874 - 1916.....	48
Gráfico 2- Índice Pluviométrico das três grandes secas no período: 1874 - 1916.....	49
Gráfico 3- Porcentagem de alguns produtos sobre o total das exportações brasileiras.....	54
Gráfico 4- Rebanho Bovino.....	58
Gráfico 5- Orçamento DNOCS 1909 - 1915.....	64
Gráfico 6- Finanças Públicas da União.....	65
...	
Gráfico 7- Total de óbitos registrados durante a existência do campo de concentração em Fortaleza 1915. 2º Semestre.....	114
Gráfico 8- Mortalidade em Fortaleza período 1908 - 1918.....	116
Gráfico 9- Total de óbitos em Fortaleza - 1916.....	117

:

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 - CAPÍTULO 1: O CEARÁ, ENTRE A SECA QUE VAI E A OUTRA QUE VEM.	
1.1 A SECA COMO PROBLEMA HUMANO.....	21
1.2 A SECA NA LITERATURA.....	27
1.3 A CIÊNCIA E A SECA.....	38
2 - CAPÍTULO 2: O CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DE 1915.	
1.1.A SECA DE 1915.....	48
1.2.O CURRAL DA FOME.....	74
1.3.UMA CARTOGRAFIA DO CAMPO DE CONCENTRAÇÃO.....	83
3 - CAPÍTULO 3: DA ORDEM FEZ-SE O CAOS.	
3.1 A CAPITAL HIGIÊNICA DA BELLE EPOQUE.....	89
3.2 VARÍOLA E VACINAÇÃO.....	103
3.3 O CAMPO SANTO.....	111
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
5 - FONTES E BIBLIOGRAFIA	
5.1 Documentos oficiais.....	126
5.2 Periódicos da época.....	126
5.3 Referências bibliográficas.....	127

INTRODUÇÃO

O Ceará é uma terra condenada mais pela tirania dos governos do que pela inclemência da natureza.

Rodolfo Teófilo.

"Açudes tem pior nível de abastecimento da história do Ceará" é a manchete do jornal *O Povo* no dia 20 de setembro de 2013. O periódico, um dos mais importantes do Estado do Ceará, revela que mais uma vez uma grave seca atingiu a região. Duas décadas antes, no período 1991-1993 outra seca ocorreu e a capital Fortaleza sofreu com um severo racionamento de água. Apesar deste racionamento, o abastecimento da capital quase entrou em colapso, sendo necessária a construção, às pressas, de um canal que levou água do açude Orós (então o maior do Estado) ao sistema que abastecia a região metropolitana da Capital.

Não por acaso, a este rio artificial construído em 90 dias e anunciado como "salvador" pelo então governador do Estado, atribuiu-se o nome de Canal do Trabalhador, uma alusão a uma política de socorro comum em períodos de estiagem que consiste em mobilizar frentes de trabalho para construir obras públicas em troca de ajuda financeira ou comida. A medida não sanou plenamente o problema, uma vez que o racionamento persistiu por mais um ano e porque, em virtude daquele reservatório encontrar-se também com nível muito baixo, a concentração de sais era muito alta, tornando a água salgada e imprópria para consumo humano. À preocupação de economizar água nos afazeres domésticos, somava-se a luta para conseguir água potável para beber e cozinhar.

Em 1932 meu avô fez-se retirante e saiu numa caminhada de aproximadamente 47 quilômetros que durou três dias de sua terra natal, Riacho do Sangue¹, até Senador Pompeu. Cresci ouvindo seus relatos sobre esta penosa jornada, e as cenas de indescritível terror que presenciou, as quais evitava comentar em detalhes. Com efeito, 60 anos depois o flagelo da seca se repetia e desta vez atingia também a nós, classe média urbana que habitávamos em Fortaleza, uma das maiores capitais do Brasil. Estávamos acostumados a presenciar o fenômeno e seus efeitos sob a forma de notícias de jornal, relatos de pessoas próximas, viagens ao sertão ou diretamente pelo aumento da mendicância nas ruas da cidade, mas imaginávamos estar imunes a este. E eis que de repente virávamos noites em claro em filas intermináveis para conseguir um pouco d'água para beber.

¹ Em 30 de dezembro de 1943, através do Decreto nº 1.114, passou a se denominar **Solonópole**, em homenagem a Manoel Solón Rodrigues Pinheiro, advogado, jornalista e professor nascido no município.

A seca é uma constante na história cearense e é impossível dissociá-la da imagem e do *ser* nordestino. Somos uma civilização *da seca* e *na seca*. *Da seca* porque nossa cultura, idiosincrasias e costumes foram moldados na convivência com este fenômeno. Desde nosso vocabulário, que inclui expressões como "está bonito para chover" ao avistar nuvens pesadas no céu, ao contrário de "o dia está feio" como normalmente dizem pessoas de outros estados brasileiros diante do mesmo cenário, ou o termo "seco" ao invés de "vazio" como antônimo de "cheio". *Na seca* porque mesmo depois de séculos de convivência com esta realidade, ainda sofremos seus efeitos devastadores. A cada estiagem as cenas de êxodo, mendicância, e saques se repetem.

Contraditoriamente, apesar da seca e dos fenômenos a ela associados estarem tão presentes na região e, como dito no início, não estarem circunscritos a um passado distante, nos últimos anos esta temática vem perdendo espaço na área das ciências humanas. É na área da engenharia, principalmente agrônômica, que a maior parte dos trabalhos acadêmicos se concentram, reduzindo um objeto de estudo extremamente complexo e com forte impacto social a um problema eminentemente técnico.

Se é verdade que o Ceará está sempre vivendo uma seca e esperando a outra, também não muda o roteiro de ações para tentar mitigar o problema. Estas geralmente se restringem ao campo do assistencialismo, à formação de frentes de serviço e a construção de açudes, sem muita preocupação com a distribuição da água já disponível em reservatórios construídos com dinheiro público em terras privadas. Os governadores da região se utilizam do flagelo de sua população para tentar liberar recursos extras junto ao governo federal, iniciar grandes obras e para criar vários órgãos governamentais cujas as ações se sobrepõem, sem muita eficácia, no que se convencionou chamar de "indústria da seca" (LANDIM, 1992, p.92). Só para se ter uma ideia, numa rápida pesquisa na *internet* descobre-se que apenas no plano Federal existem atualmente o já centenário Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Paranaíba (CODEVASF), o Instituto Nacional do Semiárido (INSA) e o Banco do Nordeste, para citarmos apenas as instituições com atuação restrita à região Nordeste e ligadas direta ou indiretamente à temática da seca. Muitos órgãos, poucos avanços.

É sobre este fenômeno, mais especificamente sobre uma das formas historicamente constituídas de enfrentar suas consequências, qual seja o confinamento e o controle dos chamados "retirantes" que a seca expulsou de seus locais de origem, que trata o presente trabalho. Antes de escrever sobre uma "história da seca", ou "história do Nordeste" é necessário historicizar a própria origem dos termos e dos conceitos a eles associados. De que

forma a conjugação entre um fenômeno climático e um espaço geográfico, que reúne diversas culturas e atividades econômicas, forjou uma pseudo uniformidade e um rótulo que atravessaram o século XX e chegaram ao XXI? Como "as províncias do norte", uma descrição vaga que abarcava toda a porção setentrional do país, do norte de Minas Gerais à região amazônica, foi sendo delimitada e constituída como região-problema até chegarmos à imagem de Nordeste que temos hoje?

Em seu livro "A Invenção do Nordeste e outras Artes", Albuquerque Junior (2011) explora justamente essa produção discursiva regional. O autor atribui o surgimento da expressão "Nordeste" à necessidade de identificar a parte do "Norte" que sofria com a ocorrência periódica das secas, um fenômeno climático caracterizado pela distribuição irregular das chuvas que provoca uma verdadeira catástrofe humana. Desde a segunda metade do século XIX, a estiagem e os problemas a ela associados já vinham merecendo atenção do Império e posteriormente da República. Mas é a partir de 1909, com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas, que há uma intervenção organizada do Governo Federal na região, mediada pela ciência. Para além das campanhas de arrecadação de donativos, ou a construção quase aleatória de reservatórios, era necessário estudar a fundo a região e realizar grandes obras de combate ao flagelo que àquela altura convertera-se em problema nacional.

A porção do território nacional correspondente ao Nordeste não se confunde totalmente com o chamado Polígono das Secas², nem o fenômeno se manifesta com igual intensidade em toda a região. Tampouco há que se falar de uma uniformidade étnica, cultural ou econômica que sirva como substrato para explicar a origem da região, nem este é o foco do presente trabalho. Aqui o nordeste, quando citado, serve apenas para localizar geograficamente o Estado do Ceará, e enxergá-lo dentro de um contexto político que de certa forma permeou todo o século XX e permanece até os dias de hoje.

Acerca especificamente do objeto de estudo deste trabalho, impõe-se a necessidade de alguns esclarecimentos. A expressão "Campo de Concentração" remete o senso comum automaticamente à barbárie nazista implementada na Europa por ocasião da segunda guerra mundial (1939 -1945). Ocorre que ela já fora largamente utilizada antes, inicialmente no fim do século XIX na África do Sul durante a guerra dos Bôeres, quando tropas inglesas implementaram Campos de Concentração para o confinamento de prisioneiros de guerra. Alguns anos depois, na Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918), em período que coincide com o ora estudado (1915) estes foram novamente adotados com o mesmo propósito de confinar prisioneiros, tropas e suprimentos no teatro de operações europeu.

² O chamado Polígono das secas foi instituído pela lei nº 175 de 1936. Posteriormente seus limites foram alterados pelo Decreto-Lei nº 9.857, de 1946 e abrange 1348 municípios dos estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais.

Portanto, a expressão "Campo de Concentração", semanticamente, referia-se a um local com ligeiras instalações, fora do ambiente urbano, onde eram segregadas pessoas que não cometeram crime nem passaram por julgamento, mas que por algum motivo não deveriam dispor de mobilidade, e que poderiam ou não serem submetidos a trabalho forçado. No caso cearense, esta estratégia de confinamento foi experimentada em 1915 em Fortaleza e ampliada em 1932 também para o interior do Estado com o mesmo propósito: segregar os chamados retirantes da seca. Estas pessoas miseráveis, submetidas a fome, doenças e extenuantes caminhadas, eram consideradas perigosas tanto do ponto de vista da ordem (promoviam saques) quanto da higiene pública (propagavam doenças) e da moral e dos bons costumes (se prostituíam). Além disso, a dispersão destes famintos em busca de comida acaba por levar a diversos lugares a miséria a que estavam submetidos, provocando a destruição por onde passavam. Cunniff, (1970 *Apud* DAVIS 2002), afirma que "os refugiados humanos também consumiram e destruíram as lavouras" das regiões próximas às serras que normalmente resistiam bem à estiagem, tornando-as "tão desesperadas por comida quanto as regiões da seca". A fome, portanto, não estava restrita ao sertão seco. Ela surgia a partir de condições pré-determinadas nesta região, mas podia migrar para outros locais junto com a população de *retirantes*. Em outras palavras, era fundamental para as elites urbanas e mesmo rurais acabar com a mobilidade do flagelo isolando os *flagelados*.

Não há números oficiais, mas as fontes e a bibliografia consultada permitem estimar algo em torno de nove mil confinados em 1915 em Fortaleza e cem mil nos seis Campos construídos na capital e no interior do Ceará em 1932. Era uma forma de conter a miséria confinando os miseráveis ou, como veremos no decorrer deste trabalho, enviando-os para bem longe - na região amazônica.

No primeiro capítulo, traçamos um panorama dos olhares sobre a seca e os problemas a ela associados construídos pela historiografia, a literatura e a ciência. Nos dois primeiros itens analisamos obras de autores que tratam especificamente sobre o estado do Ceará, a seca, a "retirada" do sertão para as cidades ou, no caso específico de Euclides da Cunha, que nos fornecem subsídios para entender assuntos que tangenciam o ora estudado, como o racismo³, o cientificismo ou a forma como o sertão e o sertanejo eram vistos no sul do país.

O segundo capítulo trata especificamente do objeto de estudo deste trabalho que é a seca de 1915 e o Campo de Concentração do Alagadiço. Analisamos a seca de 1915 em comparação às anteriores e estabelecemos as rupturas e permanências nas formas historicamente concebidas de se lidar com a estiagem e o drama humano que ela engendra. A partir do cruzamento de informações colhidas ao longo da pesquisa nos arquivos, hemerotecas e na

³ Neste trabalho a palavra "racismo" refere-se ao conjunto de teorias científicas em voga no final do século XIX e início do século XX que distinguiam os seres humanos em diferentes raças a partir de classificações étnicas, culturais e de aparência física.

bibliografia, foi possível elaborar mapas e um croqui que ajudam a localizar o Campo de Concentração e visualizar a precariedade de suas instalações. Em que pese a pouca disponibilidade de documentação, e o abandono que caracteriza os arquivos e bibliotecas públicos, reunimos considerável documentação oficial, como relatórios de higiene e estatísticas, além de obras raras escritas no século XIX e XX de autores que estudaram e testemunharam os acontecimentos aqui estudados.

No terceiro capítulo abordamos o orgulho dos habitantes de Fortaleza com sua capital bela, limpa e higiênica, o racismo científico e as teorias higienistas que dominavam os discursos médicos e políticos do período e orientavam a intervenção do poder público na cidade e nos corpos que a habitavam. Aqui utilizamos como fontes principais os periódicos de cunho científicos como a Revista Norte Médico, relatórios da Inspetoria de Higiene do Ceará e do Presidente do Estado. Infelizmente não foram encontrados jornais e revistas publicados no Ceará no período estudado e por esse motivo foram utilizados periódicos publicados na região sul do país.

**CAPÍTULO 1: O CEARÁ, ENTRE A SECA QUE VAI E A OUTRA QUE
VEM.**

1.1: A SECA COMO PROBLEMA HUMANO

Localizado, em sua maior parte, dentro da região conhecida como Polígono das secas, o território cearense teve neste fenômeno um dos grandes entraves para sua colonização. Até mesmo as tribos indígenas Tapuias⁴, primeiras ocupantes deste território, eram seminômades e mudavam de lugar sempre que a seca se estabelecia com mais força. (THEBÉRGE, 1875, Tomo I página 9).

Em 1605 ocorreu o primeiro registro oficial de uma grande seca, quando Pero Coelho, colonizador enviado pela Coroa Portuguesa para desbravar a capitania do então *Siará Grande*, viu-se obrigado a abandonar o fortim erguido na foz do rio *Siará* e migrou para o Rio Grande do Norte. No caminho, dois de seus filhos e alguns soldados acabaram sucumbindo à fome e à sede. (STUDART, 2001).

Em que pese esta constatação, historicamente desenvolveram-se na região relações socioeconômicas que pouco levaram em conta as peculiaridades da natureza. Para Frederico de Castro Neves, é importante ressaltar que a seca inicialmente foi percebida e tratada como um problema climático, geográfico, bem diferente do conceito de seca que surge a partir de 1877 e perdura até os dias de hoje⁵. Com a economia fortemente baseada na agricultura de subsistência e com pouca tecnologia empregada, qualquer irregularidade no período das chuvas transforma-se num transtorno humano gigantesco.

A ocupação efetiva do território cearense teve início no século XVII com a pecuária. A figura central desta empreitada, e da principal atividade econômica do estado foi o vaqueiro. Consistia este num trabalhador livre, que cuidava da criação do gado em troca de uma parte das reses que nasciam, geralmente na proporção de uma rês para o vaqueiro de cada quatro nascidas, e da concessão de uma pequena porção de terra onde ele cultivava uma roça de subsistência. Esta plantação não seguia o modelo agrícola da época, de grande propriedade cultivada por escravos e voltada para a exportação, nem tampouco se alinhava à estrutura capitalista de geração de excedente comercializável, mas teve como função prover uma certa "segurança alimentar" ao vaqueiro e sua família (NEVES, 2000, p.43).

Associadas à pecuária surgem no século XVIII as "charqueadas", pequenas oficinas onde a carne do gado era salgada e posta para secar ao sol, como forma de conservá-la por mais tempo a fim de que pudesse ser transportada e comercializada em praças mais distantes,

⁴ Segundo THEBÉRGE, médico francês que morou na cidade de Icó, os índios Tapuias chegaram ao território do Ceará e Rio Grande do Norte expulsos do litoral pelo colonizador branco. A própria aridez das terras da região constituiu-se como proteção contra o colonizador.

⁵ A partir de 1877 a seca deixa de ser apenas um fenômeno "climático" (palavra derivada do francês *climatérique*, relativo ao clima) e torna-se um problema humano e social, na medida em que desloca milhares de pessoas de seus locais de origem, arrasa a economia e provoca conflitos e mortes.

sem as conseqüentes perdas causadas pela viagem desgastante que o gado empreendia até chegar aos locais onde a carne seria consumida. Essas charqueadas trouxeram dinamismo à economia cearense, principalmente para a região da então vila de Santa Cruz do Aracati, cidade localizada às margens do Rio Jaguaribe e que detinha as condições ideais para a produção do charque, quais sejam, a oferta de sal, ventos, baixa umidade, e fácil acesso ao interior da capitania pelo rio Jaguaribe, cujo porto também servia para embarcar o charque para outros pontos da colônia e mesmo do Império Português.

Para Oliveira (2008), há uma carência de estudos mais aprofundados sobre a pecuária e, por este motivo, sobressaem-se generalizações que associam por um lado a combinação de um meio físico propício e a proibição da Coroa Portuguesa de instalação de currais no litoral, e por outro a lavoura canvieira e a região das minas como principal destino do charque produzido para explicar o desenvolvimento da pecuária de corte nos sertões, tratando esta sempre como uma cultura "subsidiária" do açúcar e da mineração, uma vez que estas duas últimas atividades econômicas eram voltadas para o mercado externo dentro da lógica do pacto colonial. Tais generalizações, ainda segundo (op. cit, 2008, p.18), têm por base principalmente as obras de Caio Prado Júnior e Capistrano de Abreu. Os mesmos autores concordam que foi a partir da grande seca de 1790-1794, que praticamente dizimou o rebanho cearense, o início da derrocada da produção de charque no Ceará, que passou também a sofrer a concorrência com o produto feito no Rio Grande do Sul.

Do ponto de vista social, o vaqueiro e sua família e o grande proprietário rural estavam ligados por "laços paternalistas de submissão, de lealdade e de proteção" que garantiam em caso de estiagem prolongada a sobrevivência daqueles com a ajuda destes. (NEVES, 2000). Com efeito, essa relação conseguia manter a subsistência de grande parte dos sertanejos sem causar maiores problemas, e sem colocar em cheque a estrutura econômica da região. Ao irromper uma nova seca, o grande proprietário assumia a responsabilidade de cuidar dos "seus" e através do assistencialismo conseguia manter a estrutura econômica e seu poder intactos.

Até o ano de 1850, era comum nos períodos de estiagem mais prolongada a transferência das reses para locais mais úmidos, próximos às serras, onde o gado poderia sobreviver sem maiores problemas. De acordo com Neves (op.cit.2000, p.78) a partir de 1850, surgiu a lei de terras e a mobilidade do gado fica prejudicada. A referida lei instituiu as chamadas "terras devolutas", ou seja, aquelas que não tivessem sido concedidas por sesmarias nem possuíssem qualquer título de posse legalmente reconhecido a partir de então passariam a pertencer ao Estado. Assim, um conjunto enorme de terras passa a ter um dono, o Estado, e um significativo valor econômico. Com efeito, o gado perdeu sua mobilidade e todos os que da pecuária dependiam ficam à mercê da escassez de água e de seus efeitos nefastos. Opinião

divergente neste aspecto tem Silva (1996), para quem a legislação acerca das terras devolutas somente foi regulamentada formalmente em 1918, enquanto as particulares permaneceram sem regulamentação até a publicação do Código Civil em 1916. (SILVA, 2008, pág. 276). Segundo esta mesma autora, esta demora levou a uma disputa de terra fratricida entre as famílias posseiras locais em diversas áreas do Nordeste, e no Ceará, principalmente no vale do Jaguaribe. De todo modo, ao concordarmos com a hipótese de Neves, em qualquer circunstância, seja pela estatização das terras, seja pela disputa violenta entre particulares, a circulação do gado passou a ser prejudicada o que deixou os rebanhos mais suscetíveis aos efeitos dramáticos das secas.

No século XIX o algodão, planta xerófila⁶ já cultivada pelos índios na região desponta, após a decadência da pecuária, como principal atividade econômica da província, deslocando o eixo econômico do Jaguaribe e de Aracati para as cidades mais próximas das serras e da capital. Por esses, dentre outros motivos, Fortaleza tornou-se o principal ponto de escoamento da produção algodoeira para o exterior, conforme pode-se perceber no mapa da página seguinte:

⁶ Expressão utilizada para designar organismos adaptados a viver em ambiente com pouquíssima umidade.

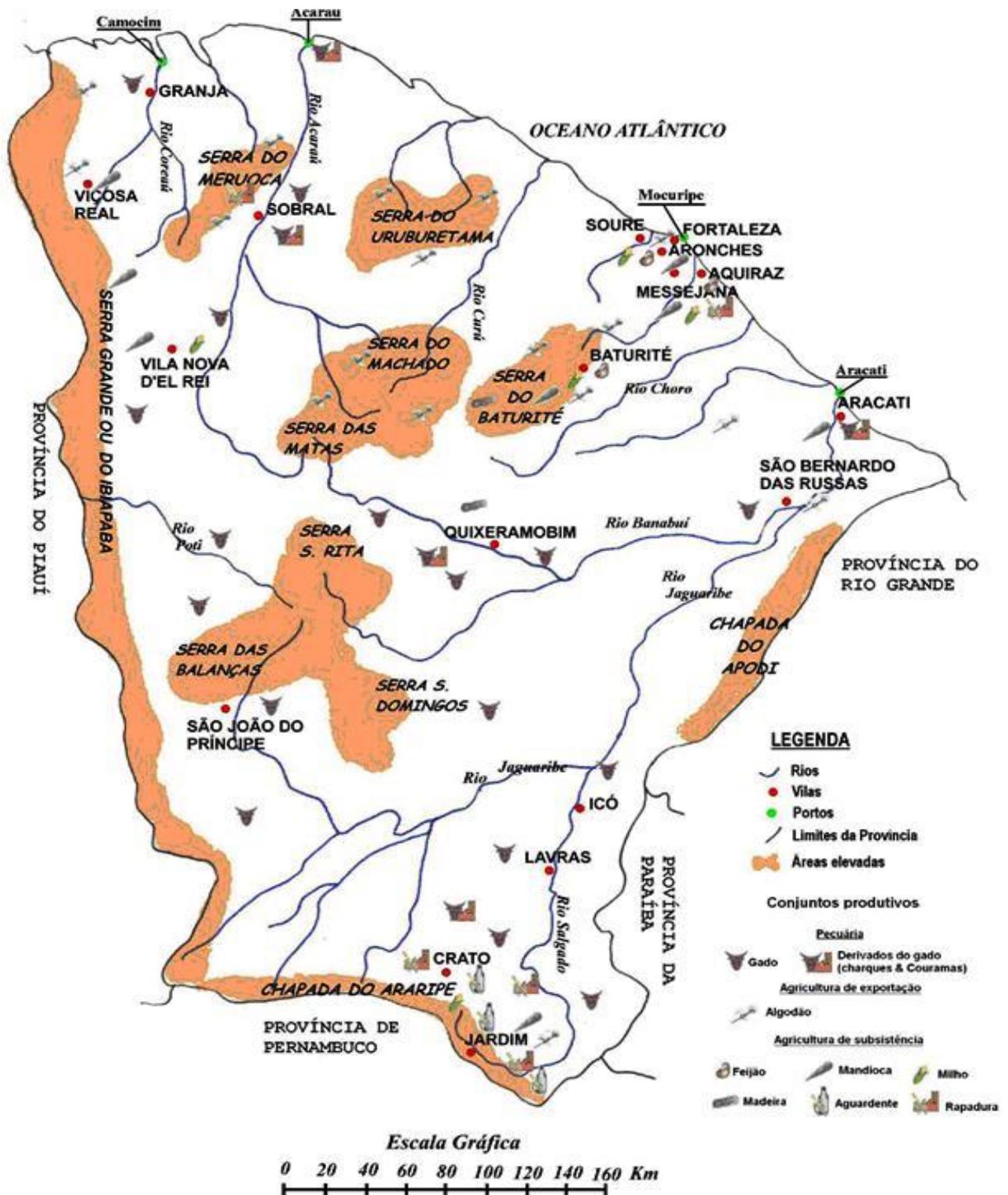


Ilustração 2: Distribuição da produção na Província do Ceará nas duas primeiras décadas do século XIX. Fonte: extraído de SANTOS, Maurício Caetano dos. *Cartografia e Geografia Histórica: um olhar sobre a economia e ocupação territorial da província do Ceará no período anterior à independência do Brasil*.

A partir de 1860, com a guerra de secessão norte-americana que arrasou a cotonicultura dos estados do sul dos EUA, o preço do algodão disparou no mercado internacional e provocou um grande aumento na área plantada no Ceará, avançando para as vilas de Sobral,

Baturité, Aracati, Russas e no sul no sopé da chapada do Araripe. Principal porto por onde se escoava a produção cotonicultora, foi justamente neste período que a cidade de Fortaleza consolidou-se como capital e começou a experimentar rápido desenvolvimento, que se refletiu no embelezamento e aformoseamento de suas ruas e logradouros, inspirados na capital francesa. (PONTE, 2000).

Se as oficinas de charque haviam dado a Aracati a liderança econômica da então província desde o século XVIII, a partir do século XIX o ciclo do algodão provocou uma mudança no eixo econômico do Ceará, tornando Fortaleza o principal centro econômico, político, financeiro e cultural da província.

Com o fim da guerra de secessão americana (1865), a política da reconstrução pós-guerra civil promove a retomada do cultivo em bases tecnologicamente mais avançadas nos estados do sul daquele país, e uma crise atinge os algodoads cearenses. A este cenário de ruína econômica, some-se o crescimento populacional provocado pelo ciclo do algodão, e um certo influxo na pecuária, causado em grande parte pela concorrência com o charque produzido na região sul do país, e temos um panorama econômico bastante desfavorável.

Em 1877 ocorre, então, a primeira grande seca fartamente documentada, que inaugura a imagem de tragédia que até os dias atuais é associada à região nordeste. A partir desse momento, a seca enquanto fenômeno climático ganha status de catástrofe humana. Quando os laços que ligam os trabalhadores e os grandes proprietários não dão conta de suportar uma população muito numerosa e faminta, surge a migração em massa como último recurso para a sobrevivência. Esses migrantes, chamados de "retirantes", invadem as cidades e causam desordem, saques e mendicância. Subvertem a ordem vigente e se constituem em uma grave ameaça às elites cidadinas. Seria necessária uma intervenção estatal para por termo ao problema.

Inicialmente, a estratégia do Estado foi providenciar acolhimento e esmolas para os que acorreram à capital, Fortaleza. Depois surgem as frentes de serviço, criadas para oferecer trabalho em troca de comida como forma de prevenir a "vadiagem". Apesar disso, em virtude do grande número de retirantes que chegam à cidade é impossível acolher a todos, e muitos ficam vagando pelas ruas da capital.

Vale ressaltar que Fortaleza, a cidade que se constituía como símbolo da modernidade e se "aformoseava", copiando padrões estéticos e de sociabilidade europeus, não poderia permitir "atos de desrespeito ao pudor" nem a existência de nada que pudesse manchar seu cotidiano de ordem e higiene. Surgiram nesse período diversas instituições com o intuito de isolar aqueles que ameaçavam esse padrão de ordem e higiene: o lazareto da Lagoa Funda para abrigar doentes e isolá-los do convívio citadino, o dispensário dos pobres, para acolher mendigos que vagavam pelas ruas e o Asilo de Alienados São Vicente de Paulo, para os loucos.

O saldo desta seca é trágico. A fome, somada a epidemias provocaram a morte de milhares de pessoas numa velocidade tal que não houve tempo hábil para providenciar os enterros e muitos corpos permanecem insepultos levando o pânico a urbe. Além disso, o espectro da revolta organizada ronda as elites, receosas de uma explosão de conflitos sociais. Estima-se que aproximadamente 100 mil retirantes estavam acampados na periferia da cidade, em barracas improvisadas por eles próprios, vivendo de esmolas e do dinheiro que as mulheres arrecadavam com a prostituição.

A seca de 1877 e as mazelas associadas a ela marcaram de forma indelével a memória dos habitantes de Fortaleza. A varíola, "companheira inseparável da seca, dizimou boa parte da população da cidade, tendo como ponto alto da epidemia o dia 4 de dezembro de 1877 "o dia dos mil mortos", quando 1004 pessoas morreram. Muitos destes corpos ficaram insepultos, sendo devorados por cães e urubus, criando um cenário tétrico de indescritível terror. (TEÓFILO, 1980, pág. 23).

O problema da seca mobilizou a presidência da então província, a corte no Rio de Janeiro e diversos profissionais, de advogados e jornalistas a engenheiros e médicos. Era preciso não apenas combater os efeitos da estiagem como também apresentar soluções para o problema que afligia as "províncias do norte". De acordo com Cândido (1985, p. 23), "das discussões dos homens ilustrados, concluiu-se que o melhor meio de salvar os indigentes da seca seria empregá-los em obras públicas, capazes de, ao mesmo tempo, amparar os famintos e promover os melhoramentos materiais".

O principal fórum de debates científicos sobre o assunto é a Escola Politécnica no Rio de Janeiro. Como veremos mais a frente, a engenharia nacional também lançou seu olhar sobre a problemática da seca, produzindo novas formas de interpretação do problema e de atuação na região semiárida, que resultaram, dentre outras ações, na criação do que viria a ser o principal órgão federal a atuar na região no combate às secas: a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS).

1.2 A SECA NA LITERATURA

Na produção literária brasileira, o regionalismo já se manifestava, pelo menos desde as décadas de cinquenta e sessenta do século XIX, quando o realismo paisagístico dá lugar, diríamos, a um "paisagismo histórico", em que a simples descrição do Brasil como um conjunto de paisagens atemporais dá lugar a uma visão genealógica das diversas áreas do país e de sua população, mais precisamente de suas "elites". Emerge o narrador oligárquico, provinciano, que se especializa em escrever a partir da história de suas províncias e das parentelas dominantes (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2000, p.)

A literatura regionalista surgiu no Brasil na segunda metade do século XIX quando, segundo Albuquerque Junior (2000, p.45), "o realismo paisagístico dá lugar, diríamos, a um 'paisagismo histórico'", preocupado em descrever fielmente a diversidade geográfica, cultural e econômica do país. Há uma tentativa de construir o Brasil a partir de relatos regionais, elegendo o caboclo sertanejo como o brasileiro típico, a "rocha viva de nossa nacionalidade" (ALBANO, 1917, p. 22)

É interessante perceber a produção discursiva sobre o flagelo da seca e o povo cearense tanto na imprensa e literatura quanto na política. Há uma nítida preocupação em mostrar o cearense como forte, heroico e trabalhador, vítima inocente de um fenômeno que periodicamente o aflige. Os momentos de fraqueza, em que se apelava à prostituição, saques e mendicância seriam fruto da "loucura" engendrada pela fome e demais privações. Por exemplo, para Rodolfo Teófilo (1922, p.31) "a natureza dotou o cearense de resistência orgânica assombrosa, para que pudesse enfrentar as secas".

Farmacêutico, escritor, jornalista, historiador e benemérito, Rodolfo Marcos Teófilo nasceu em Salvador na Bahia em 1853, filho de pais cearenses que se encontravam em viagem àquela cidade. Apesar de não ter nascido no estado do Ceará, dizia-se cearense por opção. Órfão precoce, trabalhou como caixeiro na adolescência e conseguiu formar-se em farmácia na Faculdade de Medicina da Bahia em 1875, retornando ao Ceará onde se estabeleceu neste mesmo ano. Escreveu diversas obras com temas variados como botânica e biologia, mas destacou-se principalmente pelos romances regionalistas e as obras historiográficas. Em seus livros, a temática da seca era constante, e inscrevia-se dentro da pretensão de "tornar-se uma 'autoridade' sobre as secas em território cearense" (VALE NETO, 2006, p.97). Participou do movimento abolicionista, da Padaria Espiritual, movimento literário de vanguarda ocorrido em Fortaleza em fins do século XIX, além de ser maçom. Inventou e fabricou uma bebida feita a partir do suco de caju a qual batizou de "cajuína", muito popular no nordeste até os dias atuais⁷.

⁷ Para mais informações sobre Rodolfo Teófilo ver VALE NETO, Isac Ferreira, *Batalhas da Memória, a escrita militante de Rodolfo Teófilo*; LIRA NETO, *O Poder e a Peste: a vida de Rodolfo Teófilo*; SILVA, Benedito, *Rodolfo Teófilo*.

Já o então deputado Idelfonso Albano, em discurso proferido na câmara dos deputados em 1917, afirmava que o Ceará era palco de "numerosas lutas titânicas e formidáveis entre a natureza e seus destemidos filhos" (ALBANO, 1917, pág 5). Seria esta terra uma "Esparta de antanho revivescida, terra de fortes, terra de heróis". (Idem, 1917, p. 30) Ambos os autores vão na direção do que afirmou Euclides da Cunha (1975, p. 51) em *Os Sertões*, para quem "o sertanejo é, antes de tudo, um forte".

Os primeiros romances a abordar a temática da seca, segundo Teoberto Landim (1992), foram *O sertanejo* de José de Alencar e *O Cabeleira* de Franklin Távora. Ambos foram lançados antes da grande seca de 1877 e, talvez por este motivo, limitavam-se a descrever a paisagem e os efeitos físicos do fenômeno climático, sem abordar suas consequências sociais:

A seca tem merecido a preocupação também dos romancistas brasileiros. Praticamente começou com José de Alencar, com *O sertanejo* (1875), e Franklin Távora, com *O Cabeleira* (1876), mesmo que estas manifestações literárias tenham abordado este assunto apenas no nível da descrição do fenômeno climático. Porém foi José do Patrocínio, com *Os Retirantes* (1879), quem a tematizou como fenômeno não só climático, mas sobretudo como um fato social, que tem marcado profundamente a sociedade nordestina. (LANDIM, 1992, p. 26.)

Com efeito, para Alencar e Távora, membros de uma elite urbana da capital, os problemas sociais e humanos engendrados pela seca não faziam parte de seu cotidiano, estavam restritos às populações sertanejas e por isso não apareciam em seus romances. Já o livro de Patrocínio, publicado no último ano da "seca-tipo", inaugura a literatura regionalista com foco na tragédia humana que se associa à seca, o que reforça a estiagem de 1877-1879 como uma espécie de marco na história do fenômeno. Nesta obra, seu autor não se limitou a elaborar uma descrição imagética do sertão seco, mas enxergou sua dimensão social como marca profunda da sociedade nordestina. (Op. Cit, 1992, p. 26).

Luzia Homem, clássico regionalista escrito por Domingos Olímpio e publicado 1903, segue a mesma tendência de apresentar o sertanejo como forte, mas vítima da degeneração provocada pela seca catastrófica. O romance tem início nas obras de construção de uma cadeia pública na cidade de Sobral, na região norte do Ceará. A construção era encampada por retirantes da seca de 1877, dentro da política de socorros que alistava trabalhadores para frentes de obras públicas em troca de comida que lhes garantisse o sustento, evitando que viessem a pedir esmola tida como "depressora" ou estimulante ao ócio e ao vício:

Acertara a Comissão de Socorros em substituir a esmola depressora pelo salário emulativo, pago em rações de farinha de mandioca, arroz, carne de charque, feijão e bacalhau, verdadeiras gulodices para infelizes criaturas, açoitadas pelo flagelo da seca, a calamidade estupenda e horrível que devastava o sertão combusto. (OLÍMPIO, 1989, p. 2)

O trabalho nestas frentes era compulsório a todos, homens, mulheres, crianças e velhos. A distribuição individual de comida estava diretamente ligada à prestação de serviços, e todos deveriam se apresentar ao trabalho:

Na construção da cadeia havia trabalho para todos. Os mais fracos, debilitados pela idade ou pelo sofrimento, carregavam areia e água; aqueles que não suportavam mais a fadiga de andar amoleciam cipós para amarradio de andaimes; outros menos escarvados amassavam cal; os moços ainda robustos, homens de rija têmpera, superiores às inclemências, sóbrios e valentes, reluziam de suor britando pedra, guindando material aos pedreiros, ou conduzindo às costas, de longe, das matas do sopé da serra, grossos madeiros enfeitados de palmas virentes[...] (Idem Ibidem, 1989, p.4)

Luzia, a personagem central do romance, apresenta-se como mulher que "encobria os músculos de aço sob as formas esbeltas e graciosas das morenas moças do sertão", capaz de desempenhar funções tidas por masculinas como carregar "uma parede de tijolos na cabeça", mas sem perder totalmente a feminilidade. A descrição do caráter ambíguo da aparência da personagem, serve para mostrar a um só tempo a dureza dos trabalhos impostos aos retirantes, como também o ambiente pernicioso e degenerado em que eles se encontravam, o que colocava a honra das "mulheres de família" em risco. Apesar de sua aparência masculinizada, Luzia despertava a atração nos homens do lugar, inclusive dos que deveriam zelar pela moral e os bons costumes:

Deixem estar que [Luzia] há de ser como as outras. Em boniteza, verdade, mete vocês todas num chinelo. Aquilo é mulher para dar e apanhar - disse chasqueando um soldado de linha, destacado no Curral do Açogue para manter a ordem, pois não raro rixavam e se engalinhavam mulheres, ou se esboroavam homens por fúteis pretextos: houvera mesmo sérios conflitos e lutas sangrentas, tão abatido estava, naquela pobre gente o senso moral. (Idem, 1989, p.4)

Havia, segundo o autor, um ambiente de pecado no ar, uma certa tendência à lascidão provocada pelo infortúnio a que todos estavam submetidos, fragilizados:

As moças da mesma idade, ainda não contaminadas pelo vírus pecaminoso, que empestava o ambiente, evitavam-na com maneiras tímidas, discreto acanhamento, como não fossem iguais na condição e infortúnio. Muitas se afastavam dela, da orgulhosa e seca Luzia-Homem com secreto terror, e lhe faziam a furto figas e cruzes. (Idem, 1989, p.6)

Apesar do ambiente "pernicioso", Luzia resistia e permanecia "honesta", concentrada no trabalho e sem demonstrar a fragilidade e dependência tão associadas às mulheres sertanejas. Essa aparente resistência acaba por despertar a paixão em Crapiúna, o soldado posto a zelar pela ordem no canteiro de obras, que passa a cortejá-la, sendo por ela desprezado:

[...] assanhara a secreta cupidez de Crapiúna, que não se conformava com os modos retraídos e a impassível frieza da mulher-homem, resistência passiva e calma, ante a qual se amesquinhava a sua fama e sentia arranhado o amor-próprio de vitorioso em fáceis

conquistas. Sempre que a encontrava, dirigia-lhe, com saudações reverentes, palavras de ternura e erotismos incontinentes, olhares e gestos de desejos mal sofreados. E, tão frequentes se tornaram esses meios de obsessão, que um dia a moça os rebateu secamente, com firmeza inelutável:

- Deixe-me sossegada. Não se meta com a minha vida. Eu não sou o que o senhor supõe. (Idem *Ibdem*, 1989, p.5)

Os trechos da página anterior ilustram a preocupação da sociedade da época com a degeneração dos costumes que a seca e a miséria a ela associada provocavam. Se por um lado a fome matava em grande número, a decadência dos costumes e a prostituição destruíam a honra e transformavam em párias as mulheres que caíam na sedução ou vendiam o corpo para sobreviver. Luzia era "mulher que parecia homem", mas era também vítima frágil das investidas do soldado, que deveria justamente zelar para manter a ordem e os bons costumes. Era a força e a pureza sertaneja, corrompida pela vida fora do sertão.

Também encontramos caso semelhante de "degeneração" dos costumes no livro *A Fome - Violação* de Rodolfo Teófilo (2011). Publicada inicialmente em 1890 a obra, impregnada de cientificismo e de linguagem realista, apresenta a família de Freitas, um rico fazendeiro do sertão cearense que perde tudo com a seca e é obrigada a emigrar para Fortaleza. Simeão Arruda, comissário de socorros públicos responsável pela distribuição de alimentos e a organização do abarracamento onde a eles se abrigam, tenta seduzir Carolina, filha de Freitas. Para tanto, utiliza-se também da posição destacada que tem e passa a dar privilégios a família de Carolina.

Simeão e Crapiúna representam na literatura os detentores do poder, desonestos e ímprobos, que se aproveitam da situação calamitosa para corromper suas vítimas. O sertão puro e ingênuo de Luzia e Carolina encontra o "mal" na cidade e na corrupção dos agentes públicos, no poder. Luzia é de origem humilde, trabalhava na lavoura desde criança para ajudar o pai e por isso desenvolveu músculos poderosos que lhe permitiam trabalhar como homem. Representa a imagem construída do sertanejo trabalhador, forte, destemido, que apesar das agruras não esmorece e vive para o trabalho. Já Carolina é de família rica, não trabalhou na roça e é educada, doce e gentil. É membro de uma elite sertaneja que diferencia-se da elite urbana da capital, do ponto de vista comportamental, pela ingenuidade e o recato. Ambas as personagens são representações do sertão puro e honesto versus a falta de caráter e escrúpulos do poder e da cidade. É esta imagem do sertão como repositório de virtudes, e da pureza de sentimentos que será alçada a símbolo da brasilidade.

Outro aspecto que chama a atenção em *A Fome* é o cientificismo que Teófilo (op. Cit. 20011) imprime à sua narrativa. Numa região onde o mágico e o sagrado guiam o cotidiano da população, ele desconstrói essas crenças, apresentando-as como exemplos de ignorância:

Não há praticamente em *A Fome*, de Rodolfo Teófilo, um aproveitamento das crenças populares como um meio de o sertanejo adivinhar as chuvas (com exceção do dia de S. José, 19 de março). Acreditamos que a influência do cientificismo predominante na época tenha fechado as portas para essa contribuição da cultura [...] (LANDIM, 1992, p.26-31)

Essa postura a que se refere Landim está expressa no trecho:

O dia fatal tinha chegado; era 19 de março! Para mais fortalecer a crença dos retirantes, foi de completo inverno. A chuva foi uma só, de manhã à noite; as nuvens carregadas de eletricidade escoavam-se no espaço sobre toda a província. (LANDIM, 1992, p. 26-31)

Há sim em *A Fome* uma nítida preocupação em relatar, com riqueza e crueza de detalhes, toda a tragédia humana associada ao flagelo da seca. Teófilo carrega a mão nas tintas e abusa na descrição de cenas dantescas, como canibalismo, abandono de crianças e toda sorte de acontecimentos cruéis provocados pela fome. Pessoas ainda vivas devoradas por urubus, crianças assassinadas e comidas por seus próprios pais, ou abandonadas à própria sorte, compõem um ambiente tétrico, grotesco, uma narrativa passional feita por um autor que presenciou a seca e tentou retratá-la da forma mais realista e dura possível. Havia em Rodolfo Teófilo uma preocupação em tornar-se um "intelectual das secas" Vale Neto (2006, p.72), perpetuando da forma mais fidedigna possível, a memória do que ele testemunhou na grande seca de 1877-1879.

Como o próprio Teófilo costumava enfatizar, parte de sua trajetória intelectual relacionava-se diretamente com a história das secas, enquanto fenômeno climático cujo impacto social "criou nele o escritor", fornecendo inclusive "modelos" para a produção de seus romances. De seus 28 livros, a grande maioria versa diretamente sobre as secas em solo cearense ou faz dela um cenário para o desenvolvimento de suas narrativas. Além disso, suas obras procuravam alcançar um estatuto de legitimidade produzido a partir da experiência do próprio autor com o fenômeno das secas: afinal o autointitulado "cronista dos infortúnios do Ceará" passara pela experiência da terrível seca de 1877-79, ou a "seca-tipo", como ele certa vez referiu. (VALE NETO, 2006. p. 25)

Teófilo também enxerga, assim como Domingos Olímpio, o sertanejo como um ser virtuoso, honesto e trabalhador, mas que diante da fome e da miséria acaba por corromper-se e mesmo barbarizar-se. Durante a seca de 1877, que serviu de inspiração para *A Fome*, o autor afirma ter estudado "detidamente a calamidade e a psicologia do faminto. A observação dos fenômenos me convenceu de que a miséria tudo dilui de bom na alma humana". (TEÓFILO, 1980, p.63)

Em alguns momentos, a ânsia por expressar da forma mais contundente possível o triste panorama é tão grande que prejudica o desenvolvimento da narrativa. Por exemplo, após um breve passeio pela manhã na cidade de Fortaleza, a qual desconhecia, o personagem Freitas retorna ao abrigo onde havia deixado a família e relata à sua esposa:

- Venho horrorizado, Josefa. Vi tanta miséria, que me espantei. Imagina o que de horrível vi, que pode me eriçar os cabelos, a mim, testemunha ocular das mais pungentes e medonhas cenas! Cedo desiludi-me. A Fortaleza, que acreditava nossa salvação, onde supus o conforto das populações famintas, tem o lúgubre aspecto das povoações do interior, regurgita de infelizes que mendigam cambaleando de fome. Nos passeios das casas, nos adros das igrejas, nas praças públicas dormem ao relento, e raro é o dia que destes dormitórios não conduzam, ao amanhecer, cadáveres para o cemitério. (Grifos nossos) (Op. Cit. 1980, p.160)

Ora, se o relato do personagem recém chegado foi feito após uma breve incursão dele pela cidade, como este poderia afirmar à esposa que "raro é o dia que destes dormitórios não conduzam, ao amanhecer, cadáveres para o cemitério"? Tal constatação só poderia ser feita a partir da observação diária de alguém que já habitasse a cidade há algum tempo, e não de um emigrante chegado há poucas horas, como afirma o autor em sua obra. Aparentemente, há uma confusão entre o narrador onisciente e a personagem, o que de certa forma empobreceu a obra. A necessidade que o autor tinha de pintar um quadro o mais doloroso e caótico possível sacrificou o rigor estilístico e suscitou várias críticas.

Tais críticas vieram de contemporâneos seus, principalmente do também escritor cearense e autor de *A Normalista*, Adolfo Caminha. Radicado no Rio de Janeiro, onde escrevia artigos para o jornal *Gazeta de Notícias*, Caminha não mediu palavras ao criticar a obra de Teófilo:

Há um bom quarto de hora que tenho suspensa a pena, em atitude circunspeta e religiosa de quem espera uma revelação divina, sem saber o que dizer do novo livro do Sr. Rodolfo Teófilo; e a minha dificuldade e o meu embaraço, a minha incerteza sobre do ponto, ao cogitar eu no modo lisonjeiro com que foi acolhida essa obra, na opinião da imprensa a melhor do autor. Efetivamente, A fome foi recebida com palmas estrondosas e flores de alambicada retórica provinciana, não sei se em consideração ao autor ou se em reverência ao editor. Uma obra de súbito quilate, disse una voice a imprensa, uma obra de incontestável merecimento literário! Eu contesto. (CAMINHA, 1999, p ...)

Mesmo aqueles que elogiavam Teófilo e sua obra o faziam com ressalvas. Por ocasião de sua morte, o escritor Gustavo Barroso fez um longo discurso na Academia Brasileira de Letras exaltando o autor cearense e suas obras. Publicado na íntegra na Revista *Fon-Fon* sob o título de "O Grande Rodolfo Teófilo", este necrológico foi um dos raros encontrados na imprensa de época. Em dado momento, Barroso cita um artigo próprio que havia publicado no *Jornal do Comércio* sobre Teófilo em 1912, por ocasião do lançamento do livro *Memórias de um Engrossador*:

Rodolfo Teófilo é, apesar de seu desprezo pela gramática e seu mal cuidado estilo, um dos nossos nomes literários mais conhecidos dentro ou fora do Brasil e mais sobejamente citados.⁸

Rachel de Queiroz era outra escritora que também considerava Teófilo um péssimo romancista. Na opinião da autora, havia "cadáver demais, urubu demais" (CARVALHO, 2004, apud PEREIRA FILHO, 2010, p. 1169-1179). A literatura de Rodolfo não tinha grande preocupação estética, apenas era utilizada como instrumento para narrar da forma mais crua possível as agruras que o autor enxergava. Ou, como afirma Vale Neto, (2006), era a memória que, ao encontrar o suporte perene no papel "assumia a forma de crítica, de denúncia, realçando a

⁸ Revista *Fon-Fon*, 30/07/1932, p.11.

dimensão política da ética e justiça."

Já Rachel não ignorava o problema da seca nem o drama humano que ela engendrava, mas ao passo que a utilizava como pano de fundo de seu romance *O Quinze*, tentava mostrar a visão de uma sociedade dividida entre uma elite privilegiada e os retirantes.

O personagem Chico Bento e sua família criados por Rachel personificam a classes baixas do sertão nordestino, que estão ligadas à terra como se dela fizessem parte. O sertanejo, que é uma espécie de herói destemido do sertão, ao abandonar o meio rural e fugir da seca em direção às cidades e ao litoral perde sua força e transforma-se em retirante, sofrendo as agruras da longa e penosa jornada. Nas palavras de Landim (1992), Chico Bento passou de um "vaqueiro robusto e forte a um homem fraco, esgotado e triste, perseguido pelo pesadelo dos acontecimentos da retirada". (op. Cit, 1992, p.80)

A seca e a movimentação de retirantes em direção à cidade são uma constante nas obras literárias regionalistas do período, e a migração para outras regiões do país é vista como uma válvula de escape para a pressão demográfica na capital. As fotografias a seguir de autoria desconhecida podem ser vistas, em linhas gerais, como uma representação da jornada de Chico Bento e sua família, feita inicialmente a pé, depois de trem e quando finalmente chegam à capital.



Ilustração 2: Retirantes na estação ferroviária da cidade de Iguatu, aguardando o trem para Fortaleza. Fonte: Albano, 1917.

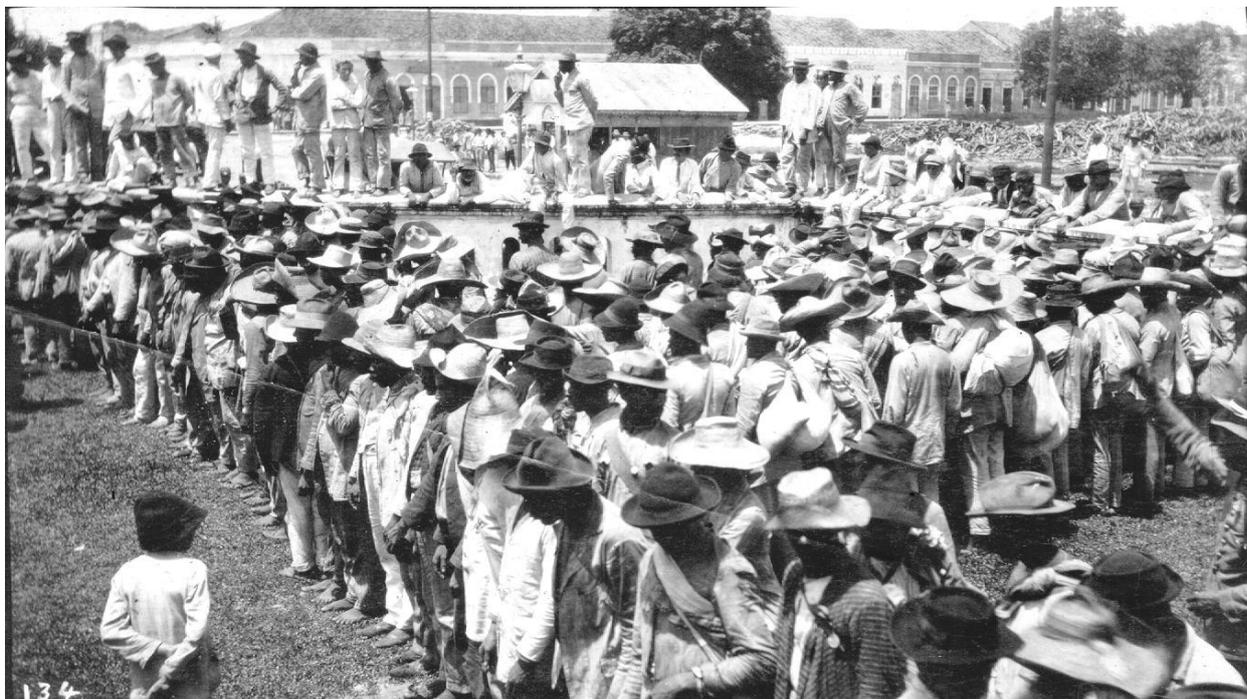


Ilustração 3: grupo de retirantes que acabaram de chegar a Fortaleza dispostos no interior da estação ferroviária João Felipe. Fonte: Arquivo Nirez

Depois de alguns dias confinados no Alagadiço, Chico Bento e sua família conseguem passagens custeadas pelo governo e emigram para a cidade de São Paulo:

As passagens se obtiveram não sem custo. Conceição conheceu a maçada das esperas intermináveis nas salas de Palácio, onde se espalhavam grupinhos de sujeitos cochichadores. Exibindo largamente o seu dúplice cordão amarelo, atravessado no peito, o ajudante de ordens vagava pelo salão. [...] Enfim, aí estavam na sua mão os papelinhos azuis: COMPANHIA NACIONAL LÓIDE BRASILEIRO / 3ª CLASSE/ UMA PASSAGEM. (QUEIROZ, 2010. p. 115 e 116).

Com uma breve e descritiva análise da primeira fotografia que retrata a espera pelo trem na cidade de Iguatú, região do alto Jaguaribe, com destino a Fortaleza até a segunda que mostra a chegada na capital, percebe-se uma mudança na forma do ordenamento da massa e nas vestes dos retirantes. Isso parece indicar, aparentemente, a possibilidade de já ter havido uma triagem durante o encaminhamento das vítimas da seca para a capital do Estado. A julgar pelo fato de que só aparecem homens na foto, provavelmente estes já haviam sido recrutados para as frentes de serviço. E quando observamos as imagens daqueles que seguiriam para o acolhimento em outros Estados, percebe-se também o exercício do controle e da vigilância de homens em trajes burgueses.



Ilustração 4: retirantes aguardando a distribuição de passagens de navio para o norte e o sul do País. Fonte: Albano, 1917.



Ilustração 5: embarque dos emigrantes no porto de Fortaleza. Fonte: Albano, 1917.

Sabe-se que a mão de obra desses retirantes era usualmente empregada nas secas na construção de obras públicas, notadamente na construção da Estrada de Ferro, de açudes e na urbanização e aformoseamento de Fortaleza. Em troca de uma ração miserável de alguns litros de

farinha e pedaços de carne seca, todos deveriam trabalhar em jornadas extenuantes se quisessem receber comida. Era necessário mantê-los ocupados e também associar qualquer tipo de benefício ao trabalho. Em 1877 as duas principais opções de trabalho eram o calçamento da cidade e a extensão da Estrada de Ferro de Baturité. No primeiro caso, homens, mulheres e crianças caminhavam alguns quilômetros até a pedreira do Mucuripe e de lá traziam uma pedra. Isso não passou em claro na literatura da época. Assim relatava Rodolfo Teófilo:

Os comissários, distribuidores de socorros, tinham ordem de dar ração ao retirante unicamente no dia de chegada. No dia seguinte, se queria ter direito a socorro, devia ir à pedreira do Mucuripe, uma légua distante da capital, carregar pedras! Uma viagem de duas léguas, com peso de 15 quilogramas, pouco mais ou menos, aos ombros, seria nada para um organismo são e vigoroso, mas para um enfermo, que tinha os membros tolhidos do cansaço de tantos dias de jornada, era bastante para acabar de extenuá-lo, roubando-lhe depois a vida. (TEÓFILO, 1922, apud NEVES, 2000, p.30)

Outro autor que empenhou-se na descrição do sertão e do sertanejo foi Euclides da Cunha, no clássico *Os Sertões*. Dividido em três partes (*A Terra, o Homem, A Luta*), o livro mostra nas duas primeiras partes uma pormenorizada descrição do ambiente sertanejo e de seus habitantes. *A Terra* mostra a descrição realista de uma região seca e atroz, local de toda sorte de privações, que interage de forma determinista com seus habitantes, moldando seu comportamento e tornando-o quase um fruto dessa desolação e perfeitamente adaptado a esta. Juntos, *A Terra* e *O Homem* apontam para uma certa "mitologia da brasilidade sertaneja" (OLIVEIRA, 2002, p.514), um sertão puro e ingênuo que manteve, pela própria distância não apenas geográfica mas temporal, os valores originais do país.

Por outro lado, para Euclides o sertanejo é visto como um ser rude, racialmente inferior e incapaz de produzir uma grande civilização, o que impunha a necessidade de importar imigrantes europeus, racialmente superiores, que servissem para guiar o Brasil rumo ao desenvolvimento. Na verdade, Euclides trazia dentro de si uma permanente contradição: ao mesmo tempo que assumia com entusiasmo o racionalismo positivista e o cientificismo tão em voga na virada do século XIX para o XX, não rompia totalmente com o romantismo e o idealismo que estas correntes de pensamento propunham superar. Como afirma Sevcenko:

Euclides da Cunha possui igualmente vivos em si, com o mesmo calor, exatamente os dois mundos que se negavam um ao outro, que só poderiam sobreexistir um à custa do outro. Eram dois tempos, duas idades que se opunham pela própria raiz da sua identidade: o século XIX, literário, romântico e idealista; e o século XX, científico, naturalista e materialista. (SEVCENKO, 1999, p.133.)

Assim, o determinismo e o racismo típicos do cientificismo do período o levaram a apoiar a campanha para destruir Canudos e seus "fanáticos", o último bastião do atraso monarquista a se opor à República redentora. Por outro lado, após acompanhar *in loco* os

combates no sertão Baiano, tornou-se um dos mais ferozes críticos da guerra e da barbárie perpetrada pelo mesmo exército que se reivindicava numa missão civilizatória, passando a enxergar o sertanejo como o legítimo guardião da "brasilidade". Em outras palavras, "Os sertões, mais do que um livro em si, é o melhor exemplo da consciência partida de uma geração na busca de sua identidade de povo e nação" (OLIVEIRA, 2002, p. 526).

Há uma grande diversidade de autores e obras sobre a seca nordestina, nos mais diversos estilos. Neste trabalho, optamos por fazer apenas um pequeno panorama dos autores e obras que exemplificassem esta vasta produção e que consideramos mais representativos ou diretamente ligados ao período e ao nosso objeto de estudo, no Ceará.

1.3 A CIÊNCIA E A SECA.

O calamitoso resultado atribuído às secas do Ceará, e o estado relativamente atrasado da província, também imputado à mesma origem, resultam mais do complexo de muitas outras circunstâncias e motivos não discutidos, do que unicamente do fantasma - secas ou falta de chuvas.

Raja Gabaglia

A preocupação com a estiagem nas províncias do "norte" já estava presente na corte bem antes da seca de 1877. Em 30 de maio 1856, durante reunião do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), presidida pelo próprio Imperador D. Pedro II, o conselheiro Manuel Ferreira Lagos defendeu a organização de uma expedição, composta por "naturalistas e engenheiros" brasileiros, para explorar províncias "pouco conhecidas" do Brasil. A empreitada, realizada dentro do contexto da institucionalização das ciências naturais no Brasil, tinha como meta coletar dados e informações científicas e coleções que pudessem enriquecer o Museu Nacional, em sintonia com a perspectiva de consolidação da então jovem nação. A opção pela província do Ceará para ser o principal foco da expedição deveu-se principalmente pela ocorrência do "flagelo da seca", conforme consta nas instruções da referida comissão:

Art. 12. Achando-se a Comissão Exploradora na Província do Ceará, a qual sofre periodicamente o flagelo de secas devastadoras, convirá que a Seção Astronômica, de acordo com a Seção Geológica, faça ali os precisos exames de sondagem, a fim de descobrir os indícios que possam servir de guia para tentar-se oportunamente a abertura de um poço artesianos(...). Há dois exemplos recentes de poços artesanos abertos em terrenos análogos aos do Ceará, os quais autorizam, pelos resultados obtidos, a que proceda nesta província as tentativas deste gênero; a saber, um no Egito e outro no deserto do Saara na Argélia. (BRAGA, 1962, p.231)

Giácómo Raja Gabaglia⁹, encarregado da seção Astronômica e Geográfica, escreveu minucioso trabalho intitulado "A Questão das Secas na Província do Ceará", publicado no Rio de Janeiro em 1861, onde apresentou um "Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes a prosperidade da província do Ceará". Neste ensaio, destacava-se uma visão negativa acerca do sertanejo cearense, tido como preguiçoso, indolente e pouco afeito ao trabalho:

Desculpem-me aqueles que se comprazem em asseverar que os naturais da província do Ceará são ativos e sofredores para o trabalho e que procuram apresentá-los como vítimas grandiosas das calamidades do nosso planeta. Laboram em engano, estou certo que na boa fé e porque, talvez, nas provas a que recorrem prescindam de investigar a verdadeira atividade e circunstâncias que a originam. [...] Os anos felizes tem feito esquecer dores

⁹ Giácómo Raja Gabaglia era bacharel em matemática formado pela Escola de Marinha em 1842, onde graduou-se até o posto de Capitão-Tenente. Foi nomeado professor substituto e depois catedrático na mesma instituição. Era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional - SAIN.

passadas, mas os princípios da mendicidade identificaram-se de tal maneira, que para as classes menos abastadas a ação de mendigar nada tem de desagradável. (GABAGLIA, 2006, p.70)

Em outro momento, Gabaglia enxerga na própria índole do cearense, notadamente no desrespeito ao meio ambiente, e na prática cultural de supressão de toda vegetação, uma das causas que agravam o problema econômico da província, para além das estiagens constantes. Interessante comentário é feito pelo engenheiro na segunda metade do século XIX:

É sobremaneira extravagante o gosto, que por aqui se tem, de derribar as plantas e de esquecer sua utilidade presente e futura. Nem menos se sabe ser egoísta em uma época tão característica do *eu*, ou então o egoísmo se acha tão requintado que não só concentra-se no indivíduo, como circunscreve-se à única hora do presente. Em clima quente como o da província se nota que o primeiro ornato ou aformoseamento que os moradores do campo procuram dar a suas habitações é isolar completamente as casas de tudo quanto é arvoredo. [...] Fatos análogos abundam e provam quanto o povo por inclinação, gosto ou sistema é perseverante na destruição dos tesouros botânicos que a natureza formou. (GABAGLIA, 2006, p.70)

Não apenas Gabaglia enxergava o desmatamento como uma das causas da seca. No mesmo ano em que ele publicou "A questão das Secas", 1861, tinha início no Rio de Janeiro o reflorestamento do maciço da Tijuca, desmatado para dar lugar à monocultura do café, que já assumia naquele período importante espaço na economia do país. Esse desmatamento teve como consequência o desaparecimento das nascentes que eram as principais fontes de água do Rio de Janeiro, o que quase levou o abastecimento da cidade ao colapso. Mais de cinquenta anos antes, em 1816, o viajante português Henry Koster¹⁰ afirmava em seu livro *Travels in Brazil*, que a região sertaneja, apesar de seca, poderia ser melhorada "cavando poços, construindo reservatórios para água pluvial e sobretudo plantando árvores"¹¹.

Na opinião do tenente, o gosto pela destruição acabava por provocar a perda de diversas riquezas extrativistas. São plantas medicinais como "o angico, o juá, o pau-d'óleo, o bálsamo e outras" ou então óleos naturais e resinas que possuíam valor comercial mas que paulatinamente desapareceram com o avanço do desmatamento indiscriminado. Tal análise coaduna-se com a visão do cientista de que o problema cearense não se resumia à seca e seus reflexos, mas a uma complexa interligação de fatores que incluíam desde a atividade econômica desenvolvida na região, até práticas e hábitos arraigados da cultura popular.

Para Gabaglia, as secas eram uma realidade no Ceará mas não teriam, ou pelo menos não deveriam ter, a escala de tragédia que se apresentavam, cabendo algumas medidas

¹⁰ Henry Koster era filho de pai britânico mas nascido em Portugal. Tuberculoso, viajou ao Brasil em 1809 em busca de um clima mais adequado a cura de sua doença, segundo a crença da medicina da época.

¹¹ Viagens ao Nordeste do Brasil. Henry Koster, tradução de Câmara Cascudo, disponível em www.brasiliana.com.br

mitigadoras de seus efeitos. Dentre essas medidas, destaca-se a construção de vias de comunicação mais eficientes, que integrassem o território da província:

Convençamo-nos, o Ceará, que não foi, não é, e nem há de ser um Saara[...], será sempre um país fertilíssimo, porém, infelizmente sujeito a devastadoras secas extraordinárias, cujo tempo de aparição não é conhecido por causa da inércia, da ignorância e da falta de fé na ciência. [...]

Para que, porém, cheguem a propósito, é necessário que se conheça, quando e como podem ser utilmente empregados, e este útil emprego não pode ser efetuado sem vias de comunicação, independente do motor animal, pelas quais possam chegar aos mais longínquos focos de população da província.

Gastem, pois, trinta ou quarenta mil contos de réis, não em construir os célebres açudes, [...] mas em estradas de ferro ligando o litoral aos centros mais importantes da província, e nos melhoramentos dos portos que tanto carece ela. (Idem, *Ibidem*. p.130)

A saída apontada por Gabaglia para o problema das secas no Ceará seria a construção de um grande número de pequenas barragens nos rios que cortavam o estado, além da abertura de canais que pudessem direcionar as águas das chuvas para estes rios. Os canais teriam a dupla função de prover a província de água durante a estiagem, além de servir de via de comunicação do litoral com o sertão no período de boas chuvas:

Os açudes constituem auxílio importante, cuja vantagem, porém, é mais profícua para os abastados e prediletos da fortuna que para a massa do povo; e, fora minimamente dispendioso ao governo fazê-los em número suficiente para toda a província; digo mais, a distribuição motivaria conflitos e dificuldades que seriam insuperáveis ou que reverteriam apenas em utilidade de uma pequena porção da população, talvez justamente aquela que menos precisam ter. [...] Reconheço, portanto, nos açudes o melhor recurso que cada proprietário de seguir para garantir suas condições de fortuna; mas, como salvação geral da população cearense, torno a dizer, é meio demasiado limitado e de tardia conclusão. Restam os canais; estes são o grande recurso, o único proporcional e possível para o fim desejado (GABAGLIA, 1861).

Em 9 de outubro de 1877 ocorre a primeira reunião do Instituto Politécnico para discutir a seca. O engenheiro Buarque de Macedo¹², em seu discurso, propõe resgatar o trabalho e as sugestões de Gabaglia:

Proponho que o Instituto Politécnico represente ao governo do imperial sobre a conveniência de se construírem quanto antes no interior da província do Ceará represas nos rios, e açudes nas localidades que para este fim forem mais apropriadas ao abastecimento d'água no mesmo interior; e de fazer executar, por si ou por outra companhia, a estrada de ferro de Baturité; e bem assim mandar estudar as medidas indicadas pelo finado Dr. Gabaglia, ou quaisquer outras que forem complementadas ao poder legislativo, que melhor resolverá em sua sabedoria. (REBOUÇAS, 1877, p.81 apud CÂNDIDO, 2000, p.24)

¹² Manuel Buarque de Macêdo era bacharel em Matemática (1856) e Doutor em Ciências Políticas e Administrativas (1859) e cursou Direito na Bélgica. Foi diretor no Ministério de Obras Públicas e professor no Colégio Pedro II, além de fiscal da Estrada de Ferro de Pernambuco e Ministro da Agricultura. Atuou também como jornalista nos jornais *A Província* e *O Liberal*, e colaborou com o *Jornal do Recife* e *A Reforma*. Foi ainda Deputado Provincial em Alagoas e Pernambuco e Deputado Geral por Pernambuco.

André Rebouças¹³, um dos mais influentes engenheiros da corte, escreveu uma série de matérias para o periódico carioca *Jornal do Comércio* intituladas "A seca nas Províncias do norte" onde defendia medidas não apenas de combate às secas mas de modernização e dinamização da economia da região (CÂNDIDO, 2005, pág. 23). Era necessária uma transformação radical na região atingida pelas secas, lançando-a numa lógica capitalista de produção, com o advento de "engenhos, e fazendas centrais, fábricas de algodão, refinações de açúcar, fábricas de chocolate, de óleos de coco, de borracha, de velas de estearina e sabão[...] (CÂNDIDO, 2005, pág. 25.)

Essa empreitada mais uma vez apontava para a necessidade de construção de ferrovias que teria a função não apenas de possibilitar o desenvolvimento econômico da região, mas também de facilitar o envio de socorros em época de calamidade. Durante a seca de 1877 o médico Castro Carreira¹⁴, em artigo publicado no jornal *O Cearense* já apontava a dificuldade de transporte de alimentos para o sertão seco em virtude da falta de vias de comunicação e da mortalidade dos animais tradicionalmente utilizados para transporte de carga, devido à falta d'água e pasto nas trilhas do sertão. Na falta destes animais, a ideia era empregar pessoas para puxar carroças pelas poucas estradas existentes e, quando estas não existiam, os vales dos rios secos:

Vai sendo aproveitada a ideia lembrada pelo nosso ilustrado correspondente do Rio de Janeiro de, na falta de animais para o transporte dos gêneros para o interior, serem estes conduzidos em carros puxados a mão. Na Granja e Sant'anna já se ensaia este novo sistema de transporte, hoje o único que nos resta, porque cavalos e bois não resistem mais. [...] Pelo pessoal empregado (18 homens para cada carro) se vê que estes carros ou carroças não estão nas condições daquelas de que me tenho ocupado [...]. As carroças que me parecem dever preencher este fim são aquelas que todos os dias se vê nas ruas desta cidade, puxadas por um só homem, com uma carga superior a que podiam carregar dez. [...] Com 400 homens fazia-se este trabalho com toda regularidade, e se precisar de 4000 os encontrará da mesma maneira, estabelecendo assim uma corrente de transporte cômodo, barato e de toda necessidade. (O CEARENSE, 1877, p.4)

¹³ André Pinto Rebouças nasceu na Bahia e formou-se em engenharia na Escola Central no Rio de Janeiro (1860). Foi professor de engenharia civil do Instituto Politécnico, tendo participado de inúmeras comissões de pesquisa do Governo. Especializou-se em obras portuárias e caminhos de ferro na Europa, tendo trabalhado na construção de vários portos, estradas de ferro e sistemas de abastecimento de água. Foi pioneiro no Brasil no uso do cimento Portland e no estudo da mecânica dos solos. Abolicionista, militou ao lado de José do Patrocínio e publicou diversos trabalhos sobre a escravidão que deram origem ao Manifesto da Confederação Abolicionista, além de montar o Centro Abolicionista da Escola Politécnica junto com Joaquim Nabuco. Estudou a fundo a estrutura agrária do país e defendia a imigração de trabalhadores rurais para o Brasil. Após a proclamação da República exilou-se na África onde vagou por diversos países e nunca mais retornou ao Brasil. Faleceu na Ilha da Madeira em 1898 onde havia se fixado.

¹⁴ Liberal de Castro Carreira era médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Por ocasião da seca de 1877 no nordeste ajudou a levantar donativos para as regiões atingidas. Participou do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional - SAIN, Sociedade Farmacêutica Brasileira e foi fundador do Instituto Médico Fluminense.

No mesmo artigo, Carreira cita os escritos de Rebouças, mais especificamente quando este aponta a necessidade urgente de enviar ao Ceará engenheiros para que possam projetar e construir poços e cisternas como forma de minorar os efeitos da estiagem no sertão, mas sem levar em conta a dificuldade que estes próprios profissionais teriam para adentrar ao sertão. Nas palavras do engenheiro cearense, "tudo isto é muito necessário e útil [...] porém S.S. esqueceu como é que estes engenheiros penetrarão o interior da província, e que nós não temos um só aparelho dos necessários para por em execução". E acrescenta: "espera as locomóveis ou vias férreas de campanha?".

O sertão cearense além de seco era inacessível. A estiagem eliminara os pastos, as fontes de água e matara quase todos os animais de carga e, mesmo os que haviam sobrevivido, não tinham como penetrar o interior do estado. A ajuda, quer governamental, quer de doações privadas, estava presa no litoral ou em cidades maiores e não conseguia chegar até os famintos.

É nesse contexto que se tem a retomada da construção da Estrada de Ferro de Baturité. Iniciada em 1872, a obra havia sido interrompida antes que se atingisse metade do trajeto planejado. Diante da premência de se retomar os trabalhos empregando o maior número possível de retirantes, o Ministério da Viação e Obras Públicas declara a caducidade do contrato com a empresa *American Railway Construction Company* e encampa a construção (BRASIL, 1915, P. p. 28). Era imperioso que os canteiros de obras fossem reativados rapidamente e absorvessem o maior número possível de miseráveis.

Ainda segundo Cândido (2005), a ideia de empregar os retirantes em frentes de serviço trazia em seu bojo o projeto de transformá-los em operários. Era fundamental aproveitar a tragédia climática para disciplinar uma população sertaneja submetida a uma outra lógica de trabalho que não a tipicamente capitalista. Não por acaso, é na obra de uma ferrovia, um dos principais signos do progresso e da velocidade advindos com a Revolução Industrial, que são abertas a grande maioria das vagas nas frentes de serviço.

Um dos desdobramentos concretos dessa "nacionalização" da problemática da seca, foi a criação em 1909 da Inspetoria de Obras Contra as Secas. Inspirado no *Reclamation Service*, órgão criado nos EUA pelo presidente Roosevelt para atuar especificamente em áreas desérticas daquele país, a Repartição Federal brasileira também tinha atuação restrita, no caso à região semiárida do nordeste, e "sistematizava os serviços de combate às secas e encetava um plano de modernização dos sertões do norte para incorporá-los, pelo progresso, à nação". (MORAES, 2010). Tinha o novo órgão a missão de estudar a região nordeste e engendrar uma série de obras e melhoramentos materiais que fugissem da prática, até então comum, de distribuir esmolas aos "flagelados".

A engenharia nacional passa a dar o tom do combate às secas. Em 28 de agosto de 1913, o engenheiro Arrojado Lisboa¹⁵ apresenta conferência no Rio de Janeiro sobre: "O Problema das Secas". Publicada posteriormente pela Biblioteca Nacional e no aniversário de 50 anos de criação da IOCS, a conferência do então ex-Inspetor Geral da Inspetoria, descreve de forma detalhada as características climáticas, geográficas e geológicas da região do semi-árido nordestino, além de explicar didaticamente o que seria o fenômeno da seca e suas causas. Para ele, o problema não estava na escassez de chuvas, mas na sua irregularidade e distribuição desigual no território:

Verdadeiramente não há falta de chuvas nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, justamente os mais flagelados. Ela é muitíssimo maior na Bahia e no Sertão pernambucano. Em Quixeramobim, no centro do sertão cearense, a média da queda da chuva é de 591 milímetros anuais, mais do que em Paris ou Roma. Em ano mais escasso aqueles sertões tem 400 milímetros. Em Juazeiro, porém, na Bahia, a queda é somente de 265 milímetros, em Caruaru em Pernambuco, de 106, médias de cinco e três anos. [...] Nos Estados mais flagelados, do Ceará à Paraíba, nunca houve ano sem chuva; [...] Na Bahia, menos flagelada, há muito menos chuva. A razão dessa aparente anomalia está menos no fato meteorológico do que nos efeitos de natureza econômica. A intensidade do flagelo decorre principalmente da relação da densidade da população. Os sertões do Ceará à Paraíba são bastante férteis e habitados. Por tal razão a região de população mais assolada não coincide com o centro geográfico das secas. (LISBOA, 1959, p.46)

A longa citação acima traz alguns elementos interessantes sobre a visão acerca do fenômeno da seca que vai nortear a atuação do órgão federal encarregado de combatê-lo. Para o Inspetor da Inspetoria Geral de Obras Contra as Secas, IOCS, o problema não está ligado à natureza, mas à densidade populacional e à atividade econômica desenvolvida. Os dois fatores combinados explicariam o porquê de algumas áreas do chamado semiárido nordestino serem mais vulneráveis à seca, ou pelo menos sentirem de forma muito mais trágica seus efeitos do que outras.

Apesar de a quantidade maior ou menor de chuva ser apenas um componente do problema, mas não fornecer explicação suficiente para o flagelo, uma vez que áreas na própria região nordeste, ou mesmo no exterior, tem precipitações bem menores e não assistem a tal catástrofe, o engenheiro asseverava que a melhor saída para o Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte era a construção de grandes reservatórios. Ainda segundo ele:

Os sertões do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte são, ao contrário, a terra ideal para a açudagem. O solo é principalmente de rochas impermeáveis, cristalinas, graníticas, sem água profunda, mas a topografia acidentada oferece numerosos boqueirões e estreitas passagens entre as montanhas, na proximidade de extensas várzeas e planícies próprias

¹⁵ Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa era engenheiro de minas e geólogo formado pela Escola de Minas de Ouro Preto. Ocupou a direção da Inspetoria Geral de Obras Contra as Secas de 1909 a 1912. Publicou importantes obras na área de Geologia tendo o mineral *arrojadite* ($KNa_4CaMn_2+4Fe_2+10Al(PO_4)_{12}(OH)_{1.5}F_{0.5}$) sido batizado desta forma em sua homenagem.

para a cultura fácil. Com água açudada esses Estados produzirão todas as culturas tropicais. As sementes aí têm um poder germinativo desconhecido no resto do Brasil. (Op. Cit., 1959, p.50)

Percebe-se neste trecho uma proposta distinta da apresentada por Gabaglia e encampada por André Rebouças. Para Arrojado Lisboa, o central seria a construção de grandes reservatórios que viabilizassem a agricultura e a fixação do homem no campo, e não a construção de ferrovias como queria Gabaglia ou as indústrias propostas por Rebouças. De fato, na visão do Inspetor da IOCS, a industrialização seria uma consequência do desenvolvimento agrícola do sertão, possibilitado pela açudagem:

Realizado este vasto programa, esses três Estados concentraram grande população agrícola, que se entregará à cultura intensiva do algodão para exportação, a da cana-de-açúcar para o consumo interior, a dos cereais ou legumes de uso, a da maniçoba e a das plantas de fibra [...]. Depois virá a indústria consequente. (Idem, p. 50)

Estas diferentes visões deram a tônica das intervenções governamentais durante a ocorrência de secas a partir do século XX, como forma de dar ocupação aos retirantes e proporcionar-lhes uma renda mínima sem "incentivar o ócio" além de deixar um legado de infraestrutura básica que permitisse o desenvolvimento econômico e a convivência com a seca. A IOCS, posteriormente denominada Inspetoria Federal de Obras Contra as secas (IFOCS) e finalmente Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS, nome que persiste até os dias atuais), tornou-se o principal agente governamental na região semiárida brasileira.

De fato, a IOCS constituiu-se não apenas como um órgão construtor de reservatórios ou de infraestrutura de combate à estiagem, mas como uma importante instituição de pesquisa e produção de conhecimento acerca do semiárido. Dentro da concepção de construir uma nação através da compreensão e conquista de seu espaço territorial, era essencial promover expedições que esquadrinhassem os sertões para conhecê-los e conquistá-los. Nas palavras de Arrojado Lisboa (1959), "o conhecimento geográfico de um país é, pois, uma das maiores necessidades políticas". Era a continuidade das expedições científicas oficiais que vinham desde o século XIX, agora patrocinadas pela República e no bojo de integrar uma região-problema, atrasada, rude, "uma patologia dentro de um país que se queria moderno" ao projeto de nação (KLEITON, 2010, p.96).

Médicos, engenheiros, geólogos, botânicos e uma gama de profissionais de ciência, nacionais e estrangeiros, foram contratados pela IOCS e adentraram pelo sertão num esforço de estudar, dissecar e interpretar as múltiplas dimensões daquele espaço. Se no século XIX, como veremos adiante, o sertão nordestino era descrito e apreendido principalmente pela literatura regionalista, no século XX era a ciência que assumia esta tarefa.

Estas expedições científicas foram feitas muitas vezes em parceria com outros órgãos científicos brasileiros, como o Instituto Oswaldo Cruz, o Observatório Astronômico do Rio de Janeiro e o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, que forneciam pesquisadores ou emprestavam sofisticados instrumentos científicos, fundamentais para os trabalhos de campo.

Tabela I - Relação das viagens financiadas pela IOCS

Ano (s) da viagem	Responsáveis	Região Estudada
1910	Roderic Crandall e Horace Williams - Geólogos	Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio G. do Norte
1910	Alberto Loefgren - Botânico	Ceará
1910	Raimundo Pereira da Silva - Engenheiro	Paraíba e Rio G. do Norte
1910-1911	Geraldo Waring - Hidrólogo	Paraíba, Rio G. Do Norte, Ceará e Piauí
1912-1913	Daren Crandall e Ralph Sopper - Geólogos	Sergipe e Bahia
1912-1913	Ralph Sopper - Geólogo	Paraíba e Rio G. do Norte
1912-1913	Horatio Small - Geólogo	Ceará e Piauí
1912	Belisário Penna e Arthur Neiva - Médicos	Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás
1912	José Gomes de Faria e João Pedro de Albuquerque - Médicos	Ceará e Piauí
1912	Adolpho Lutz e Astrogildo Machado - Médicos	Minas Gerais e Bahia

(Fonte: IOCS. Rio de Janeiro, 1913. - *Apud* Kleiton Moraes, 2010.)¹⁶

Infelizmente, a caderneta de campo e os demais registros escritos sobre a expedição de José Gomes de Farias e João Pedro de Albuquerque que percorreu diversos municípios do Ceará em 1915 se perderam e nunca foram publicados, restando apenas os registros fotográficos (THIELEN *et al*, 2002, p. 55).

Alberto Loefgren, botânico de origem sueca contratado pela IOCS apresentou suas conclusões acerca da expedição ao Ceará no livro *Notas Botânicas - Ceará*, publicado em 1910. Além de fazer minuciosa descrição sobre a flora cearense, estabelecendo uma correlação entre a geologia, geografia e a botânica do território, ele trouxe novamente a preocupação com o avanço do desmatamento que já havia sido mencionada por Gabaglia no século anterior. O botânico sueco enxerga na cultura do sertanejo a mesma lógica destrutiva do meio ambiente que o tenente brasileiro:

As medidas impeditivas contra a continuação da desnudação de certos terrenos ameaçados e contra a devastação das matas são de natureza mais difícil, por ter-se primeiro de vencer os costumes inveterados e combater a falta de compreensão, muitas vezes do próprio interesse, para conseguir demonstrar a vantagem de conservar as matas[...] razão porque só poderão ser iniciados após certo preparo da população para compreender o alcance delas e depois do início de outras medidas.(LOEFGREN, 1910, p. 32)

¹⁶ Relatório dos trabalhos executados durante o ano de 1912 apresentado ao ministro da Viação e Obras Públicas - pelo sub-inspetor em exercício José Ayres de Souza.

Em 31 de agosto de 1915 é promulgada no Ceará a lei estadual nº 1293, que proibia a derrubada das matas numa faixa de 10 metros de cada lado nas margens de rios e estradas, além de obrigar o replantio das áreas devastadas para a retirada de madeira e lenha. Tal medida era uma tentativa de restabelecer a mata ciliar e perenizar os cursos d'água, constituindo-se como uma tentativa de reequilibrar o meio ambiente. No decorrer da pesquisa para o presente trabalho não foram poucas as vezes que surgiram obras que estabeleciam uma forte relação de causa e efeito entre o desmatamento da vegetação e a ocorrência ou intensificação do fenômeno da seca. Davis (2002), descreveu de forma interessante como a conjugação da pecuária com a agricultura de subsistência, e o hábito de tocar o gado para a região próxima às serras durante as secas colaborou para o desequilíbrio ecológico do sertão:

O que o gado nas serras abarrotadas não comia depressa era logo estirpado como lenha ou forragem pelos posseiros. A infinita rede de trilhas de gado traçada na terra estéril e frágil acelerou a erosão. No padrão clássico, quando as encostas escassamente arborizadas foram devastadas, aumentou a perda, enquanto os lençóis de água e as nascentes diminuíram. Era evidente tanto para os próprios sertanejos quanto para o ocasional visitante estrangeiro que eles estavam desertificando partes do sertão e provavelmente alterando o clima. (MIKE DAVIS, 2002. p. 400)

A expedição de Belisário Penna e Arthur Neiva, feita em parceria com o Instituto Oswaldo Cruz, também apontou a necessidade de promover o reflorestamento associado a construção de grandes reservatórios de água:

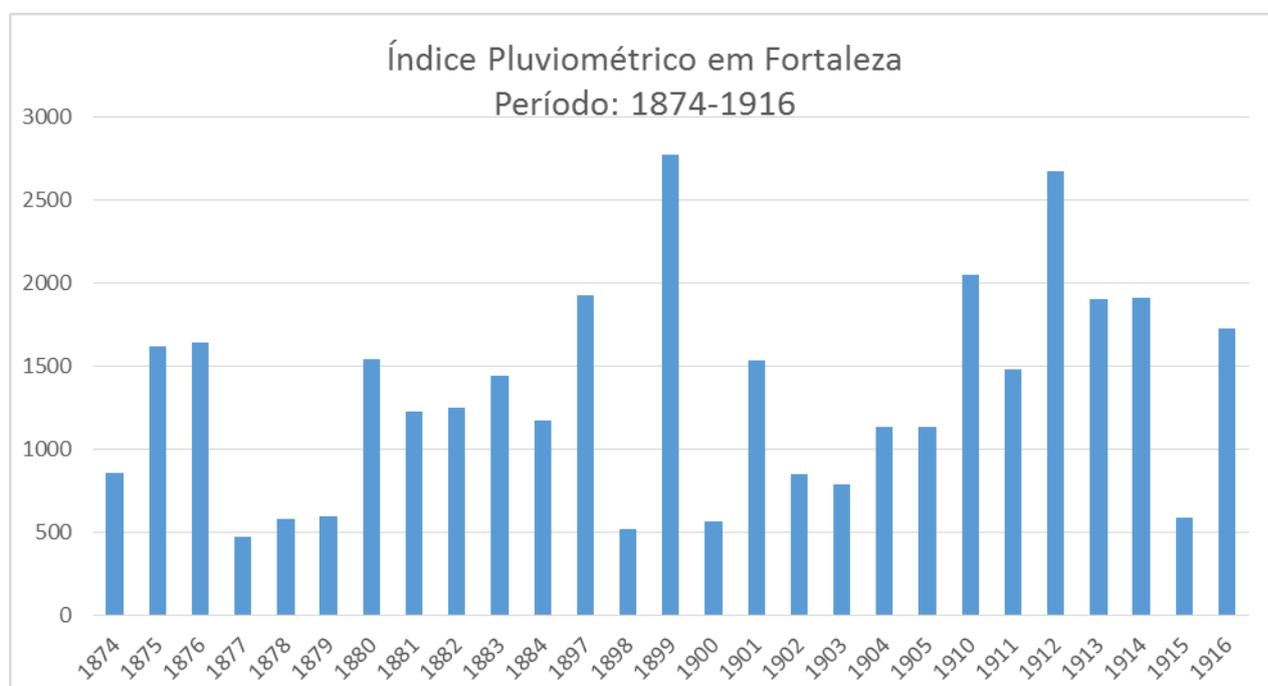
A ideia de reflorestamento, tão em voga atualmente, é encontrada também no relatório de Arthur Neiva e Belisário Penna, sendo considerada um complemento indispensável da açudagem. O homem do semi-árido, visto como sem consciência, é apontado como o agente do processo de desertificação da região, uma vez que em toda a região visitada a formação de desertos crescia em ritmo acelerado através da destruição criminosa e estúpida da vegetação. (SANTOS, 2003. p. 61)

Apesar de diversas fontes apontarem para esta intrínseca relação entre seca e a devastação das matas nativas do sertão nordestino, e dos recentes avanços na consolidação da área de história e meio ambiente no Brasil, ainda há uma lacuna na historiografia sobre o tema, o que reforça o que foi dito no início deste trabalho sobre a necessidade de novos olhares das áreas de ciências humanas sobre o fenômeno da seca nordestina.

CAPÍTULO 2: O CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DE 1915

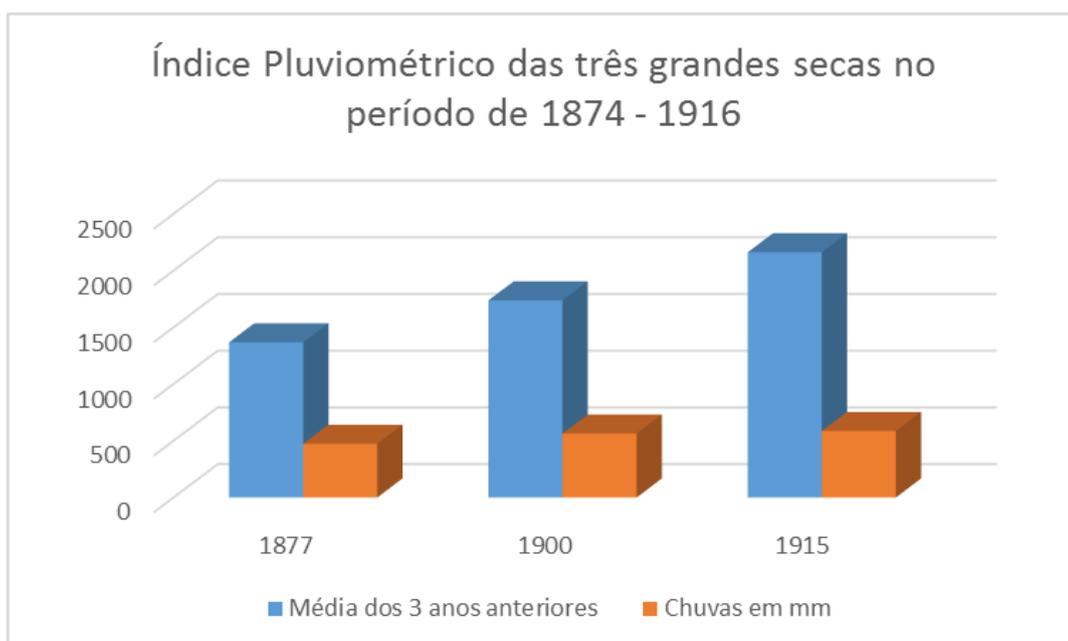
2.1 A SECA DE 1915

Em 1915, novo período de seca se anuncia. Novamente levadas de retirantes chegam diariamente à capital, agora utilizando-se da estrada de ferro construída por retirantes de secas anteriores. A ferrovia, planejada para integrar os sertões, lançar as bases de seu desenvolvimento econômico e facilitar o transporte de alimentos em períodos de seca, transformou-se em uma fonte de despejo de retirantes em Fortaleza. Sem a necessidade de caminhar centenas de quilômetros durante dias e até semanas, o estado de saúde destes é bem melhor do que "as múmias de 1877", na célebre frase de Rodolfo Teófilo (1980, p.139). Tem-se início então uma negociação, um entrevero entre representantes do governo que possuem recursos limitados e a multidão aglomerada, que utiliza a própria presença em grande número como instrumento de pressão (NEVES, 2000).



Fonte: Rodolfo Teófilo, *a Seca de 1915*.

O quadro acima nos dá uma pequena amostra da variação anual de chuvas em Fortaleza desde 1875, com destaque para os períodos oficialmente considerados de seca (1877, 1878, 1879, 1900 e 1915). Percebe-se que na estiagem de 1915 o índice de chuvas é maior que em outros períodos de seca, e os três anos anteriores (1912, 1913 e 1914) foram de altíssima pluviosidade se comparados com o restante da série. Comparando com a grande seca de 1877 e com o período que imediatamente lhe antecedeu, fica ainda mais clara a desproporção da ocorrência de chuvas em relação a 1915. Ainda de acordo com o quadro da página anterior, percebe-se o seguinte:



Fonte: extraído do gráfico da página anterior.

De acordo com o quadro acima, fica claro que em 1915 ocorreram chuvas num volume cerca de 20% maior do que em 1877, e a média de chuva dos dois anos anteriores é cerca de 50% maior. Ressalte-se que no intervalo entre estes dois períodos, várias obras de combate as secas já haviam sido encampadas, principalmente a construção de açudes, o que nos permite concluir que a situação, em termos de disponibilidade hídrica, era bem melhor em 1915 do que nas secas que antecederam.

Portanto, pode-se afirmar que a baixa pluviosidade ocorrida em 1915, por si só, não serve para explicar a tragédia que se abateu sobre o Estado. Fatores não climáticos contribuíram para a crise, e Rodolfo Teófilo fornece uma pista sobre o assunto:

O momento para uma calamidade de proporções aterradoras era o melhor possível. O Ceará estava mortalmente ferido pela sedição do Juazeiro, pelas "solidarísticas" e pela guerra na Europa. A sedição do Juazeiro, esta tristíssima página da história política do Brasil, havia rebentado no interior do Estado e chegado às portas de Fortaleza, tudo destruindo. Por onde a horda de bárbaros protegidos pelo governo do Marechal Hermes passou, tudo ficou devastado! Desde o Crato até Fortaleza, em uma extensão de mais de cem léguas, tudo foi saqueado, os seleiros roubados, e o que não puderam conduzir queimaram. [...] Quando essa desgraça passou pelo Ceará era precisamente no tempo de se plantarem os roçados, de se fazerem as sementeiras. Os lavradores abandonaram os campos e as sementes que haviam germinado morreram à míngua (TEÓFILO, 1980, p. 43).

A sedição de Juazeiro, revolta comandada pelo Padre Cícero contra o então Presidente do Estado, Coronel Franco Rabelo, ocorreu dentro do contexto da chamada "política das salvações", estratégia criada pelo Presidente da República Hermes da Fonseca que lhe permitia decretar intervenção nos estados para apagar do poder as oligarquias que dominavam o

governo local, substituindo-as por militares de sua confiança com a missão de "moralizar" a política e enfraquecer as oligarquias. No Ceará, a oligarquia Aciolly foi retirada do poder em meio a uma revolta popular que eclodiu em Fortaleza em 1912, e foi substituída por Rabelo. Dois anos depois, em 1914, bandos de jagunços e romeiros armados, sob o comando de Floro Bartolomeu e com as bênçãos do Padre Cícero, atravessam o estado destruindo e saqueando tudo em seu caminho até chegar à capital, onde derrubam Franco Rabelo. Derrotado, Hermes da Fonseca convoca novas eleições, vencidas por Benjamim Barroso, que tinha como vice o Padre Cícero.

Outro aspecto que chama a atenção foi a alusão feita por Teófilo à existência das chamadas "solidarísticas", também conhecidas por "Sociedades de Pecúlios Imediatos", que arrecadavam depósitos em dinheiro com a promessa de em 30 dias render ao investidor uma quantia até 10 vezes maior do que a inicialmente depositada. Consultando periódicos da época, constata-se que havia vários anúncios destas sociedades que atuavam em Fortaleza e Recife. Através do estatuto de uma dessas sociedades, publicado no jornal "A Província" de Recife, é possível compreender o funcionamento do esquema:

[...]

Artigo 2º: A sociedade compõe-se de tantas séries quantas forem necessárias de acordo com seu desenvolvimento, ficando desde já estabelecidas as séries sob a designação das letras - A, B, C, D, E, F, G.

Artigo 3º : As Contribuições para inscrições são as seguintes:

Série A	20\$000	paga	50\$000
Série B	30\$000	paga	75\$000
Série C	40\$000	paga	100\$000
Série D	50\$000	paga	125\$000
Série E	100\$000	paga	250\$000
Série F	200\$000	paga	500\$000
Série G	500\$000	paga	1:250\$000

Artigo 4º- Para a formação de um pecúlio tornam-se necessárias três (3) inscrições; 6 inscrições para a formação do segundo e assim sucessivamente. [...]

Na edição do Jornal "A Pátria" de Sobral de 19 de setembro de 1914, foi publicado um telegrama enviado pelo Sr. Francisco Braga Filho, representante da *Solidarística* de Fortaleza, afirmando ter a mesma efetuado pagamentos no valor de 890 contos de réis¹⁷, e anuncia que em breve abrirá em Sobral uma filial da *Solidarística*.

Para Teófilo, "a insânia do jogo dominou a população da cidade", e "raríssimos foram os que escaparam ao contágio do vício". Em um estado pobre, sem uma atividade econômica consolidada que gerasse muita riqueza e a consequente mobilidade social, a possibilidade de enriquecimento rápido alastrou-se não só pela capital mas para o interior também, e "surgiram estas armadilhas em quase todas as localidades, até no Juazeiro, sob o patrocínio do 'santo' Padre Cícero." (TEÓFILO, 1915, p.45)

¹⁷ Jornal A Pátria, Sobral, edição de 19 de setembro de 1914, página 2.

Tais sociedades operavam um esquema obviamente insustentável mas muito sedutor. Os primeiros inscritos pagavam um determinado valor e ao fim do prazo estabelecido, geralmente de um mês, recebiam rendimentos espetaculares, sem paralelo na economia real, financiados com o dinheiro aplicado por aqueles que vão aderindo ao esquema posteriormente. A notícia dos vultosos ganhos efetivamente pagos se espalha, mais pessoas vão aderindo e o ciclo se repete de forma exponencial, até o momento em que o modelo atinge a exaustão por falta de pessoas dispostas a subscrevê-lo. Neste momento, a sociedade atinge completa insolvência deixando grande número de pessoas no prejuízo.

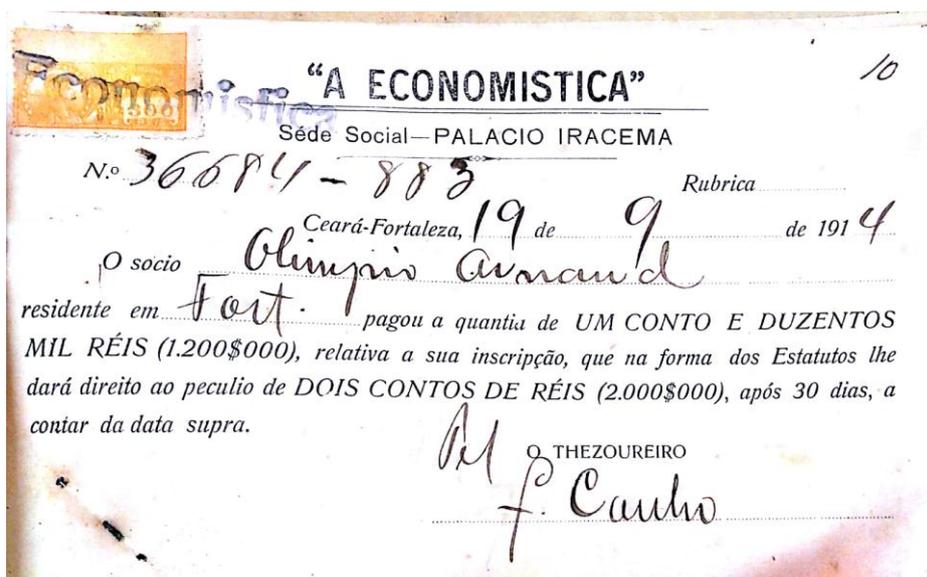


Ilustração 6: Recibo de contribuição feita à "solidaristica" A Economistica (Fonte: Arquivo Público Intermediário do Ceará).

Foi o que aconteceu em Fortaleza com "A Protecionista":

De alguns meses a esta parte tem surgido nesta capital, entre reclames espalhafatosos, sociedades sem visos de legalidade, quer dizer, para se explorar o povo. Desse pretenso solidarismo o mecanismo é mais ou menos o seguinte: comprando-se inscrição de doze mil réis, adquire-se o direito de receber quarenta e dois no fim de um mês. A primeira sociedade a fazer tal negócio tomou o nome de solidarística e os primeiros milhares da população se contaminaram na febre de tão perigoso jogo. Da casa mais rica a mais humilde choupana era este o assunto predileto [...]. Determinou isso que a fundação de sociedades congêneres. Sendo limitado o campo de operações, começa a derrocada. Hoje, a sede de uma das tais sociedades, de nome Protecionista, foi invadida pelo povo reclamando o dinheiro que não lhe era pago. O povo, amotinado, correu o diretor a pedradas. [...] Mais tarde, um dos seus diretores daquela sociedade foi agarrado pelo povo e viu-se na necessidade de sacar o revólver que trazia.¹⁸

Vê-se pelo trecho acima, do jornal carioca *Gazeta de Notícias*, que a falência de uma destas sociedades causou comoção em Fortaleza, e levou a polícia a ocupar a sede da mesma.

¹⁸ Jornal Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, edição de 24 de setembro de 1914, página 5.

No inquérito policial que se seguiu, uma comissão de peritos foi nomeada e passou a analisar a contabilidade da Protecionista. Segundo estes peritos, havia registros de movimentação da ordem de 175:680\$000 (lê-se cento e setenta e cinco contos e seiscentos e oitenta mil réis)¹⁹. O Valor é bem inferior aos 890 contos de réis que a "Solidarística" anunciou ter pago no jornal *A Pátria*, mas ainda assim representa uma considerável soma de dinheiro. Para se ter uma ideia, apenas estas duas sociedades somadas movimentaram em poucos meses o equivalente à metade do orçamento da Inspetoria de Obras Contra as Secas, incluindo a folha de pagamento de funcionários, para todo o ano de 1915. (BRASIL, 1915).²⁰

Ainda segundo o jornal, a "quebra fraudulenta" da Protecionista atingiu principalmente pessoas humildes. Muitas destas se desfizeram de suas economias e até de seus bens para apostar nestas sociedades, ficando desamparadas após a falência generalizada das mesmas.

É nesse clima de ruína econômica e destruição da produção agrícola que se inicia o ano de 1915. Fevereiro foi um mês chuvoso. Logo no primeiro dia a precipitação foi de 75 mm em Fortaleza, contra 4 mm durante todo o mês anterior (TEÓFILO, 1980, p.43). Diante do quadro promissor, o Governo do Estado investe na compra de 25 toneladas de sementes de Algodão *mocó*²¹ e distribui aos agricultores, junto com informações detalhadas sobre a planta e a melhor forma de cultivo²². A medida revelou-se precipitada, as chuvas não tiveram continuidade, e ao fim de março o quadro de estiagem estava oficialmente configurado. Os recursos investidos são perdidos e o Presidente Benjamin Barroso é alvo de críticas da imprensa. O Jornal *A Lucta*, de Sobral, maior cidade do interior do Ceará, ironiza a atitude do Governo ao afirmar em junho de 1915: "Até que enfim o Sr. Coronel Benjamim Barroso resolveu revogar a lei que decretou o inverno em março deste ano e num extenso telegrama ao Dr. Venceslau Brás descreve a verdadeira e triste situação do Ceará".

Não por acaso, o periódico de Sobral dedicou várias páginas de suas edições para falar sobre a calamidade. Localizada no norte do Estado, próxima da região grande produtora de algodão e, portanto, atingida fortemente pela crise da cotonicultura, a cidade exerce atração sobre os moradores das cidades menores de seu entorno e é invadida por milhares de retirantes.

No sertão os primeiros saques são registrados na região do Jaguaribe em fins de julho. A multidão de famintos se dirige às maiores cidades do interior, como Sobral e Iguatú, em busca de alimentos e passagens para a capital. As cenas dantescas de corpos esqueléticos em

¹⁹ Registro policial encontrado na pasta intitulada "Acervo da extinta sociedade solidarística arrecadado pela autoridade policial" no Arquivo Intermediário do Ceará (sem catalogação).

²⁰ A verba destinada a IOCS pela lei nº 2.924 de 5 de janeiro de 1915 era de 2.200 contos de réis.

²¹ *G. hirsutum r. marie galante*, é uma espécie de algodão adaptado à região semiárida e que produz uma fibra longa, ideal para a fabricação de linhas e tecidos.

²² Almanaque do Ceará - 1916, pág. XIII a XVIII.

trajes rotos e sujos estão de volta às ruas. Nos jornais aparecem relatos de famílias que abandonam crianças de colo à própria sorte, enxergando-os como um "peso" difícil de ser carregado, além de episódios de canibalismo. Um dos casos mais fortes foi registrado pelo jornal *A Lucta*:

De Ibiapina, ponto escolhido pelos emigrantes comunicam-nos que um destes infelizes, antes tantas provocações da fome, enlouquecera e um dia da semana passada [...] cuja loucura era a ideia fixa de necessitar de alimento, lançando mão do filho inocente, lançou-o às chamas [...] que começaram avidamente a tostar a tenra carne humana. Aos gritos da desditosa criancinha, ocorreu a vizinhança, que já na impossibilidade de lhe salvar a vida, evitou ao menos que o corpo fosse servir de pasto ao pai faminto e desvairado, que já se apresentava para aquele banquete repugnante²³.

No parágrafo seguinte, o periódico exalta o caráter heroico e patriótico do cearense, e lamenta que estas cenas de indescritível terror não são suficientes para sensibilizar o Governo Central nem a população da capital do país, que organizavam "ligas e enviavam dinheiro aos belgas"²⁴, vítimas apenas de seu patriotismo e com melhores recursos naturais. Aliás, os países envolvidos na grande guerra na Europa pareciam despertar mais a solidariedade e a atenção dos jornais da capital federal e da diplomacia brasileira do que o flagelo a que estava submetida a população nordestina. Uma crônica publicada no *Jornal do Comércio* em setembro de 1915 critica a disposição da diplomacia brasileira em acolher prisioneiros de guerra enquanto parte da população brasileira se vê abandonada à própria sorte em meio a uma catástrofe de grandes proporções²⁵.

Os reiterados pedidos de ajuda dos Estados do norte são sistematicamente ignorados pelo Governo Federal, muito mais preocupado com a contenção de gastos e a saúde financeira dos cofres públicos do que com a vida dos miseráveis que padeciam nos rincões do país. Somente em maio de 1915 os créditos emergenciais no valor de cinco mil contos de reis, a serem distribuídos entre todos os estados atingidos pela seca, são aprovados no Congresso Nacional. Entretanto, a verba não é imediatamente liberada, perdida que fica nos meandros da burocracia do Governo Federal. Na Assembleia Legislativa do Ceará, em 20 de julho é aprovado o envio de um telegrama ao Presidente da República, narrando a crise instalada no estado e solicitando agilidade na liberação do dinheiro:

O Estado do Ceará, flagelado pela seca, tem estancadas todas as suas lavouras, os cearenses sertanejos afluem em massa em busca do litoral Serra Grande e Baturité, acossados pela fome, assim também inúmeras famílias dos sertões vizinhos de Rio Grande e Paraíba. O Governo do Estado, sem recursos para socorrer seus habitantes, em tão aflitivas circunstâncias, invoca os socorros da União até agora surda. Só a emissão de papel moeda pode salvar esta parte da população brasileira que morre à mingua de trabalho. O Ceará por seus representantes pede prolongamento das estradas de ferro, de

²³ Jornal *A Lucta*, Sobral, 07/07/1915

²⁴ Idem, *Ibidem*

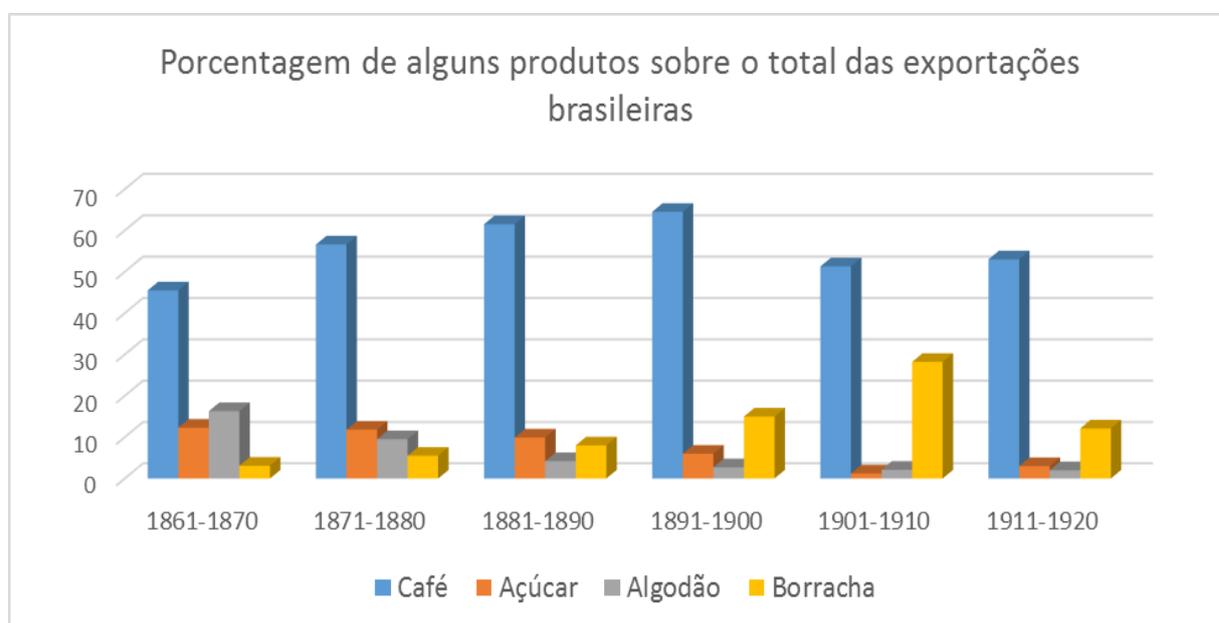
²⁵ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 13/09/1915

rodagem e a açudagem, mantendo o povo no próprio território.²⁶

No texto do telegrama aprovado pela Assembleia Legislativa os pedidos são os mesmos de sempre: obras públicas que proporcionem trabalho aos retirantes. A preocupação é mantê-los no Ceará, em contraponto à política de migração para outros estados do país, sobretudo a região amazônica. Para além da cobrança, os deputados sugerem de que forma os recursos seriam viabilizados, através da emissão de papel moeda. Essa prática de aumentar a quantidade de dinheiro em circulação era comum, à época, para socorrer os produtores de café durante as crises provocadas pela queda do preço do produto no mercado internacional.

Em três de agosto, foi aprovado o envio de novo telegrama, reforçando o pedido de verbas e afirmando que incentivar a imigração de cearenses "é um erro, mais do que isto, é um mal que V. Exc.^a. pode e deve evitar dando imediatamente trabalho ao povo faminto."²⁷

Percebe-se claramente no discurso das elites cearenses a permanente preocupação em conter a migração de pessoas fugidas da seca. Desde a segunda metade do século XIX, a cada grande seca enfrentada pelo Estado um grande fluxo migratório se formava para outros pontos do território brasileiro, o que colocava, como veremos mais a frente, a elite local em pânico com o suposto esvaziamento demográfico do Ceará, patrocinado pelo Governo Federal e por emissários de outros estados, interessados em atrair esses trabalhadores.



Fonte: Repertório estatístico do Brasil. Separata do Anuário estatístico do Brasil, Ano V - 1939-1940

²⁶

Annais da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 1915, pág. 55.

²⁷

(Idem, ibidem).

O gráfico da página anterior mostra a evolução econômica de alguns produtos agrícolas em relação ao total das exportações brasileiras no período de 1861 à 1920. O Café, plantado principalmente na região sudeste do país, já apresenta um grande protagonismo na economia do país desde a década de 60 dos Oitocentos e não sofre grandes variações. No entanto, no intervalo de 50 anos, vê-se claramente a crise que se abate sobre o algodão e o açúcar, dois dos principais produtos da região nordeste que perdem participação no montante do PIB do país. Em contraposição a perda de espaço destes dois produtos, há um substancial e progressivo aumento da importância da borracha na pauta de exportações do país.

Essa pujança da produção de borracha atíça a migração de cearenses para a região amazônica, independentemente da ocorrência de grandes secas. Em 1910, ano de grande pluviosidade²⁸, o jornal *Correio Paulistano* registrava o "êxodo de cearenses" para a Amazônia, supostamente "fascinados pelo preço elevado que está tendo a borracha".²⁹ Segundo o periódico paulista, a lotação de todos os vapores destinados à região amazônica estava esgotada e os trens chegavam do sertão tomados por pessoas que pretendiam emigrar. Obviamente, em períodos de grande estiagem, esse deslocamento populacional sofria grande incremento, mas é importante ressaltar que mesmo em anos de grande ocorrência de chuvas a economia cearense não oferecia grandes oportunidades de trabalho que dessem conta de reter sua população, que buscava em outras regiões melhores condições de vida. Com boas chuvas o Ceará era um estado pobre. Com seca a pobreza evoluía para a miséria absoluta.

Como já vimos neste trabalho, a principal atividade econômica cearense desde o século XVIII era a pecuária e esta, pela própria dinâmica da atividade criatória, demandava muito menos mão de obra do que o conhecido sistema de *plantation* da região açucareira. Os trabalhadores cearenses eram em sua grande maioria homens pobres e livres, e os relativamente poucos escravos africanos foram progressivamente vendidos às regiões cafeicultoras paulistas e fluminenses após o fim do comércio transatlântico de escravos em 1860 (BARBOZA, 2011, p.3). São estes trabalhadores livres que se engajam na produção do algodão e, quando o mercado internacional não dá conta de absorver a produção cotonicultora cearense eles são largados à própria sorte e a fome começa a rondá-los, mesmo antes da seca se instalar no sertão. (CUNIFF, *apud* DAVIS, 2002, p. 409). Quando a estiagem se instala com força, destrói as lavouras de subsistência e dizima o gado, surgem as grandes retiradas em direção às cidades em busca de socorro.

Esse imenso exército de miseráveis torna-se então alvo de agentes enviados ao

²⁸ Conforme quadro da página 43, em todo o ano de 1910 foram registrados mais de 2000 mm de chuva no Ceará, a maior marca da primeira década do século XX e cerca de quatro vezes mais do que em 1915.

²⁹ Jornal *Correio Paulistano*, 25/04/1910, p. 1.

Ceará pelos governos de outras regiões do país, notadamente da região amazônica, com a missão de recrutá-los para a colonização da região e o trabalho nos seringais. É o que nos relata, por exemplo, Rodolfo Teófilo durante uma breve seca ocorrida em 1898:

A população de Fortaleza assistia revoltada à indiferença do governo, que não se doía de ver aqui um agente do governo de outro estado socorrendo os retirantes, provendo-os de tudo, imunizando-os contra a varíola e depois embarcando-os para o Pará! (TEÓFILO, 1922, p. 39)

Com efeito, esse movimento migratório acabou por tornar-se uma espécie de "válvula de escape", uma forma de amenizar o problema imediato de como lidar com aquele contingente que diariamente chegava à Fortaleza e outras cidades do interior a suplicar por comida e abrigo. Porém, logo surge a preocupação por parte das elites cearenses com o despovoamento do Estado, e a redução do exército de reserva que garantia a manutenção dos baixos preços de mão de obra. O governo cearense passou então a dificultar essa migração instituindo o imposto de

um conto e quinhentos mil réis de cada agenciador de emigrantes. Esse imposto absurdo e ilegal nada adiantou [...]. O agenciador de retirantes escolhia a flor dos nossos homens porque tinha de cada indivíduo novo e forte cem mil réis do estado que o comissionava. Que lhe importava pagar ao Ceará o imposto de um conto e quinhentos mil réis, se os seus lucros dariam para essa despesa, sobrando-lhe grande quantia?"(Op. Cit., 1922, p. 39).

Dois anos depois, durante a seca de 1900, desta vez a migração para os estados do Pará e Amazonas é a saída vislumbrada pelo governo do Estado diante do perigo à saúde dos habitantes da urbe representado pela multidão de retirantes "desassistida de todo regime higiênico, no auge da miséria, vivendo ao relento"³⁰ pelas ruas e praças de Fortaleza. O então Presidente do Ceará, Pedro Borges, faz questão de ressaltar em seu relatório anual o conflito entre manter a população economicamente ativa no Estado e apresentar uma solução para os bandos de *flagelados* que assustavam com sua miséria e risco de transmissão de doenças:

Aos cearenses não se afigura um exílio a emigração para dois estados do norte [Pará e Amazonas], ligados ao nosso por estreitas relações comerciais e outras ordens de interesses, há muito estabelecidas o que lhes facilita o pronto regresso à terra natal. Compreende-se, porém, que tendo sugerido este aviltre, por carência absoluta de socorros para obviar a melindrosa situação de uma população adventícia que estacionava na capital e seus subúrbios, não podia ele constituir um expediente ordinário, de caráter permanente; pois, votados pelo congresso os créditos necessários e organizada, com a possível urgência, a assistência pública, se faria cessar a permanência dos motivos que levavam os cearenses a buscar refúgio além do território do Estado.³¹

³⁰ CEARÁ, Relatório do Presidente do Estado apresentado à Assembleia Legislativa em 1901.

³¹ Idem, p. 29.

No trecho do relatório acima, Pedro Borges deixa patente que a estreita ligação comercial e política entre o Ceará e os dois Estados amazônicos já vinha de épocas anteriores e essa transferência populacional não era nenhuma novidade. Na visão dele, havia uma espécie de acordo tácito entre os Estados que transformaria a migração dos retirantes em uma via de mão dupla: ao término da seca que levou os sertanejos a migrarem, ou aprovadas no congresso as verbas federais para a assistência e construção de açudes e ferrovias, o fluxo se inverteria e os cearenses retornariam a terra natal. Mais do que uma resposta aos que criticavam essa migração, Borges procurava aumentar a pressão no Congresso Nacional para a liberação dos créditos a serem utilizados em benfeitorias no Estado. Caso contrário, ainda segundo o político cearense, "a migração seria convertida em medida de despovoamento do solo" e seu governo estaria colaborando para a "ruína completa do Estado, a braços com a mais fatal e tremenda das desgraças".

Fica claro pelas informações e estatísticas econômicas colhidas ao longo deste trabalho, bem como da análise de clássicos da literatura econômica como Caio Prado Júnior e Celso Furtado, que o Ceará carecia de uma atividade econômica suficientemente robusta para demandar grande contingente de trabalhadores e a mobilização de capitais. Com abundância de terras e escassez de capital, há um forte incremento na economia de subsistência, que por sua vez não demanda grandes avanços tecnológicos na produção. As formas de cultivar e incorporar novas áreas ao plantio eram extremamente rudimentares, limitando-se a devastação da mata nativa e a queima de grandes áreas, o que só agravava, como vimos anteriormente, a ocorrência das estiagens, criando um círculo vicioso. Nas palavras de Celso Furtado:

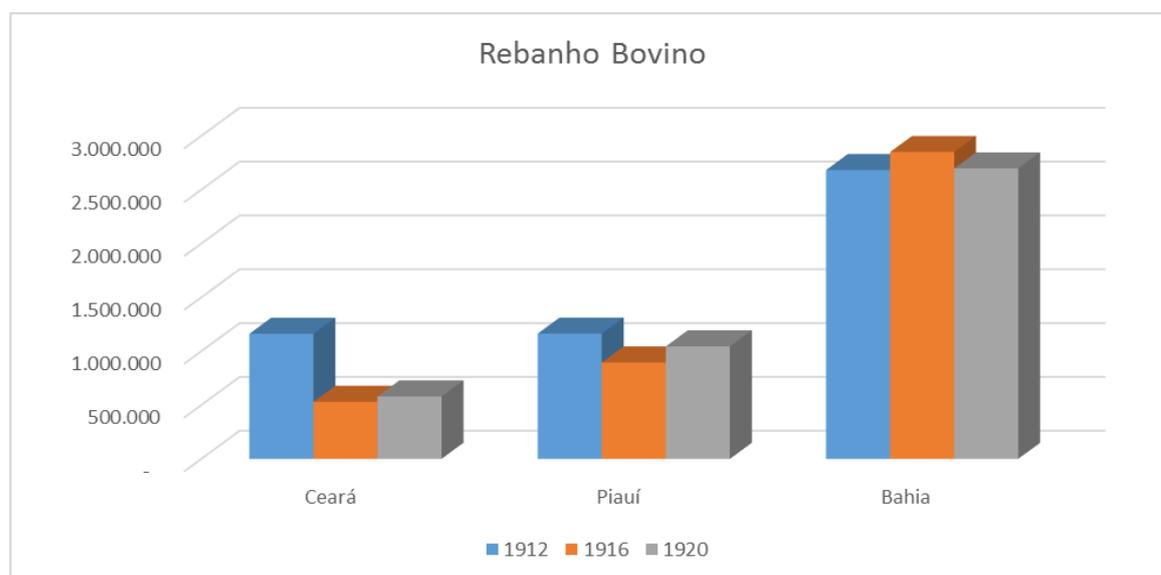
Na economia de subsistência cada indivíduo ou unidade familiar deveria encarregar-se de produzir alimentos para si mesmo. A "roça" era e é a base da economia de subsistência. Entretanto, não se limita a viver de sua roça o homem da economia de subsistência. Ele está ligado a um grupo econômico maior, quase sempre pecuário, cujo chefe é o proprietário da terra onde tem a sua roça. Dentro desse grupo desempenha funções de vários tipos, de natureza econômica ou não, e recebe uma pequena remuneração que lhe permite cobrir gastos monetários mínimos. No âmbito da roça o sistema é exclusivamente de subsistência; no âmbito da unidade maior é misto, variando a importância da faixa monetária de região para região, e de ano para ano numa região. (FURTADO, 2007, c. 26)

Precisamente, era a abundância de braços disponíveis para o trabalho que reduzia o valor médio dos salários, obrigando a maior parte da população a receber em pagamento por seu trabalho uma fração do que produzia, e a depender de frágeis estruturas econômicas de subsistência. Apesar disso, havia por parte das elites locais nordestinas um esforço para manter altos os níveis demográficos da região justamente para manter o preço da mão de obra o mais

baixo possível, além de não alterar o *status quo* e preservar seus poderes oligárquicos intactos. Ainda segundo Furtado, ao grande proprietário de terra

interessava basicamente que o maior número de pessoas vivessem em suas terras, cabendo a cada um tratar de sua própria subsistência. Dessa forma o senhor das terras, no momento oportuno, poderia dispor da mão-de-obra de que necessitasse. Ademais, dadas as condições que prevaleciam nessas regiões, o prestígio de cada um dependia da quantidade de homens que pudesse utilizar a qualquer momento e para qualquer fim. Em consequência, o roceiro da economia de subsistência, se bem não estivesse ligado pela propriedade da terra, estava atado por vínculos sociais a um grupo, dentro do qual se cultivava a mística de fidelidade ao chefe como técnica de preservação do grupo social. (Idem, *ibidem*, 2007)

Essa lógica de atraso econômico não era rompida nem mesmo a construção de grandes obras como açudes, ferrovias e o embelezamento de Fortaleza, financiadas pelos governos federal e estadual em épocas de secas através das frentes de serviço, que teoricamente serviriam para ocupar os miseráveis durante a seca e dinamizar a economia em épocas de chuvas regulares. Os trabalhadores, grosso modo, não eram remunerados nessas frentes de serviço em dinheiro, mas com comida, o que inviabilizava a formação de um mercado consumidor que movimentasse a economia, e tampouco serviam para suplantam a lógica da produção de subsistência. Por outro lado, as ferrovias serviram mais para aumentar o fluxo de migrantes do interior para as cidades do que para escoar a produção de uma economia que encontrava-se em avançado estágio de desestruturação. Após a crise do algodão, provocada principalmente pela concorrência do produto egípcio e norte-americano, as secas foram progressivamente aniquilando o gado bovino. Por volta da seca de 1915, os rebanhos cearenses haviam sido superados em muito pelos estados do Piauí e da Bahia, conforme podemos ver no gráfico da página seguinte:



Fonte: Repertório estatístico do Brasil. Separata do Anuário estatístico do Brasil, Ano V 1939-1940

Para se ter uma ideia da crise que se abatera na pecuária cearense, no ano de 1914 foram exportados pelo porto de Fortaleza apenas 917 Kg de carne seca, e em 1915 essa cifra caiu ainda mais, para irrisórios 320 Kg³². O sertão no início do século XX, basicamente, vivia de pequenas lavouras de subsistência que eram periodicamente arrasadas pelas secas, o que provocava o êxodo em massa para as cidades. Lá os retirantes, transformados em multidão (NEVES, 2000), ameaçavam a ordem estabelecida e constituíam-se em um grande instrumento de persuasão de uma elite que utilizava-os para chantagear o governo federal por verbas, ou lucrava com os agenciadores de mão de obra para a região amazônica. É o embrião da chamada indústria da seca, a que mais prosperou na região nordeste. As oligarquias nordestinas "tiveram o mais ávido interesse pelo 'combate à seca'" enquanto este significou o envio de recursos que eram em grande parte desviados (DAVIS, 2000) e a utilização de mão de obra quase gratuita para construção de obras públicas que traziam benefícios privados.

A partir do momento em que o governo federal patrocina a migração para outras partes do país, diminuindo esse imenso exército de reserva, ou os sertanejos envolvem-se em experiências autônomas como Canudos, essa elite vê seus interesses entrarem em xeque e reage.

Foi assim com a grande mobilização nacional para destruir Canudos. Quatro expedições militares, milhares de soldados e modernos canhões promoveram uma das maiores carnificinas da história brasileira, em uma comunidade que sequer se reivindicava revolucionária ou propunha a tomada do poder. Canudos inspirava medo por seu primarismo, por ser autônoma e atrair milhares de sertanejos que desfalcavam o grande exército de reserva que mantinha a mão de obra a preços baixíssimos. Se a migração e a aglomeração de grande número de *flagelados* nas ruas das grandes cidades fundaram e mantinham a indústria da seca, experiências como a de Canudos eram sua maior ameaça.

Após a aniquilação de Canudos em 1897 segue-se a seca de 1900 no Ceará e novamente o mecanismo das grandes obras é apontado pelo governo do Estado como solução para socorrer a população atingida:

Sobreleva a consideração valiosa e preponderante de que as grandes obras, abrindo espaço e ocupação a milhares de braços, são as mais próprias para a prestação de socorros numa calamidade que, pela sua generalização, afeta uma população numerosa e considerável. Por outro lado, evita-se a aglomeração dos retirantes nas cidades do litoral, mantendo-os no campo do trabalho; acautela-se o estado sanitário dos perigos da acumulação, e a ordem pública de possíveis perturbações.³³

³² Almanaque Econômico, Político e cultural do Ceará. Edição de 1916 p. 29.

³³ CEARÁ, Relatório do Presidente do Estado - 1901, p. 31.

Mais do que garantir ocupação e comida, era necessário manter os *flagelados* longe do litoral e das grandes cidades, onde estes constituíam-se verdadeiras ameaças à propriedade privada, à ordem e à higiene.

Entretanto, a comissão de finanças do Senado Federal entende que a medida mais adequada a tomar seria patrocinar a migração da população retirante para outros Estados do país, o que gera grande descontentamento de Pedro Borges, então presidente do Estado do Ceará:

Ao ter conhecimento das ideias contidas no parecer e da profunda modificação do projeto pela comissão do Senado, dei-me pressa em reclamar contra a concessão da única medida que importava pela extensão de seu efeito, a migração forçada, o despovoamento, o abandono do Estado, entregue ao seu próprio destino, em luta tremenda contra as forças cegas da natureza.³⁴

Havia então um entrevero, uma disputa entre duas visões de como enfrentar o problema criado pelo despejo periódico de uma massa de pessoas miseráveis expulsas do sertão pela seca. Por um lado, a elite local insistia no envio de grandes verbas federais a título de "socorros públicos" - que em boa parte era desviada por ela - a serem empregadas em grandes obras de engenharia e melhoramentos públicos, e o Governo da República que preferia patrocinar a migração destes miseráveis para a Amazônia, como forma de aumentar a mão de obra disponível para a indústria borracheira em expansão, e de quebra povoar uma região do país com baixíssima densidade demográfica.

Borges não aceita a decisão de bom grado e envia telegrama à Presidência da República criticando a "migração em massa" e o conseqüente despovoamento do Estado, insistindo na criação de frentes de serviço e no envio de recursos para manter o sertanejo em sua terra. Como resposta, recebe um duro recado do Presidente da República, Campos Sales:

Resta chamar vossa atenção para a atitude de alguns reclamantes altamente inconveniente no momento em que se deve guardar a necessária serenidade para que possam agir em harmonia os poderes federais e estaduais que terão de combinar sua ação afim de torná-la benéfica [...] (Idem Ibidem, 1901, p.37)

Pedro Borges acusou o golpe ao responder o telegrama do Governo federal em tom conciliador e submisso, afirmando no relatório que "o melindre ferido ante a perspectiva fatal de um êxodo geral encontrou reparadora satisfação na publicidade desses telegramas". Os telegramas expunham um diálogo entre um Presidente de Estado insatisfeito com uma decisão do Governo Federal que supostamente prejudica seu Estado, e um Presidente da República que

³⁴ Idem, p. 36.

considera essa insatisfação como um inconveniente e encerra a discussão. Não restou outra alternativa a Borges a não ser aceitar a migração e, com medo de possíveis retaliações políticas, ainda apontar a ríspida réplica enviada do Rio de Janeiro como uma espécie de contemporização.

Por outro lado, não é apenas a face econômica que explica o interesse de outros Estados, principalmente os nortistas, na promoção da migração de cearenses para seu território. Visto como mais apegado à família, trabalhador e católico, o sertanejo cearense era considerado um elemento civilizador frente ao ribeirinho amazônico. Para Romani (2013), na visão de médicos da época como o Dr. Samuel Uchoa, ao contrário do sertanejo cearense, o caboclo amazônico não possuía a cultura de vida sedentária e voltada para a agricultura, mas era eminentemente extrativista e seminômade. Além disso, não era muito dado a relacionamentos monogâmicos, nem as barreiras de classe constituíam maiores entraves na escolha de parceiros sexuais. Essas características culturais eram mal vistas pelos higienistas da época, que enxergavam nos costumes mais "recatados" e moralistas dos cearenses como a possibilidade de promover uma elevação geral nos níveis de civilidade da região.

Com efeito, poderíamos considerar uma certa "hierarquia" das raças com a qual operavam os higienistas da época. O mesmo mestiço rude e sem cultura do nordeste, considerado racialmente inferior e inadequado para construir uma grande nação, poderia representar algum avanço civilizatório diante de uma população considerada ainda mais atrasada como o ribeirinho amazônico. Os conceitos de raça e cultura se misturavam e eram operados de forma a garantir o progresso da nação via controle das migrações internas e externas, e da supressão ou mudança de hábitos e costumes arraigados.

Em julho de 1915, novo período de seca se anuncia e o estratagema das frentes de serviço se repete, quando uma carta assinada por 200 políticos e pessoas influentes da cidade de Sobral, no sertão central cearense, foi lida no Congresso Nacional pelo deputado Justiniano de Serpa. Após um breve relato sobre a gravidade da seca, a carta passa a elencar as obras que deveriam ser priorizadas para a formação dessas frentes:

[...] indicar como providência mais benéfica a esta zona a construção de estrada de rodagem de Sobral a Meruoca, a de um grande reservatório de Forquinhos com o riacho Madeira, a da via férrea de Sobral a Fortaleza e a conclusão do açude Mocambinho.³⁵

Diante da demora do Governo da República em atender aos reiterados pedidos de socorro, e com a situação do Estado cada vez mais calamitosa e sem entender o motivo de tanta demora, o então presidente do Estado, Benjamim Barroso, escreve ao Presidente da República Venceslau Brás, apelando em tom desesperado, como se as notícias enviadas ao Rio de Janeiro

³⁵ Jornal O Paiz, 25/07/1915 capa

fossem tomadas como mentiras ou exageros:

Eu vejo o cenário de perto e V. Exa. de longe. Nada tenho exagerado. Só parece que o governo não acredita nas informações que daqui vão. Ousaria pedir a V. Exa. mandar secretamente emissário sua inteira confiança para observar e sentir a miséria deste povo infeliz, e as dificuldades sem par em que me coloca o governo federal surdo aos nossos clamores.³⁶

É curioso que, apesar da catástrofe climática e seus efeitos dramáticos na população e na atividade econômica, as estatísticas oficiais dão conta de que a arrecadação de impostos de exportação e consumo do Ceará em 1915 chegou a uma soma "nunca dantes atingida", nas palavras do Presidente do Estado Benjamin Barroso³⁷. O resultado é creditado à rigorosa fiscalização e combate ao contrabando. Tal constatação só reforça a visão de que apenas a irregularidade de chuvas em 1915 não dá conta de explicar a crise que se abateu sobre o Estado, e que esta atingia de forma diferente as diferentes classes sociais.

No sertão, a situação se agrava com o passar do tempo. O veterinário da Inspetoria Veterinária do Ceará, Domingos Vanzelotti, relata a visita que fez à Fazenda Santo Antônio, no município de Irauçuba, na região norte do Ceará. Lá, o rebanho bovino que em janeiro de 1915 chegava a 500 animais foi dizimado pela fome e por doenças, de tal forma que em abril apenas cinco reses haviam sobrevivido. Por todo interior do Estado as cenas de miséria e desespero se espalhavam, junto com ossadas de animais e cadáveres humanos. Sem esperança, os sertanejos abandonam suas casas e seguem para a capital em busca de socorro.

No Rio de Janeiro, o jornal *Gazeta de Notícias* informa em sua edição de 20 de julho de 1915 que o povo cearense, faminto, não tinha a quem apelar, uma vez que mesmo diante de tanto desespero e agonia relatados diariamente nos jornais, "o governo da República permanece tranquilamente na sua imobilidade irritante", e que por isso o Ceará "é uma vítima desta República desmoralizada, deturpada e fraudulenta."³⁸ Na mesma edição, o jornal saúda a iniciativa da Comissão de senhoras do Patronato da Assistência à Infância da Freguesia da Lagoa, pela realização de um chá no clube de regatas da praia de Botafogo, com renda revertida para as vítimas da seca no Ceará. Diante da falta de ação do poder público, a sociedade civil se organiza e passa a arrecadar donativos em prol dos flagelados.

Tal como na seca de 1877, as imagens que chegam do Ceará chocam a opinião pública e provocam a compaixão pelos "irmãos do norte". Na imagem da página seguinte, publicada no *Jornal do Brasil*, duas fotos sobrepostas mostram o horror das dezenas de carcaças de animais dizimados no sertão e crianças esqueléticas, ambas vítimas da fome e da seca.

³⁶ Telegrama do Presidente do Estado do Ceará, Sr. Benjamin Barroso, ao Presidente da República enviado em junho de 1915 (*apud* VILLA, 2000).

³⁷ Relatório do Presidente do Estado, Benjamin Barroso, apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará em 1916 - pág. 23.

³⁸ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 20/07/1915, pág. 1.



Ilustração 7: Aspecto da zona flagelada no sertão, com carcaças de animais mortos ao fundo e crianças desnutridas em destaque. Imagens como estas tornaram-se ícones do sertão nordestino desde o final do século XIX. Fonte: Jornal do Brasil (21/07/2014). Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/> (acesso em 10/08/2014)

As mobilizações da sociedade civil em prol dos "irmãos do norte" fazem as notícias sobre a seca ganharem também as colunas sociais. São muitos os anúncios de jantares, aniversários, *five-o-clock-tea* e afins realizados com o propósito de arrecadar doações para ajudar os "flagelados". Por exemplo, a coluna *Vida Social* do jornal *O Paiz* trouxe no dia 14 de julho de 1915 o seguinte anúncio:

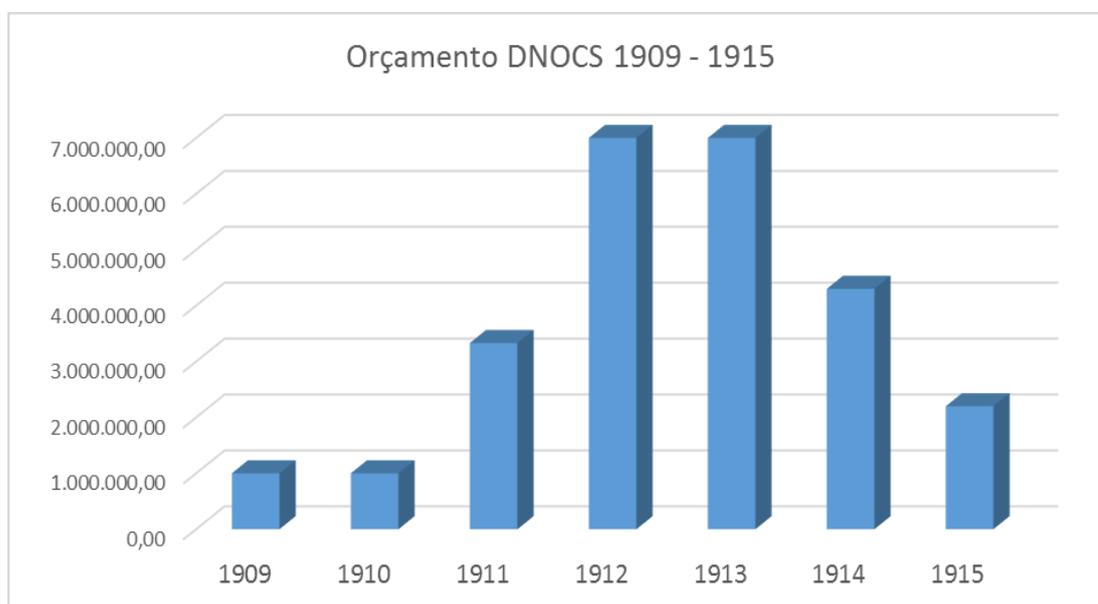
Os flagelados pela canícula tremenda que devasta os sertões do norte, desolando-os nos seus elementos de vida social e econômica, ou transfigurando-os em pavorosos quadros para a representação de torturas dantescas, vão despertando e de um modo intenso, afinal, a alma brasileira nos seus grandes sentimentos de generosidade. [...] No próximo dia 18 haverá no Teatro Municipal [...] um festival em benefício das vítimas da seca.

Ao final o convite apresenta a programação musical da noite, que incluía músicas de compositores clássicos como Mozart e Wagner, declamação de poesias de Olavo Bilac, trechos de óperas e músicas populares da época. A prática de organizar eventos beneficentes, seja para as vítimas da seca no "norte", a cruz vermelha francesa ou os órfãos da

Bélgica era muito comum e dava ares de benemerência e compaixão cristã às festas da elite carioca de então.

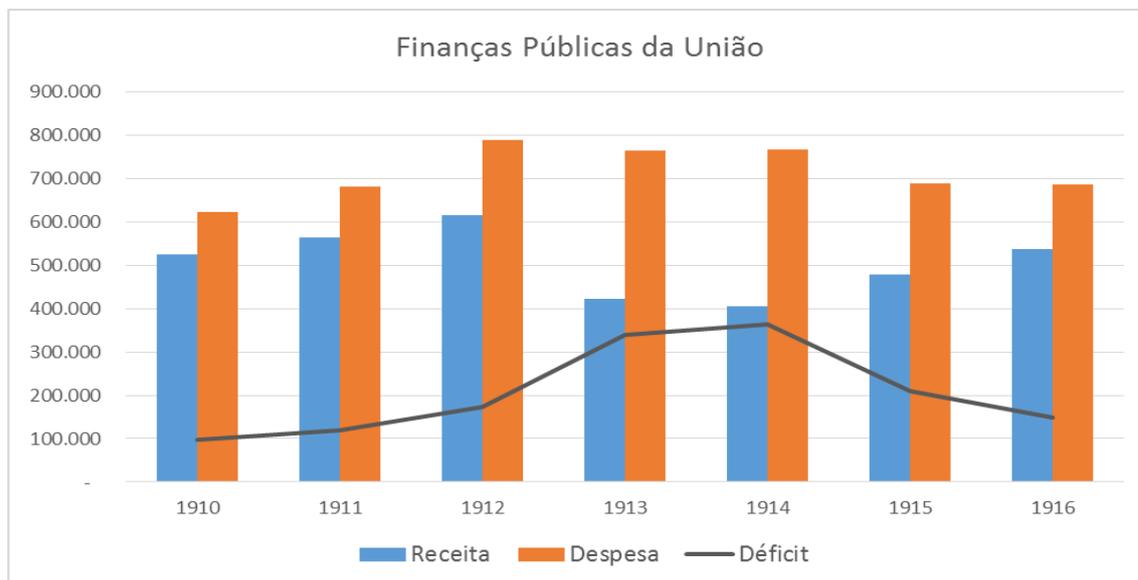
Em 18 de outubro do mesmo ano, é publicado um balancete dos valores arrecadados durante as tais festas e por ação do Diretório Pró-Flagelados do Norte. De junho a setembro de 1915 foram arrecadados 24:646\$200 (lê-se vinte e quatro contos, seiscentos e quarenta e seis mil e duzentos réis), o que equivalia a pouco mais da metade da verba aprovada a título de socorros públicos pelo governo federal. Destes, 10:144\$100 (lê-se dez contos cento e quarenta e quatro mil e cem réis) é enviado ao Ceará e o restante utilizado em despesas do próprio diretório, compra de alimentos a serem enviados a região da seca, ou doada a flagelados que haviam emigrado para o próprio Rio de Janeiro.

Se a seca despertou a caridade festiva da elite da capital da República, as súplicas do Presidente do Estado não sensibilizaram o Governo Federal e os recursos oficiais não foram liberados. A situação econômica do país, segundo o presidente Venceslau Brás, era crítica e a guerra na Europa seria a *causa mater* da penúria econômica que o Brasil atravessava e impedia a liberação de recursos. Apesar do recrudescimento da seca e dos pedidos insistentes de verba, o orçamento da Inspeção de Obras contra as secas sofre sucessivas reduções. No ano de 1915 corresponde à metade do ano anterior e a menos de um terço de 1913:



Fonte: Boletim do DNOCS - 1959

Tal redução era um reflexo do descontrole nas contas públicas da União, que acumulava sucessivos *déficits* em suas contas, cuja situação piorou muito nos anos imediatamente anteriores à seca, entre 1913 e 1914, com a desvalorização do café no mercado externo e a eclosão da primeira guerra mundial. É o que nos mostra o gráfico da página seguinte:



Fonte: Repertório estatístico do Brasil. Separata do Anuário estatístico do Brasil, Ano V 1939-1940

Da observação atenta do gráfico acima, vemos que a situação do balanço de pagamentos do Brasil era grave, e os *déficits* eram uma constante nas contas do país. Mais especificamente em relação ao período imediatamente anterior ao ano de 1915, o total da dívida acumulada apenas no biênio 1913-1914 já é maior do que toda a arrecadação de 1915. Some-se a isso uma crise no mercado internacional do café provocada pela eclosão da guerra na Europa e temos um contexto econômico extremamente desfavorável. O governo brasileiro dependia de sucessivos empréstimos estrangeiros, denominados *Funding Loan*³⁹, que lhe permitiam refinanciar a dívida externa, contraindo um novo empréstimo para pagar o anterior. Um destes acertos financeiros foi feito justamente em 1914 e, dentre outras garantias, previa que todas as rendas auferidas nas alfândegas brasileiras seriam empenhadas para o pagamento dos juros (ABREU, 2002). O país que tinha na exportação de apenas um produto - o café - sua principal fonte de riqueza, viu o mercado deste produto encolher e ainda abriu mão da renda gerada pela arrecadação de impostos sobre sua exportação.

Quando a seca de 1915 foi oficialmente declarada, a situação econômica do país era delicada e no Congresso Nacional havia uma pressão dos cafeicultores paulistas para que o Governo Federal socorresse os produtores que perderam dinheiro com a crise do café. Por mais que as notícias de miséria e desespero vindas do nordeste sensibilizassem a capital da República, os Estados afetados pela seca não faziam frente ao poderio político dos produtores de café no Congresso Nacional.

Para Rodolfo Teófilo, é inevitável a comparação do governo da República na seca de 1915 com a Monarquia comandada por D. Pedro II no flagelo de 1877, e ele o faz de

³⁹ Ao todo foram três *funding loans*: 1898, 1914 e 1931. Para mais informações sobre o endividamento brasileiro no período e os *funding loans* ver ABREU (2002).

maneira idealizada e elogiosa:

Naquele tempo tínhamos como chefe da nação um homem culto, honesto e bom. Com este grande brasileiro dirigindo os nossos destinos, não nos livramos de um ministro acabar (com a seca) por um decreto e suspender os socorros públicos. Dom Pedro II, tendo conhecimento do fato, mandou cassar a ordem e continuar a socorrer os famintos. O chefe da nação procedia assim naquele tempo, porém os Presidentes da República não tem a energia precisa para fazer os seus ministros cumprir o seu dever tanto que, agora, o Ministro da Fazenda protela a remessa de dinheiro para as obras contra as secas e não é chamado à ordem. (TEÓFILO, 1980, p. 32)

O ministro da fazenda republicano a que Teófilo se refere é Pandiá Calógeras, considerado pelo farmacêutico "desafeto nato e gratuito" dos cearenses. Na opinião do ministro, a saída mais adequada para o problema da seca era a migração dos sertanejos para outras áreas do país, sobretudo a região amazônica, ao invés de se investir em obras caras e nem sempre eficazes que atenuassem os efeitos da estiagem. Não por coincidência, mais de 70 mil cearenses migraram para outras regiões somente no ano de 1915.⁴⁰

Esta migração, patrocinada principalmente pelo Governo Federal, tinha como principais destinos a Região Amazônica e, em menor número, os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Somente pelo porto de Fortaleza saíram 50.783 pessoas, sendo 39.313 com passagens custeadas pela União e 11.740 às expensas dos próprios retirantes (Idem Ibidem, 1916).

As cenas no porto de Fortaleza eram tristes: centenas de pessoas se amontoavam no cais para esperar o embarque, mas os comandantes dos navios do Loyd Brasileiro, responsável pelo transporte dos emigrantes, recusavam-se a embarcar doentes e inválidos. A recusa era justificada pelo medo de epidemias a bordo, uma vez que a viagem, que durava semanas, era feita de forma desumana, em porões de navios sem as mínimas condições de higiene, com alimentação de péssima qualidade e nenhum conforto. Várias famílias eram desfeitas na marra no momento do embarque, filhos pequenos eram separados de seus pais, esposas de maridos, etc. A preocupação higiênica que ditava as regras em terra também o fazia no mar. Como não havia como garantir o isolamento dos doentes a bordo, resolveu-se que eles não poderiam embarcar.

Quando finalmente a verba para socorros públicos foi liberada, a IOCS é preterida na gestão das ações contra o flagelo. Em 15 de julho de 1915, foi publicado o decreto nº 2974 que criou a Comissão de Obras Novas Contra as Secas⁴¹. O mesmo decreto abriu créditos no valor de cinco contos de réis para os trabalhos da referida comissão, encarregada de realizar "obras de reconhecida utilidade na zona do Nordeste assolada pela seca". Apesar de já contar com

⁴⁰ Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1916 pelo Presidente do Estado Coronel Benjamin Liberato Barroso, pág. 7.

⁴¹ Para a atuação da Comissão de Obras Novas Contra as Secas, ver Castro, Lara de, Fortaleza, DNOCS/BNB-ETENE, 2010.

um órgão estruturado na região, com projetos e considerável experiência na atuação em obras contra as secas, o Governo Federal optou por criar uma comissão, dirigida pelo engenheiro Aarão Reis e com autonomia em relação à IOCS, mas atuando em paralelo com a mesma.

Há uma nítida falta de planejamento nas ações de combate aos efeitos da seca de 1915. Se por um lado o Governo Federal cria a Comissão de Obras Novas, com a missão de dar trabalho aos retirantes e possibilitar a fixação dos mesmos no sertão, por outro lado continuou custeando passagens para os que quisessem emigrar, mesmo diante dos protestos da bancada cearense no Congresso Nacional e do Presidente do Estado, além das matérias publicadas em alguns jornais do Rio de Janeiro.

Diferentemente da seca de 1877-1879, quando não havia estradas de ferro ou de rodagem que penetrassem o sertão do Ceará, em 1915 os retirantes não precisavam mais encarar longas e extenuantes (às vezes mortais) caminhadas pelo sertão seco em direção à Capital para procurar socorro. A Estrada de Ferro permitia uma viagem rápida e relativamente confortável, e essa mudança de certa forma reduziu a tolerância do sertanejo com as agruras da estiagem. Se antes ele esperava até que a situação se tornasse insuportável para só então pôr-se em retirada enfrentando a penosa jornada, com a ferrovia e a notícia da distribuição de passagens pelo governo para os que quisessem migrar para a Amazônia, ao menor sinal de crise grande número de pessoas cercavam as estações de trem pressionando por passagens gratuitas para Fortaleza. Em 23 de março de 1915, apenas 4 dias após do simbólico dia de São José, visto como marco pelo sertanejo para definir se haverá ou não seca, os jornais já anunciavam a chegada dos primeiros retirantes à capital.

Esse ânimo sertanejo para ir embora da terra natal fica registrado na imprensa em agosto de 1915, quando a bancada cearense no Congresso Nacional recebe um telegrama da Associação Comercial do Ceará relatando a preocupação com o êxodo patrocinado pelo Governo e que seduzia grande número de sertanejos:

Mediante passagens gratuitas, embarcaram esta semana 750 famintos. Enorme multidão afluí à agência do Loyd e à ponte metálica, tornando intransitáveis as imediações desses pontos. Divulgada pelos sertões a notícia de passagens gratuitas, grandes levas de retirantes buscam esta capital com a intenção de emigrar. Cumpre empregardes esforços [na] obtenção [de] serviços públicos com toda urgência. Do contrário, Estado ficará despovoado, sem braços para a lavoura, consequentemente sem rendas para a alfândega e sem receita. Os nossos produtos, especialmente o algodão e a borracha, precisam de auxílio para seu desenvolvimento.⁴²

Como se vê na citação acima, havia grande interesse dos sertanejos em migrar para outras regiões do país. As notícias que chegavam de pessoas migradas em secas anteriores e

⁴² Telegrama do Presidente da Associação Comercial do Ceará, Sr. José Gentil, publicado no Jornal *O Paiz*, em 03/08/1915 p. 2.

que conseguiram trabalho, somada a imagem da Amazônia como uma terra fértil e sempre úmida, atraem os retirantes com a promessa de dias melhores numa terra imune ao flagelo das secas. Se era verdade que "o Ceará está sempre entre uma seca que vai e outra que vem", a ida para outras regiões distantes, com passagens pagas pelo Governo Federal, seria a esperança de pôr termo definitivamente ao suplício periódico que lhes afligia. Ao contrário de outras secas onde a multidão buscava a Capital para ter socorro momentâneo durante a calamidade, em 1915 Fortaleza era apenas o porto de onde boa parte esperava partir em busca de melhores condições de vida.

Por outro lado, a visão da elite manifestada no telegrama é que este êxodo representava a ruína econômica do Ceará, e insistia mais uma vez na abertura de frentes de serviços públicos para manter os emigrantes ocupados no próprio Estado e não desfalcara o contingente necessário à produção agrícola, notadamente do algodão. Entretanto, como vimos no gráfico da página 44, o algodão cearense já estava em franca decadência há 5 décadas, e não era por falta de mão de obra ou pela ocorrência de estiagens, mas por não ter como concorrer com a produção cotonicultora dos EUA e do Egito. Com efeito, não era a migração da população que desfalcava a atividade econômica cearense, mas a decadência econômica do Estado, agravada periodicamente pelas secas, que tornava a migração atraente à boa parte da população.

Rodolfo Teófilo, que já havia se declarado um "inimigo acérrimo da emigração" tendo inclusive escrito o livro *O Paroara* em que criticava duramente os que optavam por emigrar, afirmava que "o sertanejo não abandona sua casa em tempos bons" para logo em seguida fazer a ressalva: "salvo o que vai tentar fortuna no Amazonas". Ainda segundo o farmacêutico, quem "aos primeiros sinais de seca abandona os lares é ruim, não faz falta, é vagabunda por instinto e preguiçosa por índole". (TEÓFILO, 1915, p. 87). Já aqueles que permanecem no sertão seco "sofrendo as maiores privações" e alimentando-se de plantas venenosas como a mucunã⁴³ seriam verdadeiramente fortes e dignos.

Essas afirmações, vindas de alguém que se pretendia uma testemunha e um narrador privilegiado da história das secas, revelam um discurso intolerante, ressentido, típico das elites cearenses que veem na emigração uma espécie de traição. Ao sertanejo caberia aguentar o flagelo periódico das secas dentro do estado, como se ele fizesse também parte da terra, e aguardar *ad aeternum* por obras e melhoramentos técnicos que transformariam o Ceará em um estado próspero. Mas após analisar as várias secas que se seguiram desde 1877 e, principalmente, a postura de sucessivos governos em relação a esta questão ele conclui: "Voltando à emigração, penso que ela se impõe à vista das razões apresentadas". (Idem, *ibidem*, 1915. p. 88)

⁴³ A mucunã é uma planta venenosa pertencente à família *Fabaceae*. É conhecida popularmente como mucunã, mucunã-de-carçoço e olho-de-boi.

No Rio de Janeiro, a imprensa reclamava da demora do governo em prestar socorro às vítimas da seca, apontando a necessidade de realização de grandes obras de açudagem antes da ocorrência da seca e não a distribuição de comida, rotulada como "esmola", após o início da estiagem. Mais uma vez o discurso médico-higienista emerge, relacionando a concentração de pessoas com a transmissão de doenças e degeneração de hábitos:

Esta forma de auxílio é absolutamente ineficaz [...] tem o inconveniente gravíssimo de manter a aglomeração de grandes massas de indivíduos nos pontos mais acessíveis para onde convergiam e onde se pode mais facilmente estabelecer o serviço de distribuição de socorros, trazendo como consequências a deficiência da higiene, a deficiência da ordem, a deficiência da própria alimentação, abrindo caminho para as irrupções epidêmicas, as expansões dos maus instintos, a mesma invasão dos abusos administrativos.⁴⁴

Por "deficiência da ordem" entenda-se saques e outras ações de expropriação, e por "expansões dos maus instintos" a prostituição. Para o periódico carioca, não é apenas a fome e a miséria que corrompem, mas a "aglomeração de grandes massas de indivíduos" que buscam ajuda que torna-se um grande perigo para a ordem, a moral e a saúde. Esse raciocínio vai de encontro à política reivindicada pelo governo e as elites locais cearenses, mas fortalece a ideia do patrocínio da migração em massa como forma de aliviar a tensão das grandes concentrações.

Com a seca formalmente estabelecida, a migração de sertanejos nordestinos bancada pelo Governo da República tinha como principal destino a região Amazônica, mas não o único. Em 1915 a guerra na Europa havia recrudescido e o fluxo de imigrantes estrangeiros brancos para os cafezais e para a então nascente indústria paulista, cessado. Além disso, alguns dos imigrantes italianos retornaram a sua terra natal para se engajar na guerra, diminuindo a oferta de trabalhadores para o cultivo do café. O governo paulista então passou a demonstrar interesse em receber os emigrantes nordestinos, conforme ofício do Departamento Estadual de Trabalho, publicado no jornal *Correio Paulistano*:

Sem deixar de exprimir a convicção em que estou da alta oportunidade de se estabelecer e incrementar, entre os estados do Norte e do Sul, uma corrente emigratória anual capaz de ser um incentivo à riqueza particular dos nortistas, e um resgate dos Estados do Norte às consequências das fatalidades físicas que impedem sobre a atividade dos seus filhos (...) Da lavoura para as terras particulares, para as cidades e para o estrangeiro saem anualmente muitos emigrados que formam pecúlio ou se repatriam, acrescentando que este ano saíram também reservistas e as colheitas ainda não estão terminadas.⁴⁵

No relatório anual apresentado ao Congresso Legislativo de São Paulo, o Presidente do Estado, Sr. Altino Arantes, descreve melhor a situação referente à migração para seu Estado:

⁴⁴ Jornal *O Paiz*, 25/07/1915, p.1

⁴⁵ Jornal *Correio Paulistano*, 31/07/1915, p.6.

Perdurando as causas bastante conhecidas da depressão do nosso movimento imigratório, foram ainda reduzidas as entradas de imigrantes no ano findo. Não obstante, aportaram no Estado 20.937, incluindo-se nesse número os retirantes dos Estados do norte, acoçados pela seca. A saída de passageiros de 3ª classe, considerados como emigrantes foi, no mesmo período, de 26.183; daí o *déficit* de 5.246 no movimento migratório de 1915.⁴⁶

Da análise conjunta das duas últimas citações, percebemos a preferência dada ao imigrante estrangeiro em detrimento ao nordestino pelo governo paulista. É apenas devido à dificuldade de atrair europeus em virtude da guerra e de uma suposta "campanha que continua viva, contra ela [imigração para o Brasil] no exterior"⁴⁷ que os nordestinos passam a ser vistos como solução para manter a oferta de mão de obra para o café. Mesmo assim, em número bastante reduzido, que sequer consegue suprir o déficit apontado em 1915. Ainda preocupado em aumentar o fluxo migratório para seu Estado, Arantes aponta outras medidas em estudo por seu governo:

Entre as medidas em estudo, cogita-se de promover uma corrente imigratória de operários agrícolas, durante a colheita do café, procedente das repúblicas do Prata, onde não é difícil encontrá-los disponíveis nessa época. Não coincidindo o tempo das maiores fainas agrícolas aqui com o da maior intensidade de trabalho na lavoura daqueles países, torna-se perfeitamente viável um acordo entre os respectivos Departamentos de Trabalho, de modo a entabular-se uma utilíssima permuta de operários, sem perturbação para o serviço agrícola de qualquer das partes interessadas (Op. Cit, 1916.).

Enquanto uma parte do nordeste, principalmente o Ceará, enfrentava uma seca e grande número de sertanejos estava ávido por emigrar, o governo paulista, privado dos grandes fluxos de trabalhadores brancos europeus ao qual atraía com grandes investimentos, apontava como provável solução para minimizar a falta de braços para o trabalho na lavoura a importação temporária de trabalhadores das Repúblicas do Prata. Diante da escassez de mão de obra havia que se fazer algo, mas que não implicasse na atração de mestiços racialmente inferiores do norte em grande quantidade para se instalar na região. Era preferível recrutar temporariamente trabalhadores estrangeiros, que justamente por essa condição e por terem sido contratados por intermédio de órgãos estatais de seus países de origem, não poderiam se fixar no território nacional. A crise na oferta de mão de obra não poderia macular a política de branqueamento e elevação racial implementada com muito esforço na região sul do Brasil.

A atração de colonos europeus para as regiões sul e sudeste do Brasil tornou-se política de Estado durante o Segundo Reinado. Não havia uma justificativa econômica para a empreitada, uma vez que o tráfico internacional de escravos africanos estava em alta e estes

⁴⁶ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo de São Paulo em 14 de julho de 1916, p. 41.

⁴⁷ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo de São Paulo em 14 de julho de 1914, p. 632.

constituíam a principal mão de obra empregada na produção agrícola. Desde o início, a imigração de europeus teve um caráter racial acentuado, uma tentativa de "branquear" uma população eminentemente negra ou mestiça. Sobre a falta de fundamento econômico para a promoção da migração europeia, FURTADO (2007) afirma que as colônias de imigrantes implementadas no país

tinham como razão de ser a crença na superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daqueles cuja "raça" era distinta da dos europeus que haviam colonizado o país. Era essa uma colonização amplamente subsidiada. Pagavam-se transporte e gastos de instalação e promoviam-se obras públicas artificiais para dar trabalho aos colonos, obras que se prolongavam algumas vezes de forma absurda. E, quase sempre, quando, após os vultosos gastos, se deixava a colônia entregue a suas próprias forças, ela tendia a definhir, envolvendo em simples economia de subsistência. (FURTADO, 2007, p. 23)

Fica claro na citação acima que a vinda de colonos brancos europeus para o país obedecia a uma lógica de melhoramento racial e não se justificava do ponto de vista estritamente econômico. O importante era exatamente a sua presença aqui, não exatamente o que ele seria capaz de produzir, mas de reproduzir. A geração do maior número possível de descendentes, concorreria para melhorar a "cultura" do povo brasileiro e salvar a nação de uma inexorável marcha ao subdesenvolvimento. Para tanto, era necessário estabelecer boas condições de atração e manutenção desses imigrantes, como forma inclusive de facilitar a multiplicação de sua prole. Quando comparamos as condições em que se davam os dois principais fluxos migratórios na virada do século XIX para o XX, além das condições de vida destes grupos distintos, a preocupação com o bem estar dos estrangeiros se mostra notória:

O imigrante europeu, exigente e ajudado por seu governo, chegava à plantação de café com todos os gastos pagos, residência garantida, gastos de manutenção assegurados até a colheita. Ao final do ano estava buscando outra fazenda em que lhe oferecessem qualquer vantagem. Dispunha sempre de terra para plantar o essencial ao alimento de sua família, o que o defendia contra a especulação dos comerciantes na parte mais importante de seus gastos. A situação do nordestino na Amazônia era bem diversa: começava sempre a trabalhar endividado, pois via de regra obrigavam-no a reembolsar os gastos com a totalidade ou parte da viagem, com os instrumentos de trabalho e outras despesas de instalação. Para alimentar-se dependia do suprimento que, em regime de estrito monopólio, realizava o mesmo empresário com o qual estava endividado e que lhe comprava o produto. As grandes distâncias e a precariedade de sua situação financeira reduziam-no a um regime de servidão. Entre as longas caminhadas na floresta e a solidão das cabanas rudimentares onde habitava, esgotava-se sua vida, num isolamento que talvez nenhum outro sistema econômico haja imposto ao homem. Ademais, os perigos da floresta e a insalubridade do meio encurtavam sua vida de trabalho. (Idem, *ibidem*. p.100)

As condições de vida mais salubres e vantajosas oferecidas ao imigrante europeu visavam também evitar possíveis críticas dos governos de seus países de origem, o que poderia

dificultar a vinda de novas levas de trabalhadores⁴⁸. Por outro lado, é óbvio que estas condições estão diretamente ligadas aos índices reprodutivos de uma população, conforme já pregava a puericultura na época. Por contraste, observando o que aconteceu com os nordestinos que emigraram para a Amazônia e que não dispunham dos mesmos benefícios, podemos entender qual era o real intuito do governo brasileiro ao investir pesados recursos com os colonos estrangeiros:

Obrigados a completar seu orçamento com recursos locais de caça e pesca, [os nordestinos] foram regredindo à forma mais primitiva de economia de subsistência, que é a do homem que vive na floresta tropical, e que pode ser aferida por sua baixíssima taxa de reprodução. Excluídas as consequências políticas que possa haver tido, e o enriquecimento fortuito de reduzido grupo, o grande movimento de população nordestina para a Amazônia consistiu basicamente em um enorme desgaste humano em uma etapa em que o problema fundamental da economia brasileira era aumentar a oferta de mão de obra.(grifou-se) (FURTADO, 2007, p.101)

Se, como afirma Celso Furtado, o grande problema da economia brasileira era "aumentar a oferta de mão de obra", como explicar que um país com sucessivos e pesados déficits em suas contas externas aplicasse vultosos recursos para trazer grande número de imigrantes estrangeiros, ao passo que milhares de trabalhadores nacionais morriam de fome dentro de seu próprio território ou eram transferidos para uma região economicamente menos próspera? A resposta a esta pergunta fatalmente nos leva à questão racial e a tentativa de "embranquecimento" do país que permeou a ciência e a política brasileiras no século XIX e na primeira metade do XX. Abordaremos mais detidamente a questão racial no capítulo 3 deste trabalho.

Os relativamente poucos cearenses que procuraram refúgio na região sudeste do país passavam por uma triagem. De acordo com o ofício do Diretor do Departamento Estadual de Trabalho de São Paulo enviado ao Serviço de Povoamento, somente os retirantes que se achassem constituídos em famílias e que fossem agricultores de profissão poderiam ser encaminhados para as áreas de lavoura. A justificativa era de que "somente as famílias agricultoras bem constituídas são de fácil colocação"⁴⁹ porque anualmente vários imigrantes abandonavam a lavoura e retornavam aos seus países de origem após formarem "pecúlio", ou partiam para as cidades em busca de colocação mais vantajosa na indústria e no comércio. A exigência de família constituída era uma estratégia para fixar esse trabalhador na terra, uma vez que "fugir" e conseguir pouso com a família, principalmente se esta tiver crianças, é sempre mais

⁴⁸ Na década de 1850 diversos relatos de viajantes estrangeiros de passagem pelo Brasil davam conta de que os imigrantes no país eram submetidos a condições de vida muito duras, bem diferentes daquelas anunciadas pelo governo na Europa. Diante dessa situação, houve um considerável movimento anti-imigração para o Brasil e a Alemanha acabou por proibir a imigração de seus cidadãos para o país em 1859.

⁴⁹ Ofício publicado no jornal *O Paiz* em 30/06/1915, p 6.

difícil do que sozinho ou em grupos de adultos solteiros.

Em agosto de 1915 o bispo do Ceará D. Manoel da Silva Gomes visitou em São Paulo os imigrantes cearenses que haviam se dirigido àquele estado. A mensagem trazida pelo bispo era de que a situação dos que emigraram era provisória e que em breve estes deveriam retornar ao Ceará:

[o Bispo] Incitou os emigrantes a conservarem sempre o nome de cearenses, cuja probidade e amor ao labor, à família e à religião eram proverbiais. Podiam confiar no agasalho e na proteção do governo da União e nos seus delegados (...). Estava, portanto, assegurada a sorte dos que quisessem trabalhar e mais tarde, quando as terras do Ceará estiverem em condições, poderão volver a elas os seus filhos até então disseminados.⁵⁰

O jornal afirmava ainda que o número de emigrantes era de 155 pessoas, divididos em "90 famílias e 65 avulsos". O fato de o periódico discriminar não apenas a quantidade de retirantes, mas também os que estão acompanhados de suas famílias e os "avulsos" demonstra como era importante a presença de familiares para facilitar a colocação nas fazendas. Essa exigência criava dificuldades aos migrantes nordestinos. Em primeiro lugar, a seca expulsava pessoas de todas as idades do sertão, e muitas não haviam ainda constituído família. Em segundo, os comandantes dos navios do Loyd Brasileiro encarregados de transportar os retirantes se recusavam a embarcar pessoas doentes e muitas famílias eram desfeitas ainda no cais de Fortaleza. Ao chegar em São Paulo estas pessoas eram rejeitadas por não apresentarem a garantia de que permaneceriam na lavoura até o término do contrato. Sem emprego na lavoura, restava a estes retirantes tentar empregos nas cidades ou em órgãos públicos, conforme relatado no jornal *Correio Paulistano*:

Ao Sr. Eloy Chaves, secretário da Justiça e da Segurança Pública, apresentou-se há dias uma turma de doze cearenses que vieram da sua terra, perseguidos pelo flagelo da seca, e pediram para verificar praça na Força Pública do Estado. O Sr. Secretário mandou submete-los a inspeção médica e a junta que os examinou concluiu que os doze retirantes são fortes, sadios, perfeitamente aptos para o serviço. (...) A vista do parecer da junta o Sr. Dr. Eloy Chaves determinou ao coronel Baptista da Luz que os alistasse nas fileiras da força pública.⁵¹

A imigração era combatida pelas elites locais no Ceará, com medo do possível despovoamento do estado e a conseqüente perda de poder. Também não era vista com bons olhos pela elite cafeeira do sul do país, empenhada em seu projeto de melhoramento racial que não tolerava os mestiços nordestinos. Restava a estes então buscar os seringais amazônicos ou aguardar em Fortaleza o término da estiagem. Contudo, como veremos no próximo capítulo, longe de encontrar abrigo, estes retirantes encontraram uma cidade que não os tolerava.

⁵⁰ Jornal *O Paiz* 17/08/1915, p. 6

⁵¹ Jornal *Correio Paulistano*, 12/08/1915, p. 6.

2.2 O CURRAL DA FOME

Nesta capital os flagelados foram agasalhados, a princípio no Passeio Público, enquanto o número não excedeu de três mil, mas para logo subiu de uma maneira tão rápida que foi preciso retirá-los e localizá-los em um vasto terreno no Alagadiço, cercado, bem arborizado, que tomou o nome de Campo de Concentração, em que foram feitas ligeiras instalações inclusive de luz elétrica que facilitava a fiscalização à noite. Isso deu lugar a que não fossem registrados atos de desrespeitos ao pudor.⁵²

Em seu relatório apresentado anualmente à Assembleia Legislativa do Ceará, o Presidente do Estado, Coronel Benjamin Barroso, aponta a solução encontrada por ele para abrigar os retirantes que chegavam a Fortaleza expulsos do interior do estado pela seca de 1915. Inicialmente abrigados provisoriamente no Passeio Público, principal local de lazer das elites cidadinas, e ao atingirem o número de três mil foram transferidos para um terreno num bairro distante do centro, denominado Alagadiço. Para a população da urbe, ciosa de seus hábitos afrancesados e higiênicos, era inaceitável que aquela multidão de famintos rotos e sujos permanecesse no principal logradouro de lazer da cidade, onde a elite da cidade ia em suas melhores vestes para ver e ser vista.

A imagem descrita pelo Presidente do Estado passa a ideia de um abrigo improvisado mas que dispunha de certa estrutura, principalmente no que tange a segurança. A preocupação com a vigilância dos possíveis "atos de desrespeito ao pudor" era tanta que o Campo de Concentração dispunha de iluminação elétrica já em 1915, quando o restante da cidade só veio dispor de tal recurso em substituição a iluminação a partir do gás carbônico, ainda de forma experimental, em 10 de outubro de 1933. (NOGUEIRA, 2013, p. 45).

É bastante simbólico o nome dado ao local de confinamento destes retirantes. Ao invés de utilizar o nome já consagrado em empreitada semelhante em outras secas, como abarracamento ou acampamento, optou-se pela expressão que estava em voga nos jornais da época, nas notícias sobre o desenrolar da 1ª Guerra Mundial. Caracterizada pela chamada "guerra de trincheiras", onde as tropas dispunham de pouca mobilidade e ficavam semanas sem avanços significativos no campo de batalha, nesta guerra foi muito utilizado o termo Campo de Concentração⁵³, que passou a designar locais onde prisioneiros, tropas e equipamentos eventualmente ficavam estacionados à espera do momento de seguir para o *front*. O importante a ser destacado é que neste período aquilo que se chamava Campo de Concentração em nada lembrava o terror que foi visto posteriormente durante a 2ª guerra mundial.

⁵² Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1916 pelo Presidente do Estado Coronel Benjamin Liberato Barroso (pág. 7).

⁵³ A expressão "Campo de Concentração" foi utilizada pela primeira vez durante a Guerra dos Bôeres, na virada do século XIX para o XX para denominar os locais onde civis *africaners* eram confinados pelas tropas Inglesas.

Esta nomenclatura adotada na seca de 1915 e que era distinta das anteriores também chamou a atenção de Rodolfo Teófilo:

Os retirantes estiveram no Passeio Público até se preparar no Alagadiço o futuro "abarracamento", o qual tomou, não sei por quê, nome de "campo de concentração" e o povo batizou de "curral". O retirante perdeu seu antigo e expressivo nome e começou a chamar-se "flagelado". Coisas do tempo e da moda. Em todas as secas chamou-se ao sertanejo que emigra de "retirante" e não de "flagelado". Flagelados somos todos nós durante uma calamidade. (TEÓFILO, 1915, p. 55)

Provavelmente, a intenção de Barroso ao adotar essa nomenclatura tanto em relação aos confinados quanto ao local de confinamento era passar a imagem de algo moderno, digno, adotado pelas principais potências econômicas de então e em contraponto à denominação adotada espontaneamente pela população que chamava o local onde os retirantes eram confinados de "curral do governo" (NEVES, 1995, p. 105). Entre a expressão adotada livremente pela população, que demonstrava a visão de que as pessoas confinadas eram tratadas de forma semelhante a animais, e a de origem militar, optou-se pela segunda, mesmo que não houvesse tanta semelhança entre o confinamento cearense e o europeu do período.

Os discursos produzidos acerca dos acontecimentos tentam modificá-los e passar a imagem de um governo preocupado com os retirantes e antenado com o que de mais moderno havia no mundo. As fotos abaixo, extraídas do *Jornal do Brasil* mostram o que seria o cotidiano de prisioneiros franceses, hindus e britânicos em um campo de concentração alemão durante a 1ª Guerra Mundial:

Os prisioneiros de guerra da Alemanha



- 1) Prisioneiros franceses à espera que lhes chegue a vez de receber o rancho; 2) O escultor parisiense Lergès, ao lado de alguns compatriotas, entregando-se ao exercício de sua arte; 3) Dois prisioneiros franceses lavando a própria roupa; 4) Grupo de prisioneiros ingleses, franceses, belgas, argelinos e hindús, reunidos no mesmo campo de concentração, que dista hora e meia de Berlim, em caminho de ferro

Ilustração 8: Aspectos do Campo de Concentração de Zossen na Alemanha. Fonte: *Jornal do Brasil* 24 de abril de 1915.

As fotos bem como suas legendas procuram mostrar o campo de concentração de Zossen na Alemanha como um local onde prisioneiros de guerra gozam de relativo conforto e respeito à sua integridade física, com possibilidade inclusive de se dedicarem à arte. Fosse a matéria jornalística fidedigna à realidade, seria de se imaginar porque um soldado iria lutar na guerra se ele poderia simplesmente render-se e desfrutar seu tempo livre num local assim. Mas nossa intenção ao incluir estas fotos não é analisar o discurso construído pelo jornal, nem a que ele se presta, mas apenas demonstrar que a imagem associada aos Campos de Concentração pela imprensa do Brasil naquela época era de um abrigo provisório onde pessoas eram confinadas mas mantinham a dignidade e até certo conforto. E era essa a imagem que o Presidente do Estado do Ceará Benjamin Barroso queria passar de seu campo de confinamento.

Em discurso pronunciado em 15 de outubro de 1917 na Câmara dos Deputados, o representante cearense no parlamento, Deputado Ildelfonso Albano, assim descreve o Campo de Concentração:

Na seca de 1915 foram eles, em número de 35 mil, encurralados em um grande cercado às portas da cidade. Viviam debaixo de cajueiros sem folhas, expostos ao sol e a chuva, em completa promiscuidade; recebiam diariamente uma miserável ração de comida e satisfaziam as suas necessidades "in loco". (ALBANO, 1917, p. 30)

As estatísticas oficiais da Inspetoria de Higiene do Estado, citadas pelo Jornal *O Estado de São Paulo*⁵⁴, dão conta de um número bem menor de confinados, algo em torno de 8 mil pessoas. Além disso, a área descrita como pertencente ao Campo de Concentração (2,5 Km² de acordo com Rodolfo Teófilo e o Relatório do Presidente do Estado) não comportaria os 35 mil sertanejos aludidos pelo deputado, sendo esta cifra provavelmente inflada com o propósito de dar dimensões ainda mais dramáticas ao fato, ou referia-se ao somatório de todas as pessoas que deram entrada no local nos seis meses em que ele existiu, incluindo aqueles que posteriormente morreram ou emigraram.

A principal preocupação do Presidente do Estado que levou ao confinamento dos retirantes foi com o "pudor" das famílias fortalezenses e a ordem pública. Em relatório apresentado em 1916, o Inspetor de Higiene do Estado, Dr. Carlos da Costa Ribeiro⁵⁵, relata conversa que teve com o Cel. Benjamin Barroso. O coronel afirma que não é a fome o maior problema dos retirantes, mas a varíola e "o assalto a honra das donzelas", e faz recomendações de que o Inspetor resolvesse o primeiro problema que ele resolveria o segundo⁵⁶.

Percebe-se, portanto, que o Campo de Concentração surge na verdade com o argumento moralista de coibir a prostituição ou "atos libidinosos" e também para prevenir a mendicância, saques e outras ações de massa empreendidas pela multidão de famintos. Não era a saúde dos confinados ou a organização de socorros públicos as preocupações que norteavam as medidas do governo, mas a proteção da propriedade privada, da ordem pública e da moral e os bons costumes.

⁵⁴ Jornal *O Estado de São Paulo*, em edição de 11 de novembro de 1915 afirma existirem 6143 pessoas no Campo de Concentração.

⁵⁵ Carlos da Costa Ribeiro era médico formado na faculdade de medicina da Bahia. Foi Inspetor de Higiene do Ceará entre 1914 e 1916, participou da fundação do Centro Médico Cearense, da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará e do Instituto Pasteur em 1918.

⁵⁶ Relatório do Inspetor de Higiene, Dr. Carlos da Costa Ribeiro, apresentado ao Secretário de Negócios do Interior Dr. Aurélio de Lavor em maio de 1916, pág 2. Fonte: Arquivo Público do Estado do Ceará (não catalogado).



Ilustração 9: aspecto do 1º nível do Passeio Público, local de lazer para a elite fortalezense e que serviu de abrigo para os primeiros retirantes. Fonte: Arquivo Nirez.

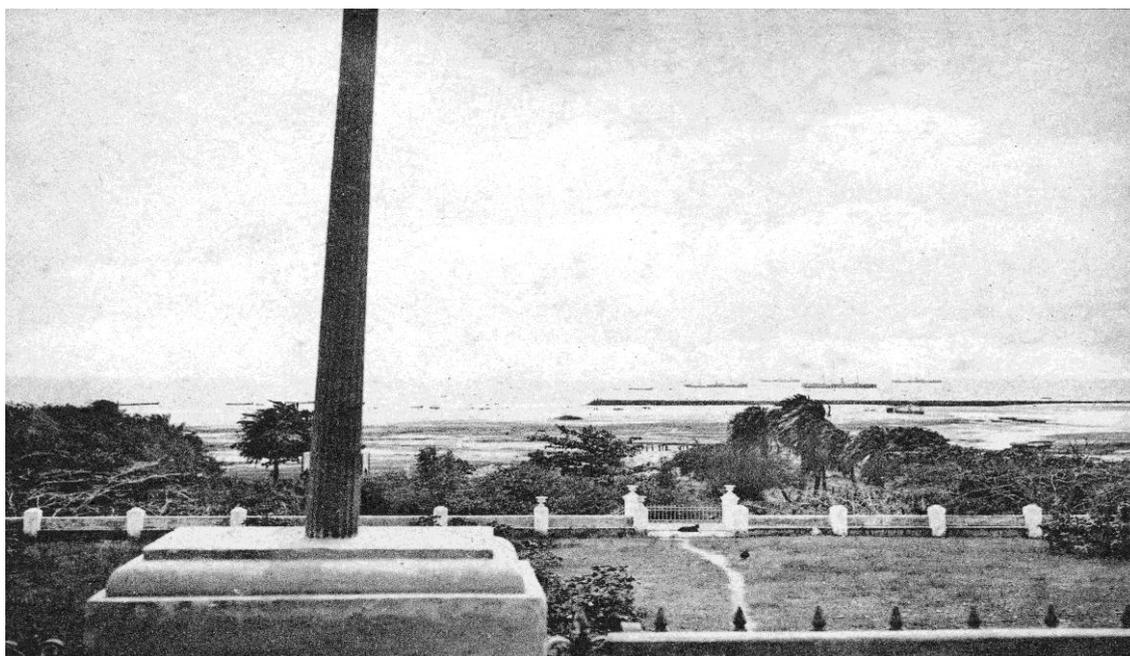


Ilustração 10: Segundo nível do Passeio Público, local destinado ao lazer das classes mais baixas da capital e que também serviu de abrigo aos retirantes. Fonte: Arquivo Nirez

As imagens acima do Passeio Público nos dão uma ideia da inicial curiosidade e depois absoluta incompatibilidade que deve ter se criado entre os moradores e frequentadores locais e a presença dos retirantes da tragédia da seca. Daí a necessidade de se segregar o grupo em outro local, o mais distante possível da urbe.

O documento do Presidente do Estado faz questão de ressaltar a arborização do lugar e as instalações de luz elétrica que facilitaram a vigilância e a defesa do "pudor" a qualquer

hora do dia ou da noite. Diante da grande massa de pessoas que afluía pela estrada de ferro, era imperioso resguardar a capital das cenas dantescas de mendicância, prostituição e miséria que chocaram a população citadina em secas anteriores, além de organizar os socorros públicos e prevenir a proliferação de doenças. É nesse contexto que surge uma instituição inédita na história das secas: o Campo de Concentração.

Ainda estava bem viva na memória da população de Fortaleza a catástrofe da grande seca de 1877, a "seca-tipo" nas palavras do farmacêutico Rodolfo Teófilo (1980), quando uma epidemia de varíola ceifou milhares de vidas, sem fazer distinção entre retirantes ou habitantes da capital, ricos ou pobres.

Até então, as medidas de praxe tomadas em períodos de grande estiagem eram a abertura de frentes de serviço e a distribuição de alimentos. Os retirantes abrigavam-se em "abarracamentos" construídos por eles próprios de forma improvisada na periferia da cidade, de onde vagavam em busca de sustento através de esmolas, trabalho ou pela prostituição.

A novidade trazida pelo Campo de Concentração era justamente o fato de ficar distante e de acabar com a mobilidade dessas pessoas, agora permanentemente confinadas. Há aproximadamente 6 quilômetros do centro, localizado em local ermo e nos arrabaldes da cidade, o sítio escolhido para concentrar os que fugiam da seca, ironicamente, chamava-se Alagadiço⁵⁷. Muitos autores apontam a proximidade com a estação de trem do "matadouro" como sendo estratégica para a localização do Campo de Concentração, muito embora até 1917 a Estrada de Ferro de Baturité seguia por outro traçado mais a leste, e a estação Matadouro só foi inaugurada em 1922. Ressalte-se que a estação tinha este nome por ficar ao lado do matadouro público de gado que, em virtude de sua atividade, e dentro da lógica higienista, ficava afastado da cidade. O local escolhido para confinar os retirantes era ainda mais afastado da cidade do que o utilizado para abater o gado.

Do ponto de vista da assistência aos retirantes, a grande "inovação" encampada na seca de 1915 foi justamente o confinamento destas pessoas, uma política diametralmente oposta àquela adotada em estiagens anteriores, muito mais graves. Ainda nas palavras de Teófilo (1980):

Relatei-lhe (ao presidente do Estado) os exemplos de 1877, 1888, 1900, sendo este o mais frisante. Em 1900, disse-lhe, não tivemos, pode-se dizer, assistência pública. Comemos das esmolas que nos deram os nossos irmãos do norte e do sul. O governo do Estado deixou os retirantes abrigar-se onde bem entenderam, e estes se agasalharam não só sob as árvores dos subúrbios como também nas das praças e ruas de Fortaleza. Findou-se o flagelo e não apareceu uma só epidemia, à exceção da varíola, companheira inseparável da seca. (TEÓFILO, 1980, p.52)

⁵⁷ O nome advinha do fato de ser uma região pantanosa por onde passava um pequeno rio, o que tornava a região insalubre e inadequada para esse tipo de empreitada.

A suposta liberdade que os retirantes de 1877 teriam para escolher o local onde construiriam suas moradias improvisadas não é consenso na historiografia. Segundo Garcia (2006), se por um lado alguns autores afirmam que eram os próprios retirantes que determinavam o local onde se fixavam, por outro as áreas ocupadas ficavam sempre fora do ambiente urbano, na periferia da cidade, o que atendia aos anseios do poder público de dificultar a mendicância e a convivência dos retirantes com a população citadina (GARCIA, 2006, p.72). De fato, é difícil acreditar que um grande número de pessoas miseráveis e famintas, que tinham na mendicância uma das principais formas de sobrevivência, iria escolher locais distantes da cidade para se abrigar se verdadeiramente possuísse outras opções.

A intenção era clara, os retirantes deveriam ser mantidos longe, isolados, sem contato com a população da urbe. Seus corpos poderiam tornar-se focos de contaminação, e suas práticas higiênicas vistas como atrasadas e moralmente inaceitáveis (prostituição) eram incompatíveis com o cotidiano de ordem e higiene de Fortaleza. Sobre a prática de isolamento de pessoas consideradas perigosas, Richard Sennett faz interessante comparação com o gueto judeu da cidade de Veneza durante o século XVI e a ocorrência da AIDS no mundo contemporâneo:

Uma sociedade profundamente insegura como a de Veneza, naquele momento, teme a falta de *resistance*. Teme sucumbir à mistura com o Outro. Repetindo: infecção e sedução são inseparáveis. Os moralistas pós-Agnadello assustavam-se com o risco de muitos milhares abaterem-se pelo contato com poucas centenas; (...) Essa linguagem em que o toque parece fatal ecoa como a retórica moderna sobre AIDS, contra o fascínio que contamina. O gueto representava algo como um preservativo urbano. (SENNETT, 2006, p.198)

A Veneza renascentista andava às voltas com epidemias de lepra e sífilis, e com o medo do contágio entre seus habitantes. Identificava nos judeus, e mais especificamente em suas práticas higiênicas, tidas como temerárias, um foco permanente de contaminação. Era necessário impedir o contato, físico e acima de tudo sexual entre cristãos e judeus, daí o isolamento ser total durante a noite mas haver uma relativa mobilidade durante o dia:

As pontes levadiças baixavam pela manhã, e alguns judeus dirigiam-se à cidade, a maioria para a área de Rialto, onde circulavam no meio da multidão comum. Os cristãos costumavam ir ao gueto quando queriam tomar dinheiro emprestado, vender gêneros alimentícios etc. Ao cair da tarde, todos os que haviam se ausentado retornavam, enquanto os venezianos se retiravam. Cerravam-se as janelas que abriam para o exterior e os balcões eram removidos; as paredes perpendiculares aos canais transformavam-se em algo parecido às muralhas de um castelo. (Idem, 2006, p.201)

A citação acima exprime bem um paradoxo. Ao mesmo tempo que eram considerados perigosos e verdadeiras fontes de contaminação, os judeus eram também importantes para a economia local. Eram eles os responsáveis pela oferta de crédito, além de

constituir-se como importante mercado consumidor de alimentos. Não seria razoável portanto expulsá-los da cidade, ou retirar-lhes completamente a mobilidade durante o dia. Além disso, a circulação de cristãos dentro do gueto e de judeus fora nos permite inferir que o medo de contaminação estava diretamente relacionado ao contato íntimo, sexual, não à transmissão pelo ar ou pelo contato comum. A moralidade era fator determinante para a manutenção da saúde.

Com efeito, é também como "preservativo urbano" que surge o Campo de Concentração de 1915. A diferença é que ao contrário dos judeus de Veneza, não havia mobilidade para os retirantes e suas atividades não eram consideradas economicamente importantes, a não ser como exército de reserva que garantisse a manutenção dos preços baixos de mão de obra, na construção de obras de melhorias na cidade, ou ainda como forma de pressionar o Governo Federal para o envio de ajuda.

No Ceará do início do século XX, a preocupação era análoga. Em 1915 a varíola estava controlada pela vacinação e já não representava a grave ameaça como em 1877. Contudo, o comportamento do sertanejo, submetido à miséria extrema, é que trazia perigo. Sobretudo as mulheres, tidas como vítimas indefesas de aliciadores e que adotavam a prostituição como estratégia de sobrevivência e depois eram vitimadas por doenças sexualmente transmissíveis:

Meninas de doze anos, de dez mesmo, apresentam braços, rostos e colos manchados por grandes círculos de dertos (sic). Todas elas, filhas dos sertões, santificadas por uma vida simples, sem sedutores, sem D. Juans miseráveis, chegam às cidades, mumificadas é certo, porém virgens. A libidinagem abastada põe-se logo ao encalce das suas grinaldas e propôs-lhes terrível dilema - rendei-vos ou contai com a morte. (TEÓFILO, 2011 *Apud* GARCIA, 2006, p.68)

Foi o que aconteceu, por exemplo, com Therta Maria da Conceição, de 13 anos, natural de Senador Pompeu, presa em junho de 1915 na rua Sena Madureira em Fortaleza. Apesar da pouca idade, ela foi classificada pela autoridade policial como exercendo a profissão de "meretriz" e presa sob a acusação de "ofensas à moral pública" por supostamente faltar "com o devido respeito às famílias, em tamanha duas horas da tarde"⁵⁸. Outros registros do mesmo gênero e no mesmo local nos permitem inferir que essa era uma prática comum naquele logradouro, onde boa parte das pessoas presas sob a acusação de prostituição eram detidas.

A perseguição não se restringiu às prostitutas, mas mirou também seus clientes. No mesmo Rol dos Culpados encontramos o registro de prisão do carpinteiro Israel Uchôa Mourão, de 47 anos, detido na rua Senador Pompeu sob a acusação de ser "chantagista e metido a D. Juan, desrespeitando as famílias"⁵⁹. Curiosamente, a polícia utilizava a mesma expressão que Teófilo para qualificá-lo, e seu "crime" era ser um sedutor. As prisões obviamente não tinham amparo

⁵⁸ Rol dos Culpados do mês de junho de 1915, registro nº 532.

⁵⁹ Rol dos Culpados de junho de 1915, registro nº 480.

legal, nem havia qualquer tipo de julgamento. Os detidos eram soltos um ou dois dias depois por ordem do próprio delegado, mas era nítido o esforço do Estado, via seu aparelho repressivo, de disciplinar os corpos dos habitantes da cidade.

Dos vários registros de prisão encontrados, um chamou a atenção por estar diretamente ligado ao objeto deste trabalho: no dia 18 de outubro de 1915, às 8:45 da manhã foi preso Francisco Felício, de 20 anos, residente no Alagadiço. Classificado como "vagabundo" pela polícia, pesava contra ele a acusação de ter "penetrado no alojamento dos emigrantes"⁶⁰. Diferentemente do carpinteiro Israel, não havia nenhuma referência a possíveis atos contra a moral das famílias ou "Don Juanismo" praticados por Francisco nem ele, ao ser identificado como "invasor", foi apenas expulso do local. Conduzido à delegacia, Francisco foi preso e somente dois dias depois foi liberado por ordem do Delegado.

Com efeito, esse registro reforça a ideia de qual era a função do Campo de Concentração do Alagadiço. Francisco, por ter entrado sem autorização no local destinado a confinar as pessoas que emigravam do sertão devido a seca, foi detido e levado para a delegacia como criminoso. Classificado como vagabundo, provavelmente por não ter profissão definida, não podia permanecer junto aos confinados que também não possuíam trabalho. O estabelecimento que teoricamente serviria para facilitar a assistência de pessoas pobres e sem emprego, não tolerava que pobres desempregados locais lá permanecessem. Fica claro o caráter específico do confinamento, voltado exclusivamente para os *retirantes* sertanejos, os quais deveriam permanecer isolados até de pessoas em situação análoga as suas, mas que já habitassem a urbe. Não se sabe qual a intenção de Francisco ao entrar no Campo de Concentração, mas a simples presença dele no local era vista como grave ameaça a ordem.

⁶⁰ Idem, mês de outubro registro nº 682.

2.3 UMA CARTOGRAFIA DO CAMPO DE CONCENTRAÇÃO

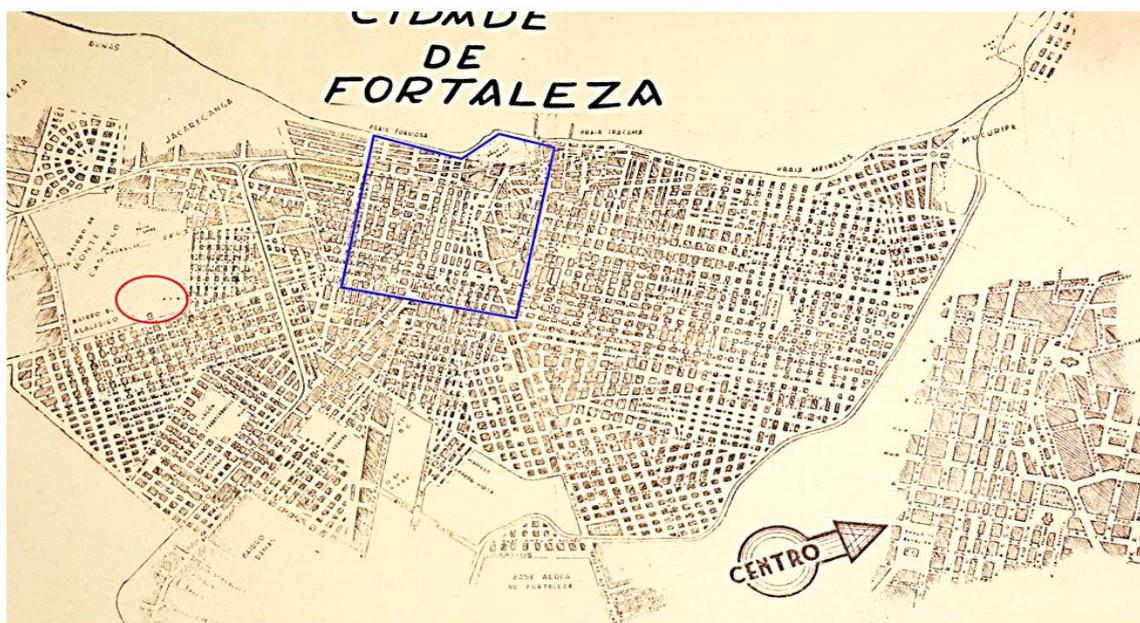


Ilustração 11: mapa de Fortaleza na década de 1940 com a região onde em 1915 ficava o Campo de Concentração (em vermelho) e o núcleo urbano principal (em azul). (Fonte: Arquivo Nirez)

Infelizmente não foram encontrados mapas da cidade de Fortaleza que retratassem a cidade nas primeiras décadas do século XX. Optamos então por apresentar o mapa acima, elaborado nos anos 40 que, embora registre um crescimento acentuado em relação ao período ora pesquisado, ainda nos dá uma ideia do quanto era isolado do núcleo urbano principal o Campo de Concentração. Mesmo com o grande crescimento populacional e espacial da cidade, principalmente após a grande seca de 1932, a área que abrigou o Campo de Concentração do Alagadiço ainda se encontra nos limites da cidade e não havia sido urbanizada nem loteada.

A localização com razoável precisão do terreno onde funcionou o confinamento dos retirantes foi obtida a partir do cruzamento das descrições encontradas em diversas fontes, tais como relatórios oficiais e livros, os de Rodolfo Teófilo e Thomaz Pompeu Sobrinho. Também a partir destas informações elaboramos o *croqui* da página seguinte que mostra a organização interna e o funcionamento do mesmo. Chama a atenção o elevado grau de improvisado nas instalações e a pouca preocupação com a saúde e o mínimo conforto dos confinados:

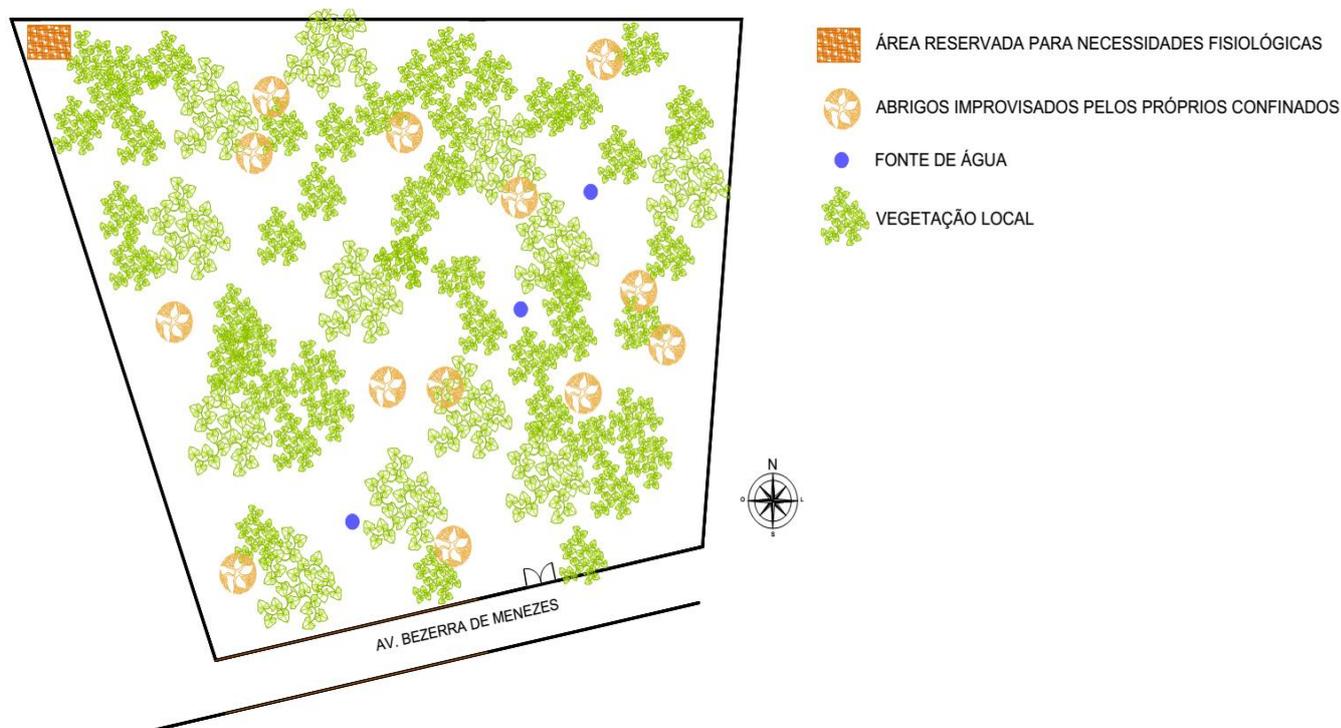


Ilustração 12: croquis do Campo de Concentração do Alagadiço, elaborado pela arquiteta Viviane Pinho.

As poucas estruturas erguidas pelo Poder Público foram a cerca, a iluminação elétrica e um abrigo ao fundo que fazia as vezes de banheiro. Tais estruturas eram a síntese dos motivos que levaram a surgimento do campo de confinamento: a ordem (luz elétrica e cerca) e a higiene (o banheiro improvisado). As demais estruturas necessárias eram deixadas ao improviso dos próprios confinados, que se utilizavam dos materiais que dispunham ou do que encontravam na natureza.

Rodolfo Teófilo descrevia de forma pessimista o Campo de Concentração. Para o farmacêutico, "a primeira visita que fiz ao 'Campo de Concentração' deu-me a certeza de que em breves dias teríamos aí um "Campo Santo". (TEÓFILO, 1915, p. 57) Ainda segundo esse autor, o local não era dotado de nenhum tipo de construção ou estrutura e as pessoas ficavam abrigadas à sombra de cajueiros ou em barracas de esteira ou estopa, mas "tão miserável era a coberta que não impedia que a atravessassem os raios de sol". Tudo era improvisado, inclusive o local onde preparavam alimentos, que ficava a céu aberto. A comida era preparada em latas de querosene em fogueiras, e chamava atenção a péssima qualidade dos alimentos, principalmente da carne "só digna de urubus" (Idem, 1915).

Segundo a descrição de Thomaz Pompeu Sobrinho, as instalações do Campo de Concentração nem de longe eram adequadas para abrigar os sertanejos:

Naquele enorme recanto, coberto de grandes cajueiros e mangueiras, os retirantes se abrigavam como podiam, uns sem mais anteparos que as copas frondosas, outros em toscas barracas de ramos ou simples guarda-ventos ou latadas que apenas os protegiam contra o sol canicular do verão. [...] Abrigo é expressão por demais lisonjeira, irônica; eufemismo que se impunha na falta de um vocábulo que melhor exprimisse o simulacro de arrancho, onde mal repousavam e dormiam forasteiros, expostos às intempéries senão tanto ao sol direto, pelo sombreado das ramas verdes, mas ao sereno, neblinas e chuvas outonais ou de caju que, ordinariamente, caem no litoral nos meses de setembro e outubro⁶¹.

Outra breve descrição, feita por Rodolfo Teófilo, foi fundamental para localizar e descrever uma estrutura fundamental para os confinados, qual seja, o local destinado para que estes fizessem suas necessidades fisiológicas:

Uma coisa que muito deveria interessar à saúde daquela população era o local onde se depositavam as matérias fecais. Fui vê-lo. Ficava à sotavento do abarracamento, no fundo do cercado, ao poente, a pequena área coberta de pequenos arbustos, onde os famintos, numa promiscuidade de bestas, defecavam, ficando as fezes expostas às moscas. Aquele atentado à saúde não podia deixar de ter consequências desastrosas. (TEÓFILO, 1915, p. 60).

Rodolfo expressa sua preocupação não apenas com o local e a forma como são depositados os excrementos dos retirantes, mas a forma como estes obtêm água para seu consumo próprio. Ao fundo do terreno havia um pequeno córrego - daí o nome de Alagadiço dado àquela região - mas este ficava demasiado próximo ao local onde se erguiam as latrinas, provavelmente na esperança que suas águas ajudassem na dispersão dos dejetos, o que inviabilizava sua utilização para o consumo humano. Buscou-se então a utilização de "aguadas" que, segundo o farmacêutico, "eram as mesmas de Fortaleza, buracos à flor da terra, ao tempo". Neste aspecto, a população confinada sofria do mesmo problema dos habitantes da urbe, a péssima qualidade da água utilizada pela população, como veremos no próximo capítulo.

O mapa da página 86 é uma representação da cidade de Fortaleza no ano de 1915, elaborado com base no mapa atual da cidade disponível no *site Google Maps*. Nele é possível ver destacado os principais lugares e equipamentos urbanos destacados neste trabalho, bem como ter uma noção das distâncias envolvidas.

Há textos acadêmicos e textos literários que citam o Campo de Concentração do Alagadiço. Em vários destes textos havia equívocos e contradições quanto a sua localização e os eventos que nele ocorreram, daí a necessidade de elaborarmos os mapas e croquis que constam neste trabalho. Para citar um exemplo destes equívocos, Rachel de Queiroz (2010) afirma em seu livro *O Quinze*:

⁶¹ BRASIL SOBRINHO, Thomaz Pompeu de Souza, *História das Secas (século XX)* - Acervo Virtual Oswaldo Lamartine Faria, pág. 21

No mesmo atordoamento chegaram à Estação do Matadouro. E, sem saber como, acharam-se empolgados pela onda que descia, e se viram levados através da praça de areia, e andaram por um calçamento pedregoso, e foram jogados a um curral de arame onde uma infinidade de gente se mexia, falando, gritando, acendendo fogo. (QUEIROZ, 2010, p.)

A Estação do Matadouro da Rede de Viação Cearense - atualmente desativada e denominada Otávio Bonfim - só foi inaugurada em 1922, e em 1915 a Estrada de Ferro de Baturité sequer tinha o traçado apontado pela escritora, conforme se vê no mapa elaborado com base nas informações colhidas ao longo de exaustivas pesquisas. A obra de ficção de Rachel, claramente inspirada nos acontecimentos reais e propondo-se a ser uma representação destes, pecou por sua imprecisão.

Infelizmente não encontramos fontes que apontassem com razoável exatidão de que forma se dava o desembarque destes retirantes dos trens em que chegavam nem como eram transportados até o Campo de Concentração. No entanto, alguns fragmentos de matérias jornalísticas e fotos do período nos permitem fazer especulações acerca de como esses retirantes eram recebidos na capital, passavam por triagens e eram encaminhados ao local de confinamento. Aparentemente, estes desembarcavam na estação João Felipe da Estrada de Ferro de Baturité no centro de Fortaleza, onde eram registrados e passavam por uma triagem, como vemos na foto da página 33. Em seguida eram conduzidos provavelmente em caminhões da IOCS e do governo estadual até o Alagadiço.

Reservado ao Mapa Grande (será impresso em separado)

Ilustração 13

CAPÍTULO 3 – DA ORDEM FEZ-SE O CAOS.

3.1 - A CAPITAL HIGIÊNICA DA BELLE EPOQUE.

Com tudo isso, Fortaleza podia gabar-se de sua salubridade. O sol, o vento e a secura do ar a higienizavam. Por esse tempo, André Rebouças a qualificou de cidade mais limpa do Brasil. C "A exceção de Tours - disse este eminente engenheiro - não vi nenhuma na Europa que nesse particular a igualasse; parecia ter-se pintado e caiado na véspera, para ser vista pelo estrangeiro".⁶²

Conforme já foi dito neste trabalho, na segunda metade do século XIX Fortaleza era uma cidade empenhada em modernizar-se e embelezar-se. Diversos relatos de viajantes, como o supracitado do respeitado engenheiro da corte André Rebouças, demonstram de certa forma o sucesso do esforço para tornar a capital do Ceará um ambiente belo, higiênico e salubre. Esta era também a impressão do casal de viajantes suíço-americano Agassiz, que visitou o Ceará em 1865. Chamou-lhes a atenção sobretudo as "suas ruas largas, limpas, bem calçadas, ostentando toda sorte de cores" e o fato de que em Fortaleza "não tem esse ar triste, sonolento, de muitas cidades brasileiras; sente-se aqui movimento, vida e prosperidade".⁶³

Em 1855 o engenheiro Adolfo Herbster foi cedido pela Diretoria de Obras de Pernambuco e contratado pela Câmara Municipal de Fortaleza para desenhar a planta da cidade e, mais do que isso, elaborar um projeto que disciplinasse seu crescimento. Inicialmente, Herbster apresentou em 1875 uma planta denominada *Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios* (fig. 1). Nesta, Herbster manteve o traçado planejado pelo engenheiro Silva Paulet em 1818, e apontou as direções em que a cidade deveria se expandir, sempre mantendo uma de suas principais características, a disposição das ruas e avenidas numa trama xadrez. O plano do engenheiro materializava o discurso médico-higienista tão em voga na época, e pretendia construir uma cidade não apenas ordenada e disciplinada, mas saudável:

O urbanismo nasce com o higienismo. A preocupação com as epidemias e a crença de que o amontoamento das moradias nos bairros populares contribuía para a produção de 'miasmas' que faziam adoecer a população, levou a que os médicos higienistas atuassem diretamente sobre o espaço construído (principalmente a moradia da população pobre) e sobre os corpos, estabelecendo uma política de esquadramento do espaço urbano e de controle da circulação de pessoas. (PECHMAN, 2000, p. 391, *apud* MATOS 2009)

Na capital cearense, Herbster estabeleceu três grandes avenidas (as atuais avenidas Dom Manuel, do Imperador e Duque de Caxias), na época denominadas *Boulevards*, o que aponta a influência francesa no plano que, junto com o oceano Atlântico ao norte, serviriam como limites da urbe além de facilitar a circulação de pessoas, mercadorias e veículos. Para Silva

⁶² Braga, 1962. História da Comissão Científica de Exploração, pág. 43.

⁶³ AGASSIZ, 1937. Disponível em <http://www.brasiliana.com.br/>

Exprimem a obsessão higienista do século XIX com a necessidade de amplos logradouros para facilitar a passagem das correntes de vento, porquanto se acreditava que o ar contaminado pela estagnação dos aglomerados urbanos era das mais terríveis causas de epidemias e mortalidades. O medo da doença e a intervenção médica ajudaram a preconizar a constituição da cidade.⁶⁴

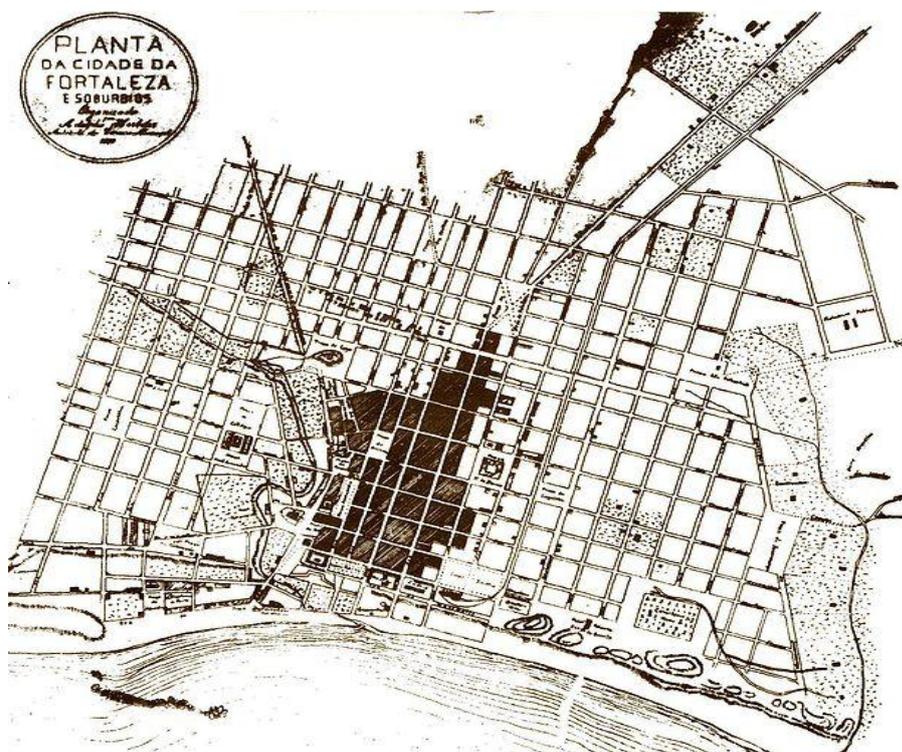


Ilustração 14: Planta de Fortaleza e Subúrbios, apresentada em 1875 por Adolfo Herbster. O perímetro central está destacado mais escuro. Fonte: Arquivo Nirez.

Deve-se ressaltar que o alinhamento reto, com cruzamentos em ângulos de 90° adotado em Fortaleza não encontrava justificativa apenas no higienismo e sua preocupação com a salubridade. Era derivado também da necessidade de vigilância dos habitantes e na repressão a revoltas, num modelo "utilizado desde Alexandre, o Grande, passando por conquistadores romanos, ingleses e espanhóis nas cidades de seus respectivos impérios" (PONTE, 2001 p.23). A trama urbana da cidade era uma representação da submissão dos corpos aos desígnios do poder estabelecido.

Ainda segundo Ponte (2001), o grande fluxo de capitais advindos da exportação do algodão que dinamizaram a economia de Fortaleza, aliado à "assimilação dos novos padrões e valores burgueses europeus" encetaram uma onda de "construção de novas e suntuosas edificações que evidenciavam seu poderio econômico e seu alinhamento com o senso

⁶⁴ Fortaleza: Imagens da Cidade, Fortaleza, 2001. Pág. 96.

estético do mundo moderno".

Era grande o esforço das elites cidadinas para transformar a capital do Ceará numa cidade moderna, bela e higiênica. As imagens a seguir demonstram essa obsessão:



Ilustração 15: Mercado Público de Fortaleza, importado da França e inaugurado em 1895. Cartão Postal da primeira década do Século XX. Fonte: Arquivo Nirez <http://www.fortalezanobre.com.br/2010/05/fortaleza-1910.html> (acesso em 11/08/2014)



Ilustração 16: Cartão postal de Fortaleza colorido a mão, provavelmente em 1910. Além dos grandes sobrados e prédios públicos, destacam-se os vários cataventos que usavam a força eólica para bombear água de poços artesianos, evidência da precariedade do abastecimento público. Fonte: Arquivo Nirez. Disponível em:



Ilustração 17: Jardim 7 de setembro na Praça do Ferreira em 1912. Um dos símbolos do aformoseamento burguês da cidade, este jardim foi destruído pelos revoltosos que se levantaram contra o governo Accioly. Cartão postal colorido à mão. Fonte Arquivo Nirez. Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/2010/05/fortaleza-1910.html> (acesso em 13/08/2014)



Ilustração 18: Cartão postal editado na França com a imagem da antiga Travessa Municipal, atual rua Guilherme Rocha. A direita a Praça do Ferreira com seus elegantes cafés afrancesados, em 1905. Fonte: Arquivo Nirez. Disponível em: www.fortalezanobre.com.br/2010/05/fortaleza-1910.html (acesso em 13/08/2014)



Ilustração 19: Engenho Central de caldo de cana, também conhecido como "Garapeira do Bem Bem", um dos tipos mais conhecidos da *Belle Époque* Fortalezense. Na foto de 1913 destacam-se as vestimentas elegantes e incompatíveis com as altas temperaturas médias registradas na cidade. Fonte: Arquivo Nirez. Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/2010/05/fortaleza-1910.html> (acesso em 15/08/2014)

Em 1910, a Casa Boris & Frères, importante empresa comercial de origem francesa que atuava em Fortaleza, mandou editar em Nice, na França, um álbum com 160 fotografias da capital e do interior do Ceará intitulado *Álbum de vistas do Ceará*. As imagens de Fortaleza foram cuidadosamente selecionadas para passar a imagem de uma cidade limpa, organizada, moderna e sobretudo bela. As pessoas que aparecem nas fotos também estão elegantemente vestidas, com trajes que em nada lembram o clima quente da cidade.

Das 160 imagens apresentadas, 27 se referem a diferentes ângulos do Passeio Público, de longe o logradouro mais fotografado. Era uma forma de demonstrar o protagonismo deste espaço de lazer no cotidiano da cidade e como, simbolicamente, ele era visto como o principal local de sociabilidade, verdadeiro ícone da cidade:



Ilustração 20: Algumas das fotos do Passeio Público. Fonte: *Fortaleza 1910*, edição fac-similar. Disponível em <http://www.fortalezanobre.com.br/2010/05/fortaleza-1910.html> (acesso em 13/08/2014)

A modernidade e o progresso são representados em 16 imagens da Estrada de Ferro de Baturité:

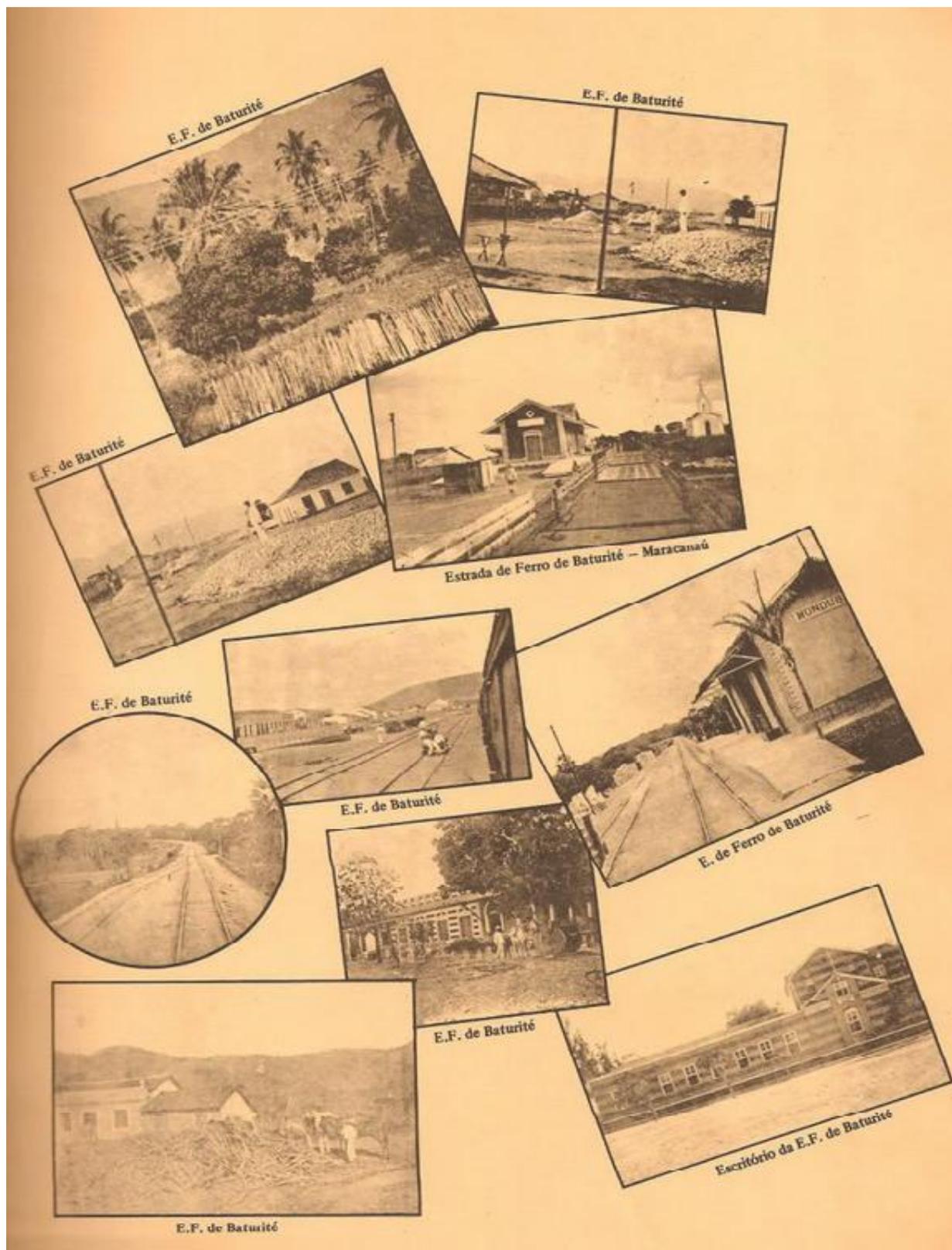


Ilustração 21: Algumas das fotos da Estrada de Ferro de Baturité. Fonte: *Fortaleza 1910*, edição fac-similar. Disponível em <http://www.fortalezanobre.com.br/2010/05/fortaleza-1910.html> (acesso em 13/08/2014)

A capital da província do Ceará já encontrava-se nesse processo de modernização burguesa quando no triênio 1877-1879 aconteceu a grande seca que, em termos de deslocamento populacional, destruição econômica e índices de mortalidade, foi provavelmente uma das maiores tragédias brasileiras. O médico e historiador Guilherme Studart, o Barão de Studart, estima em 180 mil o número de mortos. Destes, aproximadamente 67 mil apenas na capital, e em 125 mil os que emigraram para outras partes do país (Studart, Guilherme - 1909, *apud* COSTA, 2004). Por estes números de mortos e emigrantes - cerca de 305 mil pessoas - chega-se à conclusão que, após esta grande seca, o Estado do Ceará perdeu pouco menos da metade de sua população de 721.686 pessoas, de acordo com o Censo realizado em 1872.⁶⁵

Fortaleza viu sua população subir de 21.372 em 1872⁶⁶ para mais de 100 mil durante a seca de 1877. Esta grande massa de retirantes desestabiliza o cotidiano de ordem, beleza e higiene que a elite cidadina tentava implantar. Acampados em ruas e praças, mendigando e prostituindo-se, estes sertanejos constituem-se graves ameaças à salubridade, à moral e aos bons costumes, tão caros a esta elite. Surge então, em relação ao grande e vertiginoso crescimento populacional e a sua alta concentração que vem ensejar o surgimento de epidemias, aquilo que Foucault chama de "medo urbano" ou seja, o "medo da cidade, angústia diante da cidade que vai se caracterizar por vários elementos: [...] do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo, também, das epidemias urbanas [...]." (FOUCAULT, 1982, p. 87). A cidade que se orgulhava de sua beleza e salubridade passa a temer o próprio *habitat* citadino.

Rodolfo Teófilo calculava em 130 mil o número de pessoas que habitava Fortaleza no início de 1878, sendo que destes "110 mil eram retirantes, que acoitados pela seca, para escapar a fome haviam-se refugiado na capital da província". Essa massa de "flagelados" se dispersa pela cidade abrigando-se em palhoças improvisadas ou embaixo de árvores. O farmacêutico, diante de semelhante concentração de pessoas não vacinadas e submetidas a condições precárias de habitação, avaliava esta quebra da ordem higiênica como causa da epidemia de varíola que se seguiu:

Nunca em parte alguma do mundo um *morbus* encontrou terreno mais apto a sua germinação e desenvolvimento. Para se avaliar o grau de receptibilidade dessa multidão, lembro que além de não ter a imunidade da vacina anti-variolica, vivia na mais completa infração dos mais rudimentares preceitos de higiene. (...) Assim, expostos a todas as intempéries de um clima, que um prolongado verão de 21 meses havia, de salubérrimo que era tornado *mephitico*; depauperados pela deficiência da alimentação e pelas dores morais que lhes abatiam o espírito; vivendo, pode-se dizer, numa promiscuidade de cães dentro de uma esterqueria; não tiveram um só elemento de resistência a opor ao *morbus*[...] (TEÓFILO, 1997, p.10)

⁶⁵ Censo Demográfico Brasileiro - IBGE, disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>

⁶⁶ Idem

Percebe-se no texto do farmacêutico a diferença entre o ambiente urbano antes da seca, considerado "salubérrimo" e aquele que os retirantes encontram após 21 meses de seca. Também fica claro que para Teófilo o comportamento dos emigrantes, tido como promíscuo, fatalista e sem respeito aos padrões higiênicos da época, somado à ausência de imunização vacínica servem de explicação para a epidemia. Ainda segundo Teófilo, "o Governo da província só cogitava em salvar o povo de morrer de fome" e "em nenhum momento lembrou-se de *premunir-lo* contra a varíola". (Idem *ibidem*, 1997, p.10)

Como em secas anteriores, em 1915 a principal política governamental para os retirantes era o assistencialismo, a distribuição de comida e abrigo em troca de trabalho, quase sempre utilizado em benfeitorias para o espaço da urbe ou de infraestrutura para o Estado. Em troca de uma ração miserável, homens, mulheres e crianças lançavam-se em trabalhos insalubres e desumanos, como carregar pedras para o calçamento das ruas de Fortaleza, a construção de estrada de ferro, prédios públicos ou pequenos açudes.

Do ponto de vista da saúde, a concentração de pessoas debilitadas em locais insalubres e sem condições mínimas de higiene era desaconselhável, para dizer o mínimo. Era pacífico entre os profissionais de saúde da época que a iniciativa de concentrar os "flagelados" era temerária, uma vez que reproduzia as condições ideais para a transmissão de doenças infectocontagiosas. Vale ressaltar que os conhecimentos de microbiologia, advindos sobretudo a partir dos estudos de Louis Pasteur já estavam bastante avançados. A medicina da época já dominava a etiologia de algumas doenças e havia superado a visão dos "miasmas" como meio de transmissão de moléstias. O próprio Rodolfo Teófilo tentou demover o Presidente do Estado da iniciativa, afirmando que "aglomerar os retirantes era matá-los":

No dia seguinte ao da minha visita ao Passeio Público, fui visitar o Presidente do Estado. [...] Nessa ocasião ele esboçava a planta de um abarracamento que ia mandar construir para os retirantes. Pedi licença para discordar da sua opinião. Aglomerar os retirantes era matá-los. (TEÓFILO, 1980. p. 52)

Teófilo se posicionava contrariamente à segregação de pessoas saudáveis por motivos médicos. A retirada de pessoas do convívio social só encontrava embasamento como ação profilática de pessoas diagnosticadas com doenças contagiosas ou psiquiátricas. No primeiro caso, o isolamento visava dificultar a proliferação das doenças para aqueles que estavam sãos. O corpo era confinado enquanto fonte de contaminação, hospedeiro de uma moléstia que se queria impedir a multiplicação. Era o caso de doenças como a lepra e a tuberculose, ambas incuráveis no período. A lepra, ou hanseníase, tinha tal carga de perigo no imaginário popular que era de "notificação obrigatória e os doentes tinham que ser confinados em centros de reclusão" (CUETO, 2004, p.68).

No caso de doenças psiquiátricas, entendia-se o isolamento como parte do tratamento em si, uma forma de afastar o doente da causa de sua doença, qual seja, a própria vida em uma sociedade cada vez mais desenvolvida e industrializada. Nas palavras de TEIXEIRA e RAMOS (2012, p.357), sobre o contexto do surgimento do Hospício Pedro II no Rio de Janeiro em 1852:

[...] no contexto do alienismo da época, que valoriza as causas morais da loucura, era a *civilização* - com suas complexidades, excessos e reveses - que representava a principal fonte de adoecimento mental. De modo que possuir loucos era um apanágio dos países civilizados.

O isolamento de doentes mentais era, portanto, parte da terapêutica apontada pela medicina, que também associava o isolamento do *alienado* com sua submissão ao trabalho, de preferência rural, numa espécie de contraponto ao ambiente urbano que teria gerado a doença. Os hospícios e manicômios ao mesmo tempo que confinavam, ofereciam tratamento médico.

O que pretendia o Presidente do Ceará era coisa bem diversa. O confinamento planejado por ele tinha viés moralista, sua função era garantir a ordem e a vigilância dos retirantes que acorriam à capital. Não havia doença diagnosticada nos mesmos, nem se propunha o Campo de Concentração a fornecer atendimento médico. A moléstia que se queria isolar era a pobreza, a falta de hábitos higiênicos e a degradação moral. Na cidade bela, limpa e racional não havia espaço para os mestiços atrasados e bárbaros.

Vimos no primeiro capítulo que o sertão e o sertanejo eram considerados o símbolo da jovem nação Brasileira. Esta visão idílica, construída principalmente pela literatura regionalista, vai encontrar um contraponto no saber médico e higienista da literatura do final do século XIX. Esse Brasil representado pelo sertanejo mestiço é visto também como inferior, inculto, condenado, por mestiço que era, ao atraso e ao subdesenvolvimento. Euclides da Cunha também analisava como danosa esta miscigenação, e atribuindo inclusive os conflitos comuns na região a um "desequilíbrio" mental inerente aos mestiços:

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílio- guarani ou o tapuia exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço - traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares - é, quase sempre, um desequilibrado. (CUNHA, 1975, p.45)

Em alguns casos, as críticas raciais eram muito mais contundentes, grosseiras até, e revelavam um pensamento racista-determinista mostrando o sertanejo nordestino como um ser deformado e irrecuperável, uma verdadeira anomalia na terra:

O nordestino é um subproduto, é um homem tarado, entibiado e frouxo, é uma endemia andante, macilento e esqualido. É sempre portador de milhões de *morbus*, mais ou menos em seu sangue depauperado.⁶⁷

Rodolfo Teófilo, homem de ciência da época, concordava com as teses científico-racistas, mas acreditava que o mestiço seria sim capaz de produzir uma civilização avançada:

O que falta em nosso mestiço é cultura. Ele é apto para as mais delicadas funções da atividade humana. A prova está no papel saliente que muitos têm representado nas artes, na ciência, nas letras, no comércio. Haja vista os vultos de Cotegipe, José do Patrocínio, Farias Brito, André Rebouças, Tobias Barreto e muitos outros mestiços. (TEÓFILO, 1980, p.76)

A concepção racista acerca da população brasileira era muito comum no século XIX e, segundo Nancy Stepan (2001), "infestavam obras médicas, bacteriológicas e sociais" brasileiras. Diante de sucessivos trabalhos que tentavam provar a inviabilidade de uma civilização avançada nos trópicos, formada por indivíduos miscigenados, os homens de ciência brasileiros, como era o caso de Teófilo, estavam em posição complicada. Se por um lado queriam mostrar-se afinados com o que de mais avançado a ciência da época produzia na Europa e nos EUA, por outro não poderiam assumir que eram eles mesmos mestiços, inferiores e fadados ao eterno subdesenvolvimento.

Contudo, os médicos e demais profissionais de saúde reunidos no Centro Médico Cearense⁶⁸ não fizeram maiores críticas à ideia de confinar os retirantes em um local sabidamente insalubre. Nas várias fontes pesquisadas para este trabalho não foram encontrados artigos questionando o confinamento ou alertando para os riscos desta empreitada. Para estes profissionais, a dispersão de um grande número de miseráveis no ambiente urbano seria menos aceitável do que o simples recolhimento compulsório destas pessoas, mesmo que elas corressem riscos. Entre preservar a ordem e a vida dos retirantes, inequivocamente optou-se pela primeira opção.

⁶⁷ Fleury, *apud* Guerra, p.18.

⁶⁸ O Centro Médico Cearense era uma instituição científica fundada em 1913 e que reunia profissionais da área de saúde (médicos, dentistas e farmacêuticos). Teve atuação destacada como indutor das principais discussões científicas do período, principalmente diante da ausência de uma faculdade de medicina no Estado (que só seria criada em 1948). Editava um periódico denominado *Revista Norte Médico*, alterado em 1916 para *Ceará Médico* que era responsável por divulgar os principais trabalhos científicos desenvolvidos por seus membros, além de manter um intercâmbio com a produção acadêmica no Brasil e no Exterior. Para mais informações ver Gadelha (2009).

Essa preocupação com a ordem e os "bons costumes" não estava restrita aos meios médicos, mas difundida nos meios sociais e políticos junto com o discurso higienista. Em seu relatório anual de 1915, o presidente do Estado do Ceará, Benjamin Barroso, alerta para a necessidade de substituição da produção de aguardente pela de açúcar:

Em época não muito remota o Estado exportava cerca de duas mil toneladas de açúcar. Essa superabundância de produção de um gênero de primeira necessidade consideravelmente útil à nutrição chegou a desaparecer de todo por ter sido transformada em álcool, que só serve para a ruína do organismo humano e a degenerescência do homem nas gerações subsequentes. Criar contribuições pesadas sobre as fábricas de álcool, aguardente, e aliviar de impostos as de açúcar, prometendo-lhes mesmo prêmios animadores, é um ato de virtude e patriotismo que a vossa cultura saberá amparar dignamente.⁶⁹

Normalmente, o discurso governamental antietílico poderia ser associado apenas à ordem burguesa e à manutenção da aptidão para o trabalho das classes mais baixas, essenciais para o aumento da produtividade capitalista. Mas há nuances nesse discurso que devem ser observadas mais atentamente. Na opinião do Presidente do Estado, o grande problema a ser atacado era a "degeneração do homem nas gerações subsequentes" e não apenas "a ruína do organismo humano" no presente. Nitidamente, ele assumia um discurso higienista, na medida que acreditava ser possível a transmissão hereditária dos malefícios causados pelo uso frequente de bebidas alcoólicas. Barroso também utiliza a palavra "patriotismo" para deixar claro que seria interesse de toda a nação a implementação de medidas de restrição ao álcool, e que o benefício trazido seria amparado por toda a "vossa cultura". A disciplina dos corpos no presente seria transmitida hereditariamente e garantiria ao país um futuro muito melhor.

A Revista *Norte Médico*, periódico de cunho científico editada pelo Centro Médico Cearense, era um importante instrumento de divulgação dos ideais higienistas. A entidade, que congregava médicos, farmacêuticos e dentistas, era palco de debates e de difusão das mais recentes descobertas da área médica e reivindicava para estes profissionais um papel mais destacado como formuladores de um modelo de sociedade e de políticas de saneamento e higienismo. Logo em seu segundo número, o editorial afirmava:

É num momento confuso e difícil como este que uma classe que vive dispersa na sociedade para a sociedade e que devia ter um destaque especial pela grandeza de sua arte - a classe médica e suas dignas auxiliares farmacêutica e odontológica - resolveram congrega-se num centro que será uma oficina e atalaia alerta para a defesa de seus interesses morais, econômicos e sociais" (REV. NORTE MÉDICO, 1913, abr. p.11)

Com esta pretensão, o Centro deixava transparecer nas páginas de seu periódico a verdadeira obsessão que os profissionais da saúde tinham em disciplinar hábitos e

⁶⁹ Ceará, 1915. Relatório do Presidente da Província

corpos na época. Na edição de 30 de julho de 1913, por exemplo, o Dr. Virgílio de Aguiar publicou um artigo intitulado "A moda e a Higiene". Nesse artigo, o médico fez considerações acerca do vestuário feminino de então, considerado por ele "um atentado grosseiro à natureza", um "atroz suplício que a influência do hábito demudou em usança (sic) suportável".

Citando inúmeros trabalhos de médicos brasileiros, europeus e norte-americanos do período, Virgílio elencava o que considerava um "atentado petulante e irreverente à Higiene" sob a forma de vestimentas femininas. Desde os sapatos, considerados anatomicamente impróprios e que provocavam deformações nos pés, até os vestidos justos que tinham o "inconveniente moral de uma forte e luxuriosa exibição de formas", tudo era analisado segundo os preceitos higienistas de então. Mas é o espartilho, peça íntima que apertava o tronco feminino a fim de dar-lhe formas mais atraentes, que vai despertar a maior atenção e ensejar as críticas mais contundentes:

O vulgo não vê os malefícios desta abominável peça de vestimenta feminina, porque sua obra minaz faz-se às ocultas e em surdina, com representação patológica mais das vezes tardia [...] Exemplifiquemos a esterilidade promanada dos desvios uterinos determinados pelo espartilho [...]. Exemplifiquemos o aborto, onde a constrição espartilhar é determinante não rara, atentado criminoso em grande escala perpetrado na sociedade, cujo segredo não transpõe o lar. (Idem ibidem, 1913, p.41)

Das quase três páginas do artigo, duas são dedicadas a criticar especificamente o espartilho. Realmente essa peça causava diversos problemas físicos às mulheres além de grande desconforto. Porém, a principal preocupação do médico não estava relacionada ao bem-estar feminino *per si*, mas aos desdobramentos que ele poderia causar à prole gerada por aquelas mulheres que seguissem mais fielmente os preceitos higiênicos. No último parágrafo do artigo, Dr. Virgílio cita o médico e antropólogo Italiano Paolo Mantegazza, afirmando que a mulher que se submeter aos preceitos higiênicos ao invés de modismos

"... será mais sã, mais robusta; e abolindo o espartilho e o calçado apertado, de salto alto não estimulará a lascívia com o exagero das linhas sexuais, mas despertará a nossa admiração com as linhas de graça e rigor"⁷⁰

Ao final, o médico cearense arremata: "E como robusta, produzirá homens mais robustos, física, moral e intelectualmente". Vê-se, portanto, que é a necessidade de melhorar a prole e produzir filhos em maior quantidade e de melhor qualidade física, moral e intelectual que provocava no médico a preocupação com as condições de vida das mulheres. Ressalte-se que os hábitos e o vestuário descrito no longo artigo do Dr. Virgílio são identificados como afeitos às classes mais altas da sociedade, tidas como racialmente superiores, e por isso a preocupação em

⁷⁰ MANTEGAZZA, Paolo, *apud* AGUIAR, Virgílio de. Revista Norte Médico, 1913.

expandir sua descendência.

Essa preocupação do médico cearense era própria da "puericultura", ramo da medicina cujo significado pode ser entendido como "desenvolvimento científico da criança". Ela torna-se comum na França e na América Latina no início do século XX, mas já era utilizada nas últimas décadas do século XIX em uma espécie de analogia com a "agricultura". Uma maior produção de seres humanos sadios e de boa qualidade interessava ao Estado e era visto como fundamental nas disputas comerciais entre os países. Ter mais cidadãos aptos significava manter um grande "exército" de reserva, não apenas militarmente falando, mas economicamente. Mais soldados e mais operários são e produtivos significava uma grande vantagem competitiva entre as nações da época, uma espécie de "economia política reprodutiva coletiva", a ponto de médicos franceses enxergarem a baixa taxa de natalidade de seu país como uma desvantagem na competição militar e econômica com a Alemanha. (STEPAN, 2005, pág. 85).

Se o crescimento populacional e o melhoramento racial são vistos como política de Estado, a medicina e o higienismo debruçaram-se sobre os problemas apontados como inibidores deste crescimento: as doenças que atingiam as classes populares, a migração das mulheres do trabalho doméstico para as fábricas, ou mesmo os hábitos de vestir. Enfim qualquer fator que pudesse ser visto como causa de uma diminuição da natalidade, aumento da mortalidade infantil ou degeneração racial era combatido. A criança, portanto, assume um papel importante no modelo familiar burguês que almejavam os higienistas no final do século XIX e início do XX. De acordo com Silva Júnior e Garcia (2010), as famílias na visão dos higienistas

[...] deveriam ser núcleos particularizados, lares "santos" em que a mulher seria a "rainha do lar" e a criança o "reizinho da casa", onde qualquer desvio poderia implicar na culpabilização desta família que não foi suficientemente boa (e competente) para educar o seu filho, justificando a intervenção do Estado. (SILVA JUNIOR; GARCIA, 2010, p.615)

A puericultura era, então, importante instrumento higiênico e também político, divulgada principalmente em congressos internacionais de medicina e difundida rapidamente no Brasil através de periódicos editados pelas associações médicas do país, como era o caso da *Norte Médico*. A necessidade de aumento demográfico estava também intimamente ligada a existência de grandes vazios populacionais no território nacional que deveriam ser preenchidos, como era o caso da região amazônica, para onde grande parte dos fluxos migratórios da região nordeste eram apontados.

3.2 VARÍOLA E VACINAÇÃO

Todas as vezes que homens se reúnem, seus costumes se alteram; todas as vezes que se reúnem em lugares fechados, se alteram seus costumes e sua saúde. (CABANIS, *apud* FOUCAULT, 1982, p.60)

Em secas anteriores a 1915 não existia algo similar ao Campo de Concentração. Até então, a principal preocupação era com a organização da distribuição de ajuda e com o distanciamento, na medida do possível, destes "flagelados" do ambiente urbano e de suas elites, mas não há que se falar em confinamento. Essa preocupação era manifestada claramente pelo então Presidente da Província durante a grande seca de 1877:

Com relação aos emigrantes que recolhiam à Capital, regularizei os serviços necessários a sua recepção, - alojamento, socorros e tratamento. Nomeei a cidadãos prestimosos a quem incumbi especialmente da distribuição dos socorros, mandando construir abarracamentos nas imediações da cidade, onde são recolhidos pelos membros das comissões domiciliares⁷¹ (PESSOA, 1877, p. 21 *apud* GARCIA, 2006, p. 73)

Como já foi ressaltado, o estado de saúde dos retirantes era muito melhor em 1915 se comparado com o de secas anteriores. Concorriam para isto as obras de construção e ampliação de estradas e da ferrovia, que facilitavam o acesso à capital privando os que migravam de andar centenas de quilômetros em território extremamente hostil, além da vacinação sistemática da população contra a varíola promovida por Rodolfo Teófilo.

A vacina contra a varíola foi a primeira a ser descoberta, ainda no século XVIII, a partir da observação do médico Britânico Edward Jenner de que pessoas que tinham contato com uma doença denominada *cow-pox* (pústula de vaca), em termos científicos *Variolae vaccinae* (palavra derivada do latim *vaca*) tornavam-se imunes à varíola. A partir desta observação empírica, Jenner passou a extrair o líquido destas pústulas e a realizar experiências em pessoas sadias (FERNANDES, 1999.) A experiência consistia em fazer pequenas incisões na pele e inocular a vacina. Após alguns dias, surgiam no local pequenas feridas, similares às provocadas pela varíola humana, acompanhadas por ligeira febre. Estas feridas rapidamente cicatrizavam e depois disso a pessoa era exposta ao vírus da varíola humana mas não desenvolvia a doença. Constatou-se, então, de forma empírica, que era possível imunizar seres humanos contra a varíola utilizando-se da técnica desenvolvida por Jenner.

⁷¹ Relatório com que o Excelentíssimo Sr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa passou a administração da Província do Ceará ao Excelentíssimo Sr. Conselheiro João José Ferreira Aguiar em 23 de novembro de 1877.

Foi de Rodolfo Teófilo a iniciativa de produzir em Fortaleza a vacina anti-variolica de Jenner⁷², uma vez que a produzida no Rio de Janeiro chegava ao Ceará com reduzida capacidade imunizante, devido principalmente às dificuldades de transporte e armazenamento. Na seca de 1877, o governo da então província do Ceará iniciou a vacinação dos retirantes alojados nos abarracamentos utilizando estas doses enviadas da então capital do país. Os resultados foram pífios:

O governo da província havia pedido para o Rio vacina e chegada esta a vacinação foi iniciada nos abarracamentos. Essa medida teria dado bons resultados, teria poupado milhares de vidas, se houvesse a vacina enviada, produzido os desejados efeitos. A lymph, por antiga ou má, raramente dava resultado. Os médicos, encarregados do serviço da vacinação, em breve se desenganaram de premunir a população com semelhante lymph. (TEÓFILO, 1997, p. 10)

Além de não produzir o esperado efeito imunizante, a vacina aplicada causava reações adversas que contribuíam para causar na população uma descrença ou mesmo aversão à vacina. Descrença essa que também atingia os médicos encarregados da imunização:

Em muitos dos vacinados em vez de pústulas vacínicas saíam úlceras de caráter syphilitico ou escrofuloso. Vi grande número de pessoas assim infeccionadas e me recordo de um cavalheiro de minha particular estima que revacinado teve, no lugar da inoculação do vírus, úlceras que supuram durante seis meses e só cicatrizaram depois de medicação mercurial. (Idem Ibidem, 1997, p.12)

Para a população, a tentativa de imunização encampada pela medicina era vã e não poderia ser diferente. Com uma visão de mundo fortemente baseada na religião, acreditavam não ser possível escapar ao destino, ou, ainda segundo Teófilo, "os retirantes, de um fatalismo requintado pouco se preocupavam com a doença e mesmo a morte. Para eles o dia da morte está marcado devendo esta ter lugar devido a doença ou acidente".

Apesar da resistência inicial da população, como veremos a seguir, o resultado da campanha de Teófilo era tangível e contundente. Enquanto nas estiagens anteriores a varíola dizimava milhares de pessoas, no ano de 1915, em que pese a seca que ocorreu, não foi registrado nenhum caso de varíola em Fortaleza, enquanto esta doença ainda era endêmica em estados vizinhos e em cidades do interior que recebiam migrantes. O Dr. Carlos Ribeiro afirma em seu relatório que o crédito pela erradicação da varíola em Fortaleza pertence ao farmacêutico Rodolfo Teófilo, cabendo à Inspetoria de Higiene apenas medidas de reforço da vacinação na capital e em cidades como Iguatú, Crato e Juazeiro do Norte, destino de milhares de pessoas que fugiam da seca em outros estados⁷³.

⁷² A vacina contra a varíola foi descoberta por Edward Jenner, médico e cientista britânico e por isso leva seu nome.

⁷³ Relatório do Inspetor de Higiene, Dr. Carlos da Costa Ribeiro. Apresentado em 1916, p. 2. Arquivo Público do Estado do Ceará.



Ilustração 22: Rodolfo Teófilo vacinando pessoas carentes na periferia de Fortaleza no início do século XX.
Fonte: Arquivo Nirez.

Neste aspecto, é importante traçar um paralelo entre o combate à varíola no Ceará e na capital do país, a cidade do Rio de Janeiro. Em ambos os casos apostou-se na vacinação em massa da população como medida mais eficaz de prevenção. Porém, enquanto no primeiro a campanha foi tocada de forma quase quixotesca por um farmacêutico sem ligação ou apoio do governo (e sendo boicotado por este), na segunda, no ano de 1904 o poder público utilizou-se da força policial para vacinar compulsoriamente a população, resultando numa grande revolta que sacudiu a cidade por seis dias, deixou vários mortos e acabou com a decretação de Estado de sítio⁷⁴ (CARVALHO, 1989). É claro que diversas particularidades devem ser levadas em conta, inclusive os grupos organizados que se aproveitaram da revolta carioca para abalar o governo e tentar tomar o poder.⁷⁵ Contudo, tanto nas causas da reação da população à vacina, quanto na ideia de como operacionalizar esta vacinação é cabível uma comparação.

No Rio de Janeiro, a vacinação contra a varíola era parte de um pacote de medidas autoritárias que visavam uma completa reformulação do espaço urbano. Demolição de cortiços, transferência da população mais pobre para áreas periféricas da cidade, abertura de grandes avenidas inspiradas em moldes parisienses eram as principais medidas anunciadas pelo Governo Federal e pelo prefeito do Distrito Federal, o Engenheiro Pereira Passos, e visavam transformar a imagem da capital brasileira, muito associada a doenças e epidemias no início do Século XX. De saída, era fundamental combater as epidemias de febre amarela e varíola que grassavam na

⁷⁴ Para a revolta da vacina, ver CARVALHO, José Murilo de, *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*; BENCHIMOL, J. L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*.

⁷⁵ Segundo José Murilo de Carvalho, "há consenso na historiografia de que se preparava um assalto ao poder por parte de militares que representavam um resíduo de jacobinismo florianista", *Os Bestializados, o Rio de Janeiro e a República que não foi*. P. 86.

cidade. Para a tarefa, o Presidente Rodrigues Alves nomeia o então médico sanitaria Oswaldo Cruz para o cargo de Diretor do Departamento Geral de Saúde Pública.

Uma nova lei foi aprovada em outubro de 1903, estabelecendo a obrigatoriedade da vacinação mas sem regulamentar de que forma esta se daria. Coube a Oswaldo Cruz elaborar uma proposta de regulamentação e assim ele o fez. Por sua proposta, a vacina poderia ser aplicada por médico público ou particular, mas no segundo caso deveria haver uma declaração, com firma reconhecida, comprovando o feito. Em ambos os casos, seria emitido um atestado de vacinação que seria tornado documento obrigatório para quase todos os atos da vida cotidiana, da matrícula em escolas e admissão em empregos à hospedagem em hotéis e casamentos. Houve grande repercussão na cidade e até aqueles que defendiam a vacinação consideravam o projeto de Cruz excessivamente radical e draconiano. Surge então a Liga Contra a Vacina Obrigatória e a revolta se alastra pela cidade.

No Ceará, a vacinação não é colocada em curso pelo poder público, mas por iniciativa do farmacêutico Rodolfo Teófilo. A partir da vacina produzida em seu *instituto*, montado e mantido com recursos próprios, tem-se início em 1904 a campanha que mobilizou voluntários da sociedade civil. Enquanto na capital federal havia a Liga Contra a Vacina Obrigatória, no Ceará surge a Liga Cearense Contra a Varíola. (BARBOSA, 1994, p. 74). Por todo o Estado surgem comissões de vacinação, dirigidas por um comissário vacinador que tem como função organizar e executar a vacinação além de identificar pessoas infectadas e providenciar seu isolamento. O trabalho era focado na persuasão da população e não na utilização da força, mesmo porque seria impossível utilizá-la sem apoio do aparelho repressivo estatal. Nas palavras de José Policarpo Barbosa:

O fracasso de Oswaldo Cruz no controle da varíola, diante do retumbante sucesso de um simples farmacêutico, sem recursos financeiros e lutando contra o poder público em um dos mais pobres estados do país, faz questionar sobre a justeza e eficácia de uma prática sanitária autoritária e antidemocrática que se desenvolveu no início deste século (XX). (BARBOSA, 1994, p.73)

Em ambos os casos houve uma certa "politização" da ação. Se no Rio de Janeiro, setores oposicionistas se aproveitaram da insatisfação popular para se levantar contra o Governo Federal, no Ceará a oligarquia Accioly⁷⁶, que governava o Estado, é que se opõe a vacinação e tenta inviabilizá-la de todas as formas. Em 1905 o jornal cearense *A República* afirma que a vacina poderia levar à morte e atribui o falecimento de uma criança por meningite à inoculação da

⁷⁶ Esta denominação é utilizada para identificar o grupo político comandado por Antônio Pinto Nogueira Accioly, que governou o Ceará por duas vezes (1896 à 1900 e de 1908 a 1912), e dominou a política cearense no final do século XIX e início do XX. O oligarca acabou renunciando ao poder em 1912 diante de violenta revolta ocorrida em Fortaleza.

vacina produzida por Teófilo⁷⁷. Apesar disso, a campanha teve continuidade utilizando-se principalmente da argumentação e do convencimento. Assim o próprio farmacêutico descreveu seu trabalho:

Ao vulgo venci com a palavra, doutrinando; ao governo, desprezando as suas inventivas e tendo compaixão de sua cegueira. Depois de muito pensar, encontrei o caminho acessível àqueles ignorantes; falei-lhe na sua linguagem, corporizando o abstrato, fazendo comparações na altura de seus conhecimentos. Comecei dizendo-lhe que o micróbio era um bichinho menor que o piolho da galinha, do que o *mocuim*. Que doente de bexigas fica com o corpo coberto destes bichinhos, como galinha choca fica coberta de piolho. (TEÓFILO, 1910, *apud* BARBOSA, 1994, p.120)



Ilustração 23: Imagem do farmacêutico Rodolfo Teófilo vacinando populares no Ceará. Ao fundo um vitelo para extração e inoculação da vacina animal (foto sem data). Acervo da Casa de Oswaldo Cruz. Disponível em: <http://www.scielo.br/img/revistas/hcsm/v11s1/07f1.jpg> (acesso em 08/09/2014)

Em outros casos, utilizou-se de expedientes menos "ortodoxos", ludibriando e até pagando em dinheiro àqueles que se deixassem vacinar:

Fomos, e lá encontrei uma menina de dez anos coberta de catapora, mas sem febre. Coisa singular: na varíola, a febre precede a erupção; na catapora, dá-se o contrário, a febre vem depois que a erupção começa a se fazer.

Aproveitei o ensejo que me havia dado o acaso e disse formalmente, que a criança estava com bexiga de má qualidade, e fui saindo. A mulher acompanhou-me e chorando pediu-me que não a abandonasse. Tive dó daquela desgraçada e, voltando, disse-lhe que o único meio de salvar as outras meninas era vaciná-las. Concordou comigo e vacinei as crianças; mas não esqueceu, com toda a aflição de cobrar-se cinco mil réis pelas cinco vacinações

⁷⁷ *A República*, Fortaleza, 1908 *apud* BARBOSA, José Policarpo, p. 83

que eu havia feito, alegando que eu tinha dado também aos outros no moinho. Paguei. (Idem, p.124)

De todas as estratégias utilizadas pelo farmacêutico para convencer a população a se deixar vacinar, a mais curiosa e criativa foi sem dúvida a "História de Jenner", uma adaptação da história real da descoberta da vacina contra a varíola às lendas e dogmas cristãos:

Contei-lhe a história de Jenner em que esta figura de um santo anacoreta que vivia nas brenhas a fazer penitências e a obrar milagres. [...] Perto havia uma cidade assolada pela varíola. O povo dela, muito devoto, viu que se acabava todo apodrecendo em vida, fez preces e romarias para aplacar a cólera de Deus. Todos os dias morriam mais de mil pessoas.

A princesa tinha morrido e a rainha, estando doente também da peste, o rei botou voz de fama por todo o reino dizendo haver um tesouro a quem lhe salvasse a mulher. [...] Deus então depois de muitos rogos e penitências do povo fez descer do céu um anjo à caverna do santo anacoreta para ordenar-lhe que fosse à empestada cidade no outro dia antes de sair o sol. Que nas portas da cidade encontraria um curral cheio de vacas, que entre estas, havia uma alva como goma, de cornos de prata e peitos cor de rosa. Que esta novilha, da primeira cria, viria acompanhada de um bezerro cor da noite, ao encontro do santo e diante dele se ajoelharía, como um vivente cristão. Tinha uma doença nos peitos, mas uma doença que Deus tinha dado para alívio do gênero humano. O santo, [...] vê que a novilha tem na pele rosada das tetas pequenas bexigas. Então uma voz diz-lhe: - com o espinho da laranjeira em que foi crucificado o mártir São Sebastião, advogado da peste, fura aquela enfermidade e o líquido que dela sair apanha e bota em uma concha [...] e vai em nome de Deus à vizinha cidade levar a salvação ao seu povo. Em chegando ali procura as gentes de todas as idades, meninos, moços e velhos, ricos e pobres e os livra da peste, pondo no braço de cada um deles o sinal da cruz três vezes feito com o espinho da laranjeira molhado n'água da concha. [...] O santo fez tudo que o anjo do Senhor disse-lhe e a varíola retirou-se das terras onde o povo entregava os braços a vacina por Deus mandada (TEÓFILO, 1997, p. 126-127).

O longo trecho acima expõe várias questões. Rodolfo Teófilo era um homem da ciência, alguém fiel ao método científico e que combatia a visão místico-religiosa com a qual boa parte da população enxergava a realidade e a própria ocorrência da varíola. Principalmente para as pessoas mais humildes, as doenças seriam um castigo divino e contra isso muito pouco ou quase nada havia a ser feito além de rezar. O discurso racional-cientificista do farmacêutico não tinha muita utilidade naquela situação, então ele optou por transformar a vacina em algo sagrado, apontando que contra o "castigo" (a doença) havia uma dádiva também divina (a vacina). Deus, em um momento de cólera lançou a peste para punir a cidade, mas este mesmo Deus, movido pelo sentimento de compaixão diante das súplicas da população enviou a cura através de um santo.

Ao construir sua longa narrativa, Teófilo mistura ciência e religião, alternando elementos da produção da vacina, como a origem em pústulas de uma vaca doente, com mitos cristãos. Assim, a vaca estava doente, mas de "uma doença que Deus tinha dado para alívio do gênero humano". Deus não fornecia algo já pronto e acabado, como havia feito com o maná ou as tábuas dos mandamentos, mas fornecia um caminho e guiava a ação de um homem escolhido até a obtenção de uma seiva milagrosa, num processo análogo ao utilizado na produção da vacina. Este

homem santo tinha o mesmo nome do descobridor da vacina, mas apresentava-se na narrativa não como um cientista ou mesmo um santo qualquer. Ao adicionar o adjetivo "anacoreta"⁷⁸, Teófilo apresentava-o como alguém que vivia só, isolado, interessado em atingir a sabedoria sem se preocupar com problemas mundanos. Era provavelmente essa a visão que ele tinha do homem da ciência e, por conseguinte, de si mesmo: alguém que pairava acima da moral e das disputas políticas, movido unicamente pelo conhecimento impessoal da ciência.

A narrativa criada por Teófilo reforça o mito cristão com seu simbolismo ao afirmar que o líquido extraído das feridas da vaca deveria ser inoculado utilizando-se o "espinho da laranjeira em que foi crucificado o mártir São Sebastião, advogado da peste". Essa afirmação reforça não apenas o discurso divino, mas a agrega elementos católicos ao mito. São Sebastião foi soldado romano, condenado à morte por se recusar a perseguir cristãos. Atribui-se a ele o milagre do desaparecimento da peste em Roma por ocasião da transladação de seu corpo para uma Basílica erguida pelo Imperador Constantino. A partir desse mito, o santo passou a ser evocado sempre que epidemias atacavam populações cristãs. Provavelmente, essa evocação ao santo "advogado da peste" deveria estar em curso no Ceará assolado pela varíola, e por esse motivo ele foi incorporado à narrativa.

Por outro lado, a vacinação inscreve-se dentro de uma concepção higiênica trazida também no bojo de um racismo científico bastante difundido na época, associado que estava ao positivismo que inspirou a República brasileira:

No início do século XX, muitos higienistas da América Latina voltaram-se para os progressos feitos em saneamento para questionar a visão tradicional de que a raça e o clima latino-americanos combinavam-se para produzir nações degradadas e atrasadas. Esse questionamento do saber convencional foi particularmente notável no Brasil onde as supostas "tropicalidade" e "degeneração" das populações eram assuntos sensíveis. (...) A higiene pública era vista como uma forma de resgatar o país da "degeneração" racial e climática. (STEPAN, 2005, p.96)

Não por coincidência, o livro *Varíola e Vacinação no Ceará* publicado por Rodolfo Teófilo em 1904 e onde ele descreve toda a mobilização, o processo de produção de vacina e imunização antivaríola no Ceará foi dedicado pelo autor ao médico maranhense Nina Rodrigues⁷⁹, conhecido como grande estudioso e um dos maiores defensores do racismo científico na época. Nina Rodrigues acreditava que a raça negra era inferior a branca, e que a mestiçagem era ainda mais deletéria para a consolidação do Brasil como uma grande nação. Como podemos ver, o

⁷⁸ Espécie de monge cristão que vivia isolado, dedicado à oração e à contemplação.

⁷⁹ Raimundo Nina Rodrigues é considerado um dos precursores da antropologia no Brasil. Era seguidor das ideias do médico italiano Cesare Lombroso e defendia, dentre outras medidas racistas, a adoção de códigos penais diferentes para cada raça. Tem vasta obra publicada sobre medicina legal e temas ligados ao racismo. Foi responsável por examinar o crânio de Antônio Conselheiro em busca de características raciais que explicassem seu fanatismo. Para mais sobre Nina Rodrigues ver CORRÊA (2006) e RODRIGUES (2009).

higienismo e a noção de saúde pública estavam intimamente ligados a concepções racistas que dominavam a ciência na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do XX. Para Skidmore "praticamente, todo pensador social brasileiro - antes de 1914 - se viu a braços com o darwinismo social" (SKIDMORE 1976, p. 70, *apud* Rodrigues 2009, p.84).

3.3 - O CAMPO SANTO

E assim fez *Yahweh*, e enxames de moscas, em grandes multidões, entraram no palácio do Faraó, nas casas de seus conselheiros, e em todas as habitações e nos campos egípcios; e a terra do Egito ficou arruinada por causa das moscas (Êxodo - 8:24).

A campanha contra a varíola promovida por Rodolfo Teófilo e seus voluntários apresentou resultados, e em 1908 a doença estava praticamente extinta no Ceará, embora continuasse fora de controle nos estados vizinhos e na capital do país. Mas se a varíola já não despertava tanta preocupação, o mesmo não poderia ser dito de várias outras moléstias. Segundo a interpretação de Teófilo acima, o confinamento e a falta de higiene no Campo de Concentração progressivamente o transformaram num grande foco de contaminação.

As primeiras doenças registradas no local foram o sarampo e a *varicela*⁸⁰, altamente transmissíveis pelo ar ou pelo contato com pessoas infectadas. Logo no início da nova prática de confinamento em 1915, vários casos de varicela foram registrados, o que levou o Inspetor de Saúde a retirá-los do interior do Campo de Concentração e isolá-los em uma casa para evitar o contágio dos demais concentrados. Era o isolamento dentro do confinamento.

Surge então outro problema: a reação da população de Fortaleza ao convívio com os doentes. Como a casa utilizada como abrigo localizava-se em área urbana e próxima a de uma família "abastada", esta passou a ameaçar o Dr. Carlos Ribeiro caso ele não retirasse os doentes de sua vizinhança. Vê-se nesse episódio como a política de confinamento e isolamento dos retirantes em área erma e distante do centro da cidade era aprovada pela sociedade fortalezense:

A Varicelle reinou, mas sem intensidade, na cidade nos meses de agosto a outubro. No Campo de Concentração dos retirantes, chegaram a dar-se 6 casos em setembro, sendo porém todos imediatamente por mim mesmo retirados e medicados, não se deu nenhum óbito, nem se propagou a moléstia. Como estivesse a casa em que recolhi tais doentes próxima à de uma família abastada, achou-se injustificável o meu procedimento e ameaçou-se de serem os doentes retirados a força da casa em questão e lançados em frente à minha residência. Na impossibilidade de encontrar melhor lugar, não cedi às reclamações e até hoje nenhum mal adveio disso.⁸¹

Neste episódio descortina-se a sensação de medo e pânico que se instalou na Capital com a proliferação de diversas doenças. Este medo não era aplacado nem mesmo pelo discurso médico de que não havia risco de contágio para os moradores próximos dos locais de confinamento, como pode ser visto no trecho do relatório do Dr. Carlos Ribeiro citado acima. Aliás, a população de Fortaleza tinha certa resistência em dar crédito aos médicos, e eram comuns

⁸⁰ Atualmente esta doença é mais conhecida como catapora.

⁸¹ Relatório do Inspetor de Higiene, Dr. Carlos da Costa Ribeiro, apresentado ao Secretário de Negócios do Interior Dr. Aurélio de Lavour em maio de 1916. Fonte: Arquivo Público do Estado do Ceará (não catalogado). Pág. 3

os conflitos decorrentes deste fato. Na *Revista Norte Médico*, em novembro de 1915, tem-se o seguinte texto de autoria do engenheiro Antônio Theodorico, publicado em 1912:

É defeito inato dos cearenses aprazerem-se de falar sobre coisas que não conhecem. Aqui todo mundo é médico, engenheiro, jurista, farmacêutico e industrial; as profissões se confundem (...) Há homens no Ceará que não sendo médicos e nem se dando mesmo a estudos de medicina se julgam tão capazes de apartear uma senhora ou de fazer diagnóstico seguro sobre algum caso nebuloso da nebulosa Psiquiatria [...].⁸²

Em seguida, a matéria da revista afirma, ainda sobre o tema:

A medicina, arte complexa e delicada, que se caracteriza pelas ciências que a servem, diretamente, todas especializadas, é uma vítima constante desse nosso "defeito inato". Para ser compreendida precisa de uma série assaz avultada de conhecimentos especiais, de noções práticas, executados e aprendidos só em laboratórios, em pavilhões reservados, nas enfermarias dos hospitais [...]. (REVISTA NORTE MÉDICO, 1915. p. 1)

Da leitura dos trechos da revista em questão, depreende-se que os médicos e demais profissionais de saúde, reunidos na principal associação da categoria no estado, ressentem-se de uma certa falta de credibilidade em seu trabalho, ou mesmo da relativização de seus conhecimentos acadêmicos. Reivindicam um monopólio do saber científico da medicina e reclamam da não aceitação, por parte da população, de que somente estes poderiam falar com autoridade sobre o assunto. Mas não é apenas a população o alvo das críticas do Centro Médico. Em outro trecho, afirma a revista que "em gabinete não se aprende medicina", o que coloca também os políticos, a frente dos poderes estatais, na mira de tais críticas. Se por um lado a população, como no episódio dos doentes de *varicelle* ameaçados de despejo relatado pelo Inspetor de Higiene, não dá o devido crédito aos médicos, por outro a classe política também ignora a opinião dos profissionais de saúde ao concentrar os retirantes em espaços confinados e sem condições higiênicas. Ainda na mesma matéria da *Revista Norte Médico*:

Por causa da recrudescência nestes tempos as "infecções intestinais" que de longa data vitimam a nossa população, surgem os defensores [...] da saúde pública em ataques repetidos ao Centro Médico como se fosse esta instituição a responsável pelo estado sanitário. No entanto, se não fora a confusão em que se perderam os espíritos desavisados, talvez não se fizesse mister apontar quem mereça ser censurado pelas condições de nossa higiene pública, ou melhor, a improcedência de ataques ao Centro [...]. Estas doenças são simplesmente uma das muitas e lamentáveis consequências da nossa nenhuma higiene pública. (REVISTA NORTE MÉDICO, 1915. p.2)

Após as pequenas manifestações destas doenças infectocontagiosas, surge uma epidemia de moléstias mais associadas às péssimas condições de higiene encontradas no Campo de Concentração. Conforme já alertado na *Revista Norte Médico*, as condições de higiene

⁸² Artigo do Engenheiro Antônio Theodorico da Costa, publicado inicialmente no jornal Folha do Povo em 24 de agosto de 1912 e reproduzido na Revista Norte Médico nº 3 em novembro de 1915. Pág. 1

e salubridade públicas em Fortaleza são péssimas. No interior do abrigo do Alagadiço, a situação é ainda pior. Some-se a isso algumas práticas culturais anti-higiênicas sertanejas e tem-se o quadro ideal para a proliferação de doenças, notadamente as do aparelho digestivo.

Inicialmente, são as crianças até dois anos de idade as maiores vítimas. Culturalmente, havia resistência por parte do sertanejo em alimentar recém-nascidos apenas com leite materno, considerado por eles como "fraco", insuficiente para aplacar a fome. Sobre isso, afirma o Inspetor de saúde, Dr. Carlos Ribeiro:

A impropriedade, mais que a deficiência da alimentação respondia por esta fase. Seres, ainda na idade em que "todo alimento outro que não leite é veneno" (consoante um axioma de puericultura), tinham ali seus débeis estomagozinhos "bourrés" de farinha de mandioca; e quando aos pais se repreendia por tal prática, perguntavam incrédulos se os "bichinhos" haviam de viver "só com o leite do peito". Faltava-lhes o leite de vaca a que estão habituados no sertão, e não sabiam substituí-lo senão por farinha de mandioca. [...] Desmanchei-me em repreensões que não tinham, porém, outro resultado senão desabafar minha indignação.⁸³

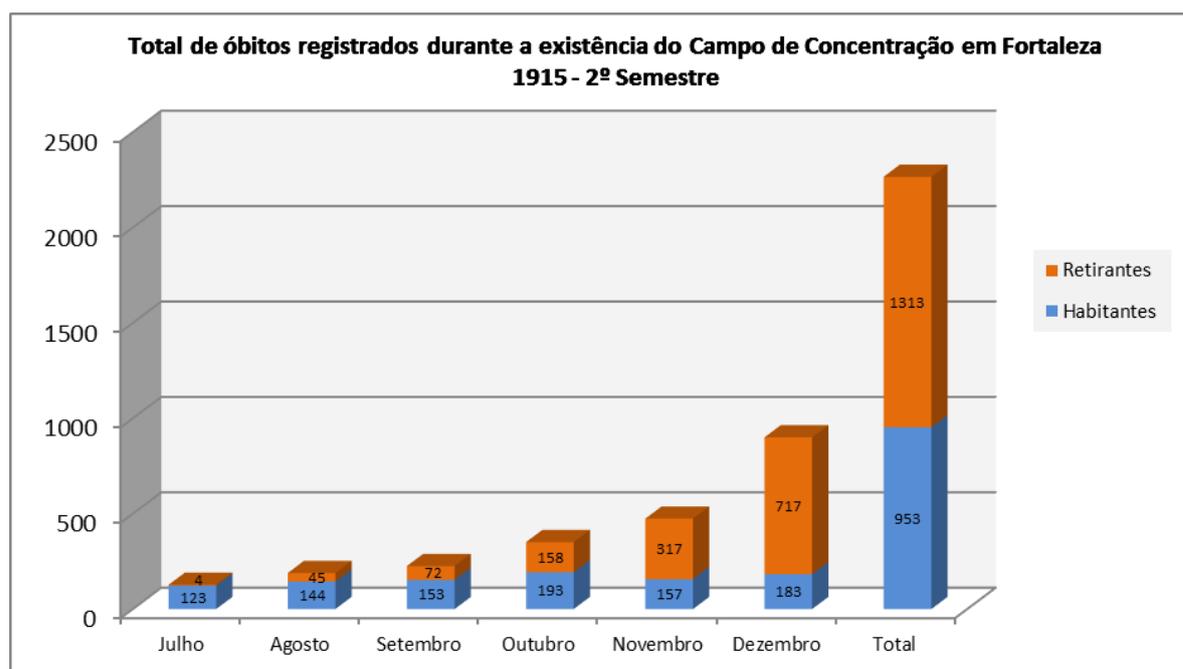
O trecho acima reflete mais uma vez o conflito entre o saber médico científico e o tradicional. Se para o médico era inconcebível alimentar um recém-nascido com qualquer alimento diferente do leite materno, para os sertanejos este alimento é que seria inadequado, e negar algo tido como mais "forte" beirava a crueldade. É bem verdade que o alimento considerado ideal pelo sertanejo era o leite de vaca, comum e abundante no sertão da pecuária, e somente na falta deste é que optavam pela farinha de mandioca. Mas mesmo o leite fornecido aos concentrados era grande vetor de doenças. Sem estrutura mínima de armazenamento, era guardado em vasilhas improvisadas, sem nenhum asseio ou proteção, ficando exposto a fatores contaminantes como poeira e insetos. Na falta deste alimento, ofereciam então substitutos ainda mais inadequados, apesar dos protestos do Inspetor de saúde. Não se reconhecia na figura do médico a autoridade legitimada pelo conhecimento científico que este reivindicava, e suas alegações sobre alimentação inadequada ou regras de higiene eram quase sempre ignoradas.

Com o passar do tempo, a mortalidade atinge as crianças na faixa de 6 a 10 anos e já não pode ser creditada a alimentação inadequada. Começou a chamada "fase das moscas", período caracterizado pela grande infestação de insetos atraídos pelos dejetos humanos depositados sem muitos cuidados. Sobre este aspecto, Rodolfo Teófilo descrevia o que encontrou:

Uma coisa que muito deveria interessar à saúde daquela população era o local onde se depositavam as matérias fecais. Fui vê-lo. Ficava a sotavento do barracamento, no fundo do cercado, ao poente, a pequena área coberta de pequenos arbustos, onde os famintos, numa promiscuidade de bestas, defecavam ficando as fezes expostas às moscas. Aquele atentado à sã higiene não podia deixar de ter consequências desastradas. (TEÓFILO, 1980, pág. 60)

⁸³ Relatório do Inspetor de Higiene, Dr. Carlos da Costa Ribeiro, apresentado ao Secretário de Negócios do Interior Dr. Aurélio de Lavor em maio de 1916. Fonte: Arquivo Público do Estado do Ceará (não catalogado). Pág. 3

Pela descrição de Teófilo, não havia preocupação higiênica, mas percebe-se que havia uma certa organização do espaço. Em um terreno aberto, à guisa de abrigo, onde não havia nenhum tipo de construção ou delimitação espacial, o local que fazia às vezes de banheiro possuía coberta. Estava estrategicamente posicionado a sotavento para facilitar a dispersão do mau cheiro para fora do Campo. Esta disposição pouco diferenciava daquela encontrada comumente no sertão, apenas era agravada pela utilização por milhares de pessoas que se encontravam concentradas compulsoriamente, ao invés de dispersas em grandes áreas.



Fonte: Relatório da Inspetoria de Higiene - 1916

A tabela acima mostra a evolução da mortalidade em Fortaleza durante o segundo semestre de 1915, período que coincide com a existência do Campo de Concentração do Alagadiço. Inicialmente, é possível identificar uma curva ascendente no gráfico de mortalidade, além de uma mudança no perfil das vítimas. Se no mês de julho, início da série, a mortalidade entre os habitantes fixos da capital é - em números absolutos - bem maior do que a de retirantes, visto que a população permanente é muito maior do que a adventícia, em novembro essa proporção se inverte, e os retirantes passam a responder pela maior parte dos óbitos, mesmo em desvantagem numérica. Essa mudança coincide justamente com o início da epidemia de doenças intestinais que atingiu o Campo de Concentração:

[...] até novembro foi exclusivamente a população emigrada quem concorreu para a elevação da cifra obituária. Em dezembro começou a contribuição da população estável, aumentando progressivamente até março e decaindo após. As causas eram as mesmas: "gastroenterite" para as crianças e "infecção intestinal" para os adultos rezavam 75% dos

atestados de óbito. Coincidia com isto um aumento desmedido da quantidade de moscas na cidade⁸⁴.

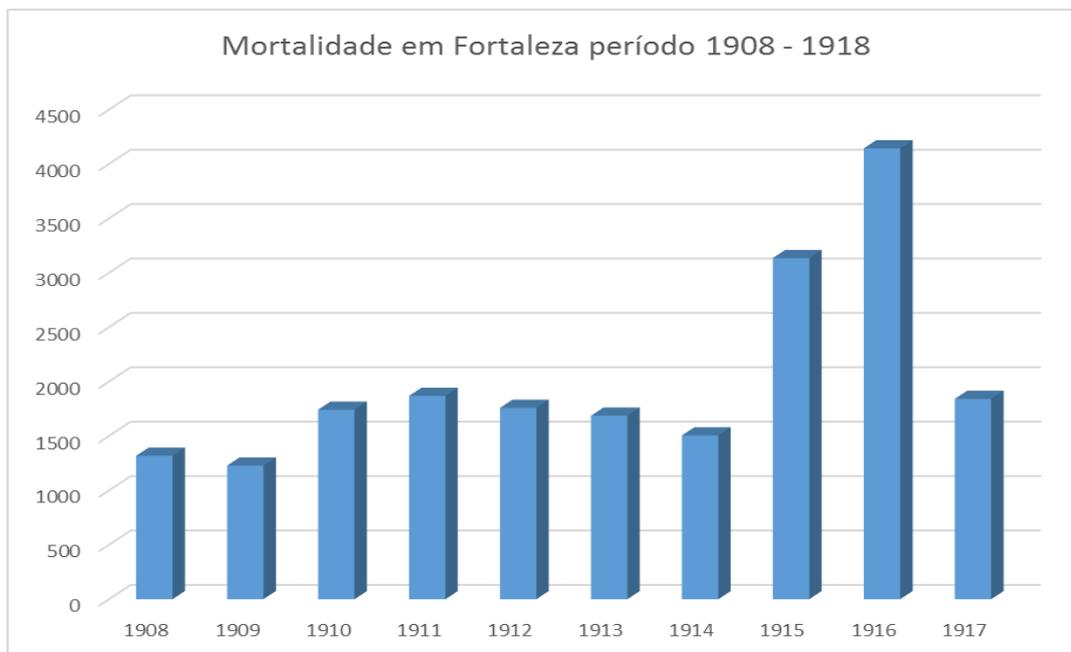
Ao final de 1915, o número de mortos dentre os retirantes no Campo de Concentração chegou a 2727⁸⁵ pessoas de um total de 3146 óbitos em toda a cidade de Fortaleza, o que levou a dissolução do Campo em 30 de dezembro de 1915. Sob todos os aspectos, a decisão de confinar essas pessoas foi trágica. Conforme havia alertado Rodolfo Teófilo de que "confiná-los era matá-los", os altos índices de mortalidade verificados principalmente no período de existência do Campo de Concentração do Alagadiço, entre julho e dezembro, deixam claro o quão equivocada foi a opção pelo confinamento dos retirantes. Rodolfo Teófilo viu confirmar-se sua previsão sombria:

A seca chegou ao período agudo. O *Campo de Concentração* transformou-se, como eu previa, em *Campo Santo*. Os micróbios maléficos proliferaram naquela esterqueira humana e atacaram aquela pobre gente, cujo organismo havia perdido a resistência devido a toda sorte de depauperamento por que passou. (TEÓFILO, 1980, p. 92)

Vale ressaltar que de acordo com o relatório de higiene pública e demais fontes consultadas, nenhuma das mortes ocorridas em Fortaleza em 1915, dentro ou fora do Campo de Concentração, pode ser atribuída a varíola, ao contrário do que afirma por exemplo Rios (2006, p.41). A nova forma de lidar com os retirantes, o confinamento, produziu uma nova epidemia: as infecções intestinais. Mas como veremos a seguir, a epidemia não acabou com a dissolução do Campo de Concentração do Alagadiço. Ao contrário, ela agravou-se, se alastrou pela cidade e atingiu seu ápice em 1916. Basicamente, pode-se atribuir como causa dessa grande epidemia de doenças intestinais a imensa quantidade de moscas que empestaram a cidade a partir do Campo de Concentração do Alagadiço.

⁸⁴ Relatório do Inspetor de Higiene, Dr. Carlos da Costa Ribeiro, apresentado ao Secretário de Negócios do Interior Dr. Aurélio de Lavor em maio de 1916, p.06

⁸⁵ Relatório do Inspetor de Higiene, Dr. Carlos da Costa Ribeiro, apresentado ao Secretário de Negócios do Interior Dr. Aurélio de Lavor em maio de 1916, p.19



Fonte: Relatório da Inspetoria de Higiene - 1918

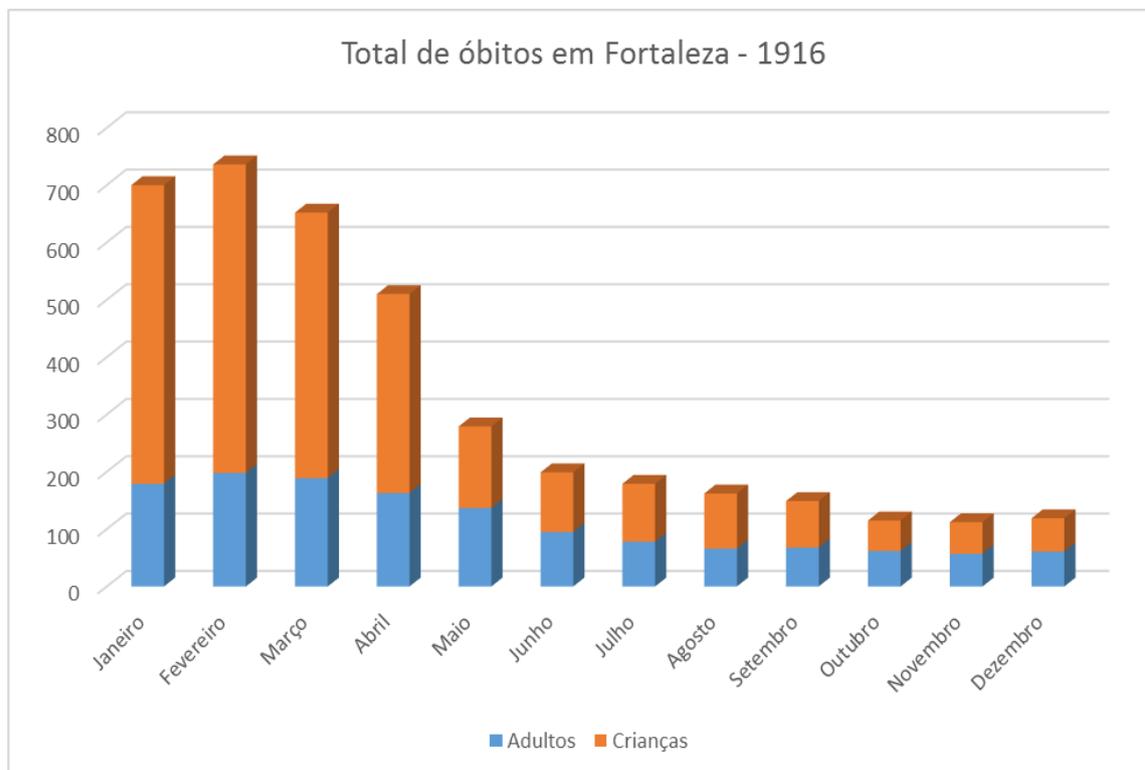
As condições de higiene dentro do Campo de Concentração eram péssimas como já vimos, mas vale dizer que no restante da cidade elas também estavam longe do ideal. A imensa quantidade de moscas que surgiu nas fétidas instalações do confinamento não respeitava cercas nem a vigilância estatal e acabaram por se alastrar pela cidade, levando cada vez mais longe a contaminação. O Dr. Carlos Ribeiro observou a relação entre o aumento dos óbitos em Fortaleza "com o aumento desmedido da quantidade de moscas na cidade", e mostrava-se convicto da relação direta entre a epidemia da Concentração e a que começava a se alastrar por Fortaleza:

Convencido de que as infecções intestinais da cidade eram as mesmas do "campo de concentração" propagadas pelas moscas [...], mandei vir do Instituto Oswaldo Cruz, no Rio, culturas de todos os germes do grupo *colli-typhico* e soros aglutinadores específicos para a pesquisa da aglutinação com o sangue dos doentes, bem como o material necessário para a "diazó-reação".⁸⁶

O bacteriologista Thomaz Pompeu Filho ficou a cargo das pesquisas laboratoriais e seus resultados confirmaram as suspeitas de Carlos Ribeiro quanto a causa das doenças que afligiam não apenas o Campo de Concentração, mas a cidade toda: eram causadas pela chamada *dyzenteria bacillar*.⁸⁷ Grosso modo, as moscas que infestavam o Campo de Concentração serviam de vetor para transmitir doenças por toda a urbe, mantendo uma alta taxa de mortalidade em Fortaleza mesmo após o fim da seca e o retorno dos retirantes ao sertão.

⁸⁶ Relatório do Inspetor de Higiene, Dr. Carlos da Costa Ribeiro, apresentado ao Secretário de Negócios do Interior Dr. Aurélio de Lavor em maio de 1916.

⁸⁷ A disenteria bacilar é o nome genérico para infecções alimentares provocadas por bactérias do grupo *Shigellas*. São infecções agudas do trato digestivo cuja principal forma de contágio são alimentos e água contaminada.



Fonte: Anuário Estatístico do Ceará - 1916

As fontes pesquisadas mostram que as doenças do aparelho digestivos, as febres e diarreias eram as maiores preocupações dos médicos, principalmente pelo alto número de mortes que elas provocavam. Mas outras doenças também provocadas por micróbios transportados por insetos atacavam os habitantes de Fortaleza e deixavam graves sequelas. Uma destas era o tracoma⁸⁸, grave enfermidade dos olhos que poderia levar a cegueira e que atacava principalmente os retirantes no Campo de Concentração, a ponto de um médico especializado em oftalmologia, o Dr. J. A. de Góes Ferreira ser designado especificamente para atender regularmente os casos que surgiam no interior da concentração.

O gráfico acima demonstra que a taxa de mortalidade na capital cearense não diminuiu com a dissolução do Campo de Concentração ou mesmo com o fim da seca. Paradoxalmente, em 1916, ano de chuvas em boa quantidade, a mortalidade foi ainda maior do que no ano seco de 1915. Para compreender este fenômeno, temos que analisar mais atentamente as condições sanitárias de Fortaleza e o impacto da epidemia surgida no Campo de Concentração do Alagadiço.

De acordo com o inspetor de higiene Dr. Carlos Ribeiro, "duas fases podemos distinguir na epidemiologia do Campo de Concentração": a primeira fase compreendeu os meses de julho a outubro e "era a gastroenterite infantil quase a única *causa mortis*" e o obituário se restringiu quase exclusivamente às crianças de 0 a 2 anos de idade. Como já vimos, inicialmente

⁸⁸ Tracoma é uma doença oftalmológica grave causada pela bactéria *Chlamydia trachomatis* que também é transmitida pelas moscas e pela falta de higiene.

era a deficiência na alimentação ministrada às crianças confinadas no Campo de Concentração a principal causa da mortalidade. Ocorre, que com o passar do tempo e a progressiva deterioração das condições sanitárias do local, também a "cólera infantil" e as doenças do aparelho digestivo em geral foram diversificando a idade das vítimas.

A falta de estrutura sanitária mínima no interior da concentração de retirantes foi progressivamente evoluindo até o ambiente tornar-se completamente insalubre. Diante do cenário que via no local, Ribeiro apelava sem sucesso para que providências fossem tomadas:

Recorri a S. Excia. o Sr. Presidente do Estado para a instalação de uma "gota de leite"⁸⁹, de uma milk-kuchen rudimentar ali dentro, mas as dificuldades pareceram insuperáveis. Apelei para os particulares, pedi auxílio dos nossos beneméritos campeões da caridade, mas nada consegui; eram demasiadas fracas as minhas vozes; e a mortandade das criancinhas crescia, crescia todos os dias, crescia em número e crescia também a idade dos pequeninos mortos. (...) Todo aquele terreno era, no fim de algum tempo, um vastíssimo arquipélago de aladas ilhotas negras. De quase nada servia o trabalho de 2 turmas de 20 homens com ancinhos e enxadas confiadas a 2 empregados desta inspetoria; já as moscas se haviam multiplicado por milhões.⁹⁰

A grande preocupação do Inspetor de Higiene era com os focos de contaminação dentro do Campo, os quais tentava mitigar com a limpeza feita por funcionários que não conseguiam fazer frente à falta de estrutura e aos hábitos anti-higiênicos dos sertanejos. A referência ao processo de pasteurização do leite a ser fornecido às crianças denota claramente que o Dr. Ribeiro não era adepto da visão miasmática, que enxergava as emanções e gases fétidos como indutores de epidemias. Em outro trecho do mesmo relatório, fica claro que esta visão microbiológica acerca das epidemias era compartilhada largamente pela comunidade médica do Ceará:

Com o exposto, é fácil o estudo epidemiológico daquele local. Quem quer que nos leia, não precisa ter visto um doente para pensar que ali reinasse as disenterias amebianas ou bacilar, as infecções intestinais pelo coli-bacilo, ou pelos germes paratyphicos, pelas salmonelas e muito provavelmente pelo Bacilo de Eberth.⁹¹

Na visão do médico e Inspetor de Higiene, um dos fundadores da principal associação médica profissional responsável pela difusão do saber médico científico cearense (o Centro Médico Cearense), os conhecimentos sobre microbiologia e transmissão de doenças estavam tão difundidos e consolidados que já haviam se tornado praticamente senso comum.

⁸⁹ Gota de Leite era a denominação dada na época às instituições similares aos Bancos de Leite dos dias atuais e que tinham como função pasteurizar o leite fornecido às crianças como forma de reduzir as doenças e a consequente mortalidade infantil.

⁹⁰ Relatório do Inspetor de Higiene, Dr. Carlos da Costa Ribeiro, apresentado ao Secretário de Negócios do Interior Dr. Aurélio de Lavor em maio de 1916, p.05

⁹¹ Relatório do Inspetor de Higiene, Dr. Carlos da Costa Ribeiro, apresentado ao Secretário de Negócios do Interior Dr. Aurélio de Lavor em maio de 1916, p.05

Qualquer pessoa que tivesse acesso a seu texto, e ele não faz a ressalva quanto a ter formação na área médica, poderia facilmente chegar à conclusão de que o problema de saúde daquela população era causado por determinados agentes patogênicos microscópicos.

Apesar da razoável consolidação dos conhecimentos relacionados à microbiologia, e os possíveis problemas associados à prática de confinar grande número de pessoas em espaços exíguos no que tange ao surgimento de epidemias, não encontramos nas fontes nenhum registro da resistência dos médicos e demais profissionais de saúde à iniciativa estatal de promover este confinamento. A exceção de Rodolfo Teófilo, que afirmou ter tentado demover o Presidente do Estado da ideia, os demais profissionais, mesmo os reunidos no Centro Médico Cearense, permaneceram em silêncio diante da possível catástrofe que se anunciava. Aparentemente, a possibilidade de ter um grande número de *flagelados* vagando pelas ruas da capital e colocando em risco a ordem, a higiene e a propriedade assustava mais do que as possíveis epidemias que fatalmente ocorreriam dentro do espaço confinado do Campo de Concentração.

Dois anos antes da seca de 1915, a edição da Revista Norte Médico de dezembro de 1913 trazia um artigo intitulado "Contra as Moscas" em que analisava os mais recentes avanços no combate ao inseto na época, vislumbrando-o como um dos principais veículos para a transmissão de moléstias infectocontagiosas:

Abalizados homens de ciência mostram em publicações recentes os perigos de que a mosca é veículo e indicam ao mesmo tempo as medidas que devem empregar afim de extinguir o pequeno e inconveniente voador. A Direção de Higiene Pública da França tomou a si a tarefa de encaminhar uma exterminação metódica das moscas, devido aos perigos que causam esses insetos à saúde. (REVISTA NORTE MÉDICO, 1913 p.6.)

No Ceará, na grande seca de 1877, a varíola atacou de forma violenta causando dezenas de milhares de mortes entre a população. Com poucos recursos para enfrentar a epidemia, e seguindo ainda alguns pressupostos da concepção miasmática de contágio, a principal medida adotada pelo poder público para combater a varíola foi espalhar pequenas fogueiras de alcatrão pela cidade. Esperava-se então que a fumaça exalada destas fogueiras poderia combater os maus cheiros e humores exalados da terra, os quais muitos acreditavam estar relacionados com a propagação da doença. Em quase cem anos essa concepção havia mudado muito pouco. O Barão de Studart, em artigo publicado na Revista Norte Médico registra como eram combatidas uma epidemia de varíola no estado do Pará em 1793:

No Pará, mesmo em 1793, em fins de junho, irrompendo uma epidemia de varíola o governador Francisco de Souza Coutinho recomendava que as pessoas ricas pusessem na rua vapores de alcatrão, de vinagre, perfumes convenientes para corrigir o ar, e se disparassem tiros de canhão como meio saneador. Curiosa medicina contra a varíola a do fumo e da pólvora. (REVISTA NORTE MÉDICO, 1914. p.6)

Já nas duas primeiras décadas do século XX a chamada "teoria miasmática" estava em decadência, em detrimento da microbiologia que ganhava ares de verdade incontestável graças, em parte, ao trabalho do médico francês Louis Pasteur. No Ceará, os médicos mostravam-se atualizados com os principais avanços da medicina no mundo e a par das principais discussões científicas de então. Em que pese a ausência de uma instituição oficial de ensino da área da saúde no estado - a primeira instituição do gênero no Ceará, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, só foi criada em 1916 - os profissionais de saúde cearenses mantinham intenso intercâmbio de conhecimentos com seus pares no país no exterior, dentro de um processo de sistematização da profissão e do campo de atuação médico.⁹²

Após identificar a etiologia das doenças que grassavam pela capital, Carlos Ribeiro convoca uma reunião emergencial do Conselho de Saúde do Estado, reunião esta realizada em 26 de janeiro de 1916, após a dissolução de Campo de Concentração do Alagadiço, portanto. Estavam presentes diversos profissionais, dentre eles o secretário do Interior Dr. Aurélio de Lavor, o médico da municipalidade Dr. José Ribeiro da Frota, o Inspetor de saúde do porto Dr. Manuelito Moreira, o Inspetor Veterinário Thomaz Pompeu Filho, Eduardo Mamede, Eliezer Studart da Fonseca e José Paracampos, quase todos membros do Centro Médico Cearense, o que revela o protagonismo da instituição no meio médico-higiênico do Ceará.

Depois de alguns debates, o conselho decide implementar uma série de medidas sanitárias para tentar solucionar o problema das moscas e da contaminação na cidade. Das nove medidas anunciadas, pelo menos cinco se referiam à forma como era abatido e comercializado o gado, estabelecendo normas e intensificando a fiscalização na venda de carne. Outras tentavam atacar um outro problema grave da cidade à época, o fornecimento de água para o consumo da população.

Segundo o historiador Tião Ponte, as tentativas para dotar a cidade de um fornecimento de água potável remetem a 1862, quando da canalização de água do sítio Benfica para abastecer os chafarizes da cidade pela *Ceará Water Company Limited*, firmada com capitais ingleses e de efêmera duração. Com a rigorosa seca de 1877/1879 as fontes de água secaram e a companhia suspendeu o abastecimento, tendo seus equipamentos e propriedades sequestrados para pagamento de dívidas. Segundo Ponte:

Malograda esta primeira organização do abastecimento d'água para Fortaleza, o problema do fornecimento regular e suficiente de água salubre tendeu a se agravar dali em diante e continuou por toda a primeira república. (PONTE, 2000, p.82)

⁹² Sobre os intercâmbios de conhecimentos médicos e científicos no início do século XX ver ALMEIDA, Marta, *Circuito aberto: ideias e intercâmbios médico-científicos na América Latina nos primórdios do século XX*.

Identificada pelo saber médico como possível fonte de contaminação, também a água passa a ser preocupação para os administradores da higiene pública. Após a falência da *Ceará Water Company*, o abastecimento de água de Fortaleza passa a ser feito de forma improvisada, por pequenos comerciantes que a captavam nas chamadas "aguadas", poças e reservatórios que acumulavam água da chuva, e a transportavam em lombo de burros vendendo de porta em porta. Também de reservatórios similares localizados dentro do Campo de Concentração vinha a água utilizada pelos retirantes confinados no local, o que nos permite inferir o alto grau de contaminação da mesma.

Como alternativa mais higiênica a esta água de má qualidade que era servida à população, os médicos reunidos no Conselho de Saúde Pública recomendavam a proibição da venda de água oriunda de cacimbas e charcos, e a construção de poços profundos que atingissem o lençol freático mais distante como forma de obter água de melhor qualidade e livre de contaminação. Também recomendavam a utilização de filtros aprovados pela Inspeção para tratar a água, a "proibição de venda de pães, doces e demais alimentos em tabuleiros ou cestas descobertas", dentre outras medidas profiláticas.

Também adotou-se uma estratégia de comunicação com a população, utilizando-se de panfletos distribuídos e notas publicadas em jornais sob o título de "Conselhos ao Povo":

Reinam atualmente nesta capital com certa intensidade, formas graves de infecções intestinais. Para evitá-las a Inspeção de Higiene aconselha ao público as seguintes precauções:

1º - Desinfecção das fezes, urinas, escarros, vômitos e de tudo que com dejetos possa ter tido contato. É nos lugares onde há falta de asseio sobretudo onde há ou houve dejetos de qualquer natureza dos doentes, convalescentes ou mesmo de indivíduos aparentemente sãos que se encontra os germens dessa moléstia. Daí eles são levados para as pessoas sadias principalmente pela água, pelas moscas e pelas mãos desasseadas. [...] Os melhores e mais baratos desinfetantes para isso são: o leite de cal recente [...], a *creolina* a 15%, o *lyzol* a 5%, o cloreto de cal a 10%. [...] ⁹³

A longa lista de "conselhos" emitidos pela Inspeção descrevia a etiologia das doenças que afligiam a cidade, as formas de combatê-las, e nos permitem lançar uma luz sobre o estágio de desenvolvimento da ciência médica no Ceará no período. Se algumas medidas nos mostram que os médicos cearenses estavam plenamente antenados com seus pares no resto do país e no exterior, outras medidas apontadas careciam de fundamentação científica, como o conselho de nº 5 "não ingerir água mesmo pura e potável porque dilui os sucos gástricos e lhes diminui o poder defensivo contra micróbios".

⁹³ Relatório do Inspetor de Higiene, Dr. Carlos da Costa Ribeiro, apresentado ao Secretário de Negócios do Interior Dr. Aurélio de Lavor em maio de 1916, p.8

Somente após alguns meses de grande insistência no combate às moscas e a práticas anti-higiênicas da população é que as infecções começam a ceder paulatinamente, e as taxas de mortalidade voltaram no segundo semestre de 1916 aos níveis observados antes da seca de 1915. Nas palavras de Rodolfo Teófilo, o Presidente do Estado "não logrou ver seu ideal realizado: uma seca sem prostituição e sem furto." Os retirantes sobreviventes retornaram ao sertão e à economia de subsistência, no aguardo de uma nova seca que novamente os expulsasse em direção à capital e reproduzisse as relações econômicas, políticas e sociais características da indústria da seca.

O saldo de mortes entre os sertanejos emigrados foi muito associado à ignorância destes em relação às regras da "sã higiene". Com efeito, os hábitos arraigados da cultura sertaneja como o de defecar em moitas próximas a habitação, e a tolerância com certo nível de sujeira não geravam maiores problemas de saúde na zona rural, onde a regra é a dispersão das famílias em grandes áreas. Já num espaço confinado onde acotovelavam-se milhares de pessoas de forma totalmente improvisada, tais hábitos constituíam-se em grave perigo. Na visão daqueles que promoveram o confinamento, eram as vítimas e sua ignorância as reais culpadas pela epidemia, e não a falta de estrutura. Com efeito,

[...] as condições de saúde provocadas pelos novos ambientes urbanos e as péssimas condições de higiene dos fétidos bairros operários, onde aglomerações de indivíduos favoreciam à proliferação de doenças que logo se transformavam em verdadeiras epidemias, contrastavam com o otimismo alardeado por uma reflexão técnico-científica baseada na pressuposição de que avanços da sociedade industrializada provocariam uma melhora substancial na qualidade de vida do conjunto da população. (...) Isso significava, portanto, que os indivíduos não se encontravam em uma situação miserável por conta de condições sociais miseráveis, mas sim que as condições eram miseráveis por conta da proliferação de características degenerativas na média populacional (Del Cont, 2008. Pág 210).

Fortaleza, a capital que se pretendia moderna e higiênica, não podia tolerar a invasão de retirantes *flagelados*, optando por confiná-los fora do ambiente urbano. Acabou, no entanto, enfrentando uma grande epidemia de doenças intestinais associadas à falta de higiene, transmitidas por enxames de moscas que se multiplicavam a partir justamente do Campo de Concentração onde os retirantes eram confinados. Ironicamente, a epidemia durou ainda alguns meses, mesmo após a partida daqueles que eram considerados perigosos.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seca do ano passado teve, como de costume, o seu triste cortejo de moléstias, do qual, porém, foi felizmente banida a pior, a que mais vítimas sempre fez - a varíola. Em dolorosa compensação, entretanto, foi ainda relativamente enorme a chacina feita pelas moléstias intestinais.⁹⁴

Este trabalho procurou refletir sobre inúmeras questões associadas à seca que periodicamente se abate sobre os estados nordestinos e o Ceará em particular. Com mais de 90% de seu território dentro do chamado polígono das secas, o Ceará enfrentou ao longo de sua história grandes catástrofes associadas a este problema climático que deixaram centenas de milhares de mortos.

Contudo, ao observarmos mais atentamente, podemos concluir que o fenômeno da seca, exclusivamente, não dá conta de explicar todo o flagelo a que a região está submetida ao longo dos séculos. Outros fatores, naturais ou não, contribuíram para agravar a situação catastrófica que periodicamente o Ceará enfrentava e a extrema pobreza em que boa parte de sua população vive até hoje. Sobretudo, as reflexões trazidas a partir das fontes históricas e da bibliografia consultadas, nos levam a crer que o problema das secas é eminentemente econômico e social.

No primeiro capítulo fizemos um pequeno balanço da historiografia da seca e como o problema climático evoluiu até ganhar contorno de tragédia humana. Também vimos como a literatura regionalista abordou a temática da seca e o sertanejo, apontando este personagem como o brasileiro típico, uma espécie de arquétipo dos valores mais tradicionais do que é ser brasileiro. Outro aspecto abordado neste capítulo foi a atuação da ciência para compreender a problemática da seca e apontar soluções, a partir do momento em que esta foi elevada a questão nacional. Seja através de expedições científicas e os trabalhos desenvolvidos pela Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS – ou nas discussões dos maiores engenheiros do país reunidos no Instituto Politécnico do Rio de Janeiro, a ciência lançou diversos olhares sobre o nordeste e produziu um fabuloso conhecimento sobre o semiárido nordestino.

O capítulo 2 faz um relato pormenorizado da seca de 1915 e suas particularidades, além de uma análise mais detida sobre as principais atividades econômicas desenvolvidas no Ceará à época. Com a cultura do algodão e a pecuária em franca decadência, a economia cearense regrediu para um estágio de subsistência que a deixou ainda mais fragilizada e vulnerável a qualquer irregularidade nas chuvas. A sedição de Juazeiro, revolta comandada pelo Padre Cícero

⁹⁴ Relatório do Inspetor de Higiene, Dr. Carlos da Costa Ribeiro, apresentado ao Secretário de Negócios do Interior Dr. Aurélio de Lavor em maio de 1916, p.1

em 1914 que irrompeu no sertão e culminou com deposição do então presidente do Estado Franco Rabelo, deixando um rastro de destruição por onde passou, somada com o fenômeno das *Solidarísticas*, pirâmides financeiras que arrecadavam vultosas somas em dinheiro com a promessa de ganhos espetaculares, ajudam a compor um cenário de desestruturação econômica que independe da seca, mas que agrava-se diante desta.

Ainda neste capítulo, analisamos o Campo de Concentração em si, sua localização e organização espacial. Elaboramos mapas e um croqui que demonstram a intenção de manter distante do núcleo urbano de Fortaleza aquela multidão de *flagelados* e principalmente retirar sua mobilidade. Era imperioso não permitir que ocorressem como em outras secas ações de saques, mendicância e prostituição na cidade.

Por fim, no terceiro capítulo analisamos os discursos modernizadores, racistas e higienistas da *Belle Époque*. No início do século XX o pensamento social, político e científico do Brasil estava impregnado de concepções racistas que consideravam o sertanejo uma raça inferior, principalmente por sua mestiçagem. Esse discurso está na base das políticas de direcionamento das correntes migratórias financiadas pelo governo da República e adotadas como solução para o problema das secas. Enquanto o sul do país, mais rico e próspero, investia vultosos recursos para atrair imigrantes estrangeiros dentro de um projeto de melhoramento racial da população, os nordestinos eram levados para a região amazônica para ajudar na produção da borracha. Essa migração era combatida pela elite cearense que via seus interesses prejudicados no suposto esvaziamento demográfico do Ceará.

A grande preocupação era manter altos os níveis demográficos do Estado como forma de manter baixos os preços da mão de obra, e de utilizar o grande contingente de pessoas famintas como instrumento de persuasão para a liberação de verbas de socorros públicos. A fome de muitos garantia o lucro de alguns. Ao mesmo tempo que tentava manter o retirante dentro do Estado, essa elite não tolerava a convivência próxima com ele e resolveu adotar o confinamento como forma de garantir a ordem, a moral e os bons costumes.

A iniciativa de confinar milhares de pessoas num espaço pequeno e sem as mínimas condições sanitárias mostrou-se trágica. Ao fim de poucos meses uma grave epidemia irrompeu no Campo de Concentração levando a morte de milhares de pessoas. A epidemia de infecções intestinais, a mais mortal mas não a única a ocorrer no local, foi causada principalmente pelas péssimas condições higiênicas que levaram a uma grande infestação de moscas. Estas moscas levaram a contaminação para fora dos limites do confinamento e acabaram por manter o alto índice de mortalidade na capital mesmo após o fim da seca e a volta dos retirantes para o sertão. Ironicamente, o Campo de Concentração que deveria proteger a cidade e seus habitantes dos problemas higiênicos trazidos pelos *flagelados*, acabou por tornar-se ele próprio a principal

fonte de contaminação da cidade, com seus efeitos deletérios prolongando-se por meses após a dispersão dos retirantes e seu retorno ao sertão.

Reforçamos que a concentração e o confinamento desses retirantes foi uma decisão exclusivamente política, sem nenhuma base científica que a justificasse. Uma reação de uma elite que via nessa massa de miseráveis uma ameaça ao seu cotidiano que se pretendia ordeiro, moralista, higiênico e de hábitos burgueses. Os médicos, profissionais com grande protagonismo nos anseios higienizadores de então, optaram pela omissão ao não posicionarem-se contrários a uma medida que se sabia perigosa e que redundaria em grandes problemas de saúde com possibilidade de alta mortalidade.

Apesar desta experiência trágica, o confinamento de retirantes foi retomado e ampliado na seca de 1932, quando foram construídos sete Campos de Concentração, distribuídos pela capital e o interior, e que juntos chegaram a confinar mais de cem mil pessoas. A intenção desta vez era que o confinamento ocorresse ainda no sertão, impedindo que boa parte dos sertanejos alcançasse a capital.

Nesta seca, Fortaleza contou com dois espaços de confinamento, embora um destes, no bairro de Otávio Bonfim, teve curta duração. Alguns melhoramentos e cuidados foram tomados a fim de evitar que se repetisse a mesma tragédia de 1915: o local escolhido para o chamado Campo de Concentração do Urubu era a beira mar, o que facilitava o escoamento dos dejetos humanos, e próximo ao cemitério São João Batista, que possibilitava o enterro de possíveis mortos sem a necessidade de cruzar o espaço urbano. Ao final daquela estiagem, boa parte dos concentrados permaneceu morando na região que deu origem ao atual bairro Moura Brasil.

5) FONTES E BIBLIOGRAFIA

5.1 Documentos Oficiais:

- Relatório do Inspetor de Higiene do Ceará, Dr. Carlos da Costa Ribeiro em 1 de maio de 1916.
- Relatório do Presidente do Estado do Ceará, Benjamim Liberato Barroso em 1 de julho de 1916.
- Boletim do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, nº 6 - Vol. 20, Novembro de 1959.
- Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 3ª sessão da 6ª Legislatura, 1915.
- Relatório do Ministério de Viação e Obras Públicas, 1915.
- Anuário Estatístico do Ceará, 1917.
- Anuário Estatístico do Brasil, 1939-1940.

5.2 Periódicos de Época:

- Jornal *A Lucta* (Sobral) 1915-1916
- Jornal *O Estado de São Paulo* 1915-1916
- Jornal *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro) 1915
- Jornal *O Paiz* (Rio de Janeiro) 1915
- Jornal o Cearense (Fortaleza, 1877)
- Revista Norte Médico*, ano III, Novembro e Dezembro de 1915.
- Revista *Fon-Fon*
- Almanaque Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Ceará*, 1916.

5.3 Referências Bibliográficas

- ABREU, Marcelo de Paiva. OS FUNDING LOANS BRASILEIROS - 1898-1931. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília, v. 32, n. 3, p.515-540, dez. 2002. Quadrimestral. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/issue/view/14>>. Acesso em: 29 jul. 2014.
- AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil: 1865 a 1866**. 1938: Companhia Editora Nacional, 1938. 665 p. (Brasiliana). Edgar Süsserkind de Mendonça. Disponível em: <www.brasiliana.com.br>. Acesso em: 28 jun. 2013.
- ALBANO, Idelfonso. **O Secular Problema do Nordeste**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. 89 p.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste: e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 376 p.
- ALMEIDA, Marta. Circuito aberto: idéias e intercâmbios médico-científicos na América Latina nos primórdios do século XX. **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p.733-757, jul-set 2006. Trimestral. Disponível em: <http://www.revistahcmanguinhos.coc.fiocruz.br/vol13_3.htm>. Acesso em: 01 ago. 2014.
- ALVES, Joaquim. **História das secas** - séc. XVII a XIX. Edição fac-símile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003. 244 p.
- BARBOSA, José Policarpo. **História da Saúde Pública no Ceará: da Colônia a Vargas**. Fortaleza: Edições UFC, 1994. 148 p.
- BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. **Famintos do Ceará: Imprensa e fotografia entre o final do Século XIX e o início do Século XX**. 2004. 309 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- BARBOZA, Edson Holanda Lima. Entre Migrantes e Fugões: experiências e rotas de retirantes cearenses no Maranhão durante a seca de 1877-1880. In II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista. São Luís, 2011. Disponível em : <http://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/barboza.pdf> (acesso em 12/08/2014)
- BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza: Edições UFC, 1962. 532 p.
- BRASIL. Ministério de Viação e Obras Públicas. **Relatório**. Rio de Janeiro, 1915.
- BRASIL SOBRINHO, Thomaz Pompeu de Sousa. **História das Secas (Século XX)**. 2. ed. Natal: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, 1982. 539p. Edição especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine Faria. Disponível em: <www.colecaomossoroense.org.br>. Acesso em: 13 maio 2013.
- CABRAL, Dilma. Lepra, medicina e políticas de saúde no Brasil (1894-1934). **The Americas**, Philadelphia, v. 61, n. 1, p.55-80, jul. 2004. Trimestral. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/view/16702693/felipe-guerra-ainda-o-nordeste>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

- CAMINHA, Adolfo. **Cartas literárias**. Fortaleza, EUFC, 1999. 174p.
- CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Trem da Seca: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880)**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005. 128 p. (Coleção Outras Histórias, 32).
- CAPANEMA, Guilherme Schurch; GABAGLIA, Raja. **Estudos sobre a seca**. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, Museu do Ceará, 2006.
- CARDOSO, Antônio Isídio. **Nem sina nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico. (1847-1877)**. Dissertação de mestrado em História. UFC, 2011.
- CARDOSO, Gleudson Passos. **Padaria Espiritual: biscoito fino e travoso**. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006. 96 p. (Coleção Outras histórias, 8)
- CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989. 216 p.
- CASTRO, Lara de. **Avalanches de Flagelados no Sertão Cearense: retirantes-operários e engenheiros na lida das Obras Contra as Secas**. Fortaleza: Dnocs/bnb-etiene, 2010. 147 p. (Série ConViver, 12).
- CHALOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte Imperial**. São Paulo-SP; Companhia das Letras, 1996. 250p.
- CONT, Valdeir del. **Francis Galton: eugenia e hereditariedade**. *Scientle Stúdia*, São Paulo, v. 6, n. 2, p.201-218, 01 jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br> . Acesso em: 20 jan. 2014.
- CORRÊA, Mariza. Raimundo Nina Rodrigues e a "garantia da ordem social". **Revista Usp**, São Paulo, v. 68, p.130-139, dez/fev, 2005/2006. Trimestral. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/68/11-mariza-correa.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2014.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004. 282 p.
- COSTA, Maria Clélia Lustosa. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, jan/abr. 2004. Trimestral. Disponível em: http://www.revistahcsmanguinhos.coc.fiocruz.br/vol11_1.htm> Acesso em: 12 fev. 2014.
- CUETO, Marcos. Social Medicine and 'Leprosy' in the Peruvian Amazon. **The Americas**, Philadelphia, v. 61, n. 1, p.55-80, jul. 2004. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/16702693/felipe-guerra-ainda-o-nordeste>>. Acesso em: 02 jul. 2014.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1975. 405p.
- DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais**. Rio de Janeiro: Record, 2002, 486p. Tradução de Alda Porto.
- DIWAN, Pietra. **Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. 158 p.

DORÉ, Andréa e SANTOS, Antônio Cesar de Almeida. (org.). **Temas setecentistas: governos e populações no império português**. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2009.

FERNANDES, Tânia. Vacina antivariólica: seu primeiro século no Brasil (da vacina jenneriana à animal). **História, Ciências, Saúde-manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p.12, mar./jun. 1999. Trimestral. Disponível em: <<http://www.revistahcsmanguinhos.coc.fiocruz.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. **Vacina antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens (1808 -1902)**. 2. ed. Rio de Janeiro-RJ; Editora Fiocruz, 2010. 143p.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 343 p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 37. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. 291 p. Do original *Surveiller et punir*. Traduzido por Raquel Ramalhetta.

_____. **O Nascimento da medicina social**. In: MACHADO, Roberto (Org.). **Microfísica do poder**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 79-98.

GABAGLIA, Giacomio Raja. A Questão das Secas na Província do Ceará. **Correio Mercantil**. [Rio de Janeiro], 1861.

GADELHA, Georgina da Silva. O Centro Médico Cearense: lugar de produção, conservação e transmissão do saber médico. In *Revista o Público e o Privado*, Fortaleza, nº 13, p. 51-66 jan-jun 2009, semestral. Disponível em: <http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=104> (acesso em 01/09/2014)

GARCIA, Ana Karine Martins. **A Sombra da Pobreza na Cidade do Sol: o ordenamento dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do Século XIX**. 2006 ...f Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

GUERRA, Felipe. **Ainda o nordeste**. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/16702693/felipe-guerra-ainda-o-nordeste>. Acessado em 15.08.2014

HOCHMAN, Gilberto. **A Era do Saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Hucitec, 2012, 253p.

KOSTER, Henry. **Viagem ao Nordeste do Brasil**. 2002. Obra traduzida por Câmara Cascudo e que compõe a Coleção Brasileira Eletrônica. Disponível em: <www.brasiliana.com.br>. Acesso em: 28 maio 2014.

LANDIM, Teoberto. **Seca: a estação do inferno: uma análise dos romances que tematizam a seca na perspectiva do narrador**. Fortaleza: UFC/ Casa de José de Alencar, 1992. 246 p.

LISBOA, Arrojado. **Boletim do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas**. Fortaleza: v.20, n.6, p. 46. 1959.

- LOEFGREN, Alberto. **Notas Botânicas:** Ceará. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas, 1910. (Investigações botânicas; 2).
- MORAES, Kleiton de Sousa. **O sertão descoberto aos olhos do Progresso:** A Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909-1918). 2010. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- MATOS, Fábio de Oliveira. **A cidade de papel:** cartografia e fotografia na formação do espaço litorâneo de Fortaleza - Ceará. 2009. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.
- MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito:** sanitarianismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: Dp&a, 2003. 120 p. (Coleção Passado Presente).
- NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história:** saques e outras ações de massa no Ceará. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Rio de Janeiro, 2000. 265 p. (Outros diálogos, Relume Dumará).
- _____. O Curral dos Bárbaros: os Campos de Concentração no Ceará (1915 e 1932). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p.93-122, jan. 1995. Semestral.
- _____. A Seca na História do Ceará. In: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. p. 13-17.
- NOGUEIRA, Carlos Eduardo Vasconcelos. O Passeio Público dos "bons tempos passados". In: RAMOS, Francisco Régis Lopes; LUCAS, Meize Regina de Lucena (Org.). **Tempo no Plural:** história, ensino, diversidade cultural. Fortaleza: Realce, 2008. p. 271 - 284.
- OLÍMPIO, Domingos. **Luzia Homem**. 10 ed. São Paulo, Ática, 1989. 147p.
- OLIVEIRA, Almir Leal de. As carnes secas do Ceará e o mercado atlântico no século XVIII. In: OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro; GADELHA, Georgina da Silva. **Ceará, Ciência, Saúde & Tecnologia (1850-1950)**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2008. p. 18-26.
- OLIVEIRA, Ricardo de. Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p.511-537, dezembro, 2002. Semestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882002000200012&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 fev. 2014.
- PEREIRA FILHO, Waldemar Rodrigues. A Fome: ânsia ou carência: Uma leitura das obras de Rodolfo Teófilo e Knut Hamsun. In: SEMINÁRIO DE TESES EM ANDAMENTO (SETA), 15., 2010, São Paulo. **Anais do Seta**. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2010. p. 1169 - 1179. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/seta/about>>. Acesso em: 25 maio 2014.
- POMPEU SOBRINHO, Thomaz. **História das secas no Ceará**. Fortaleza: Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, 1953.
- PONTE, Sebastião Rogério. Fortaleza Belle Époque. In: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma Nova**

- História do Ceará.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. 447p. 26-32
- PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** 30. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 364 p.
- QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze.** 90. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010. 149 p.
- REVISTA NORTE MÉDICO, Fortaleza: Centro Médico Cearense. 1913, n. 2, p. 11.
- _____, Fortaleza: Centro Médico Cearense. 1914, n. 2, p. 6.
- _____, Fortaleza: Centro Médico Cearense. 1915, n. 3, p. 1.
- _____, Fortaleza: Centro Médico Cearense. 1915, n. 3, p. 2.
- RIOS, Kênia de Sousa. **Campos de Concentração no Ceará: Isolamento e Poder na Seca de 1932.** 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria de Cultura do Ceará, 2006. 127 p.
- RODRIGUES, Elisa. RAÇA E CONTROLE SOCIAL NO PENSAMENTO DE NINA RODRIGUES. **Revista Múltiplas Leituras**, São Paulo, v. 2, n. 2, p.81-107, jul./dez 2009. Anual. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/viewFile/1269/1284>>. Acesso em: 12 ago. 2014.
- ROMANI, Carlo. Clevelândia (Oiapoque). Colônia penal ou Campo de Concentração. **Verve: Revista do Núcleo de Sociabilidade Libertária**, São Paulo, n. 4, p.13-25, jan. 2003. Semestral.
- _____, **Aqui começa o Brasil! Histórias das gentes e dos poderes na fronteira do Oiapoque.** Rio de Janeiro: Multifoco, 2013, 215p.
- ROSADO, Vingt-un. **Sexto Livro das Secas.** Brasília: Escola Superior de Agricultura de Mossoró, 1985. 348 p. Disponível em: <www.colecaomossoroense.org.br>. Acesso em: 21 maio 2014.
- SANTOS, Cláudia Penha dos. **As comissões científicas da Inspetoria de Obras Contra as secas na gestão de Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa (1909-1912).** Dissertação. (Mestrado em História das Ciências da Saúde) Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz: Rio de Janeiro, 2003.
- SANTOS, Maurício Caetano do. Cartografia e Geografia Histórica: um olhar sobre a economia e ocupação territorial da província do Ceará no período anterior à independência do Brasil. In: ANAIS DO SIMPÓSIO IBEROAMERICANO DA HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA AGENDAS PARA A HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA IBEROAMERICANA, 3., 2010, São Paulo. **Anais....** São Paulo: Usp, 2010. p. 56 - 67. Disponível em: <3siahc.files.wordpress.com/2010/04/mauricio-caetano.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.
- SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental.** 4. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. 417 p.. Tradução de Marcos Aarão Reis.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

- SILVA, Benedito. **Rodolfo Teófilo**. 22 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003. 114 p. (Terra Bárbara).
- SILVA JUNIOR, Nelson Gomes de Sant'ana e; GARCIA, Renato Monteiro. Moncorvo Filho e algumas histórias do Instituto de Proteção Assistência a Infância. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.613-632, maio 2010. Quadrimestral.
- SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. 22. ed. Campinas/são Paulo: Unicamp, 2008. 391 p.
- SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo e. **Fortaleza: imagens da cidade**. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceara, 2004. 158 p.
- STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. 22. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. 224 p. (História e saúde).
- STUDART, Guilherme. **Datas e Factos para a História do Ceará**. Edição fac-similar, Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. (150).
- TEIXEIRA, Manoel Olavo Loureiro; RAMOS, Fernando de Cunha A.. **As origens do alienismo no Brasil: dois artigos pioneiros sobre o Hospício de Pedro II** Revista Latino americana de Psicopatologia Fundamental [On-line] 2012, 15 (Junio-Sin mes) : [Data de consulta: 20 / agosto / 2014] Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=233022805011>> ISSN 1415-4714
- TEÓFILO, Rodolfo. **A Seca de 1915**. Fortaleza: Edições UFC, 1980. 135 p.
- _____. **Variola e vacinação no Ceará**. Ed. fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. 244 p. (Biblioteca Básica Cearense)
- _____. **A Fome: cenas da seca do Ceará**. 22. ed. São Paulo: Tordesilhas, 2011. 378 p. Organização e notas de Waldemar Rodrigues Pereira Filho.
- _____. **História da seca no Ceará - 1977 - 1880**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922. 440 p.
- _____. **O Paroara**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desportos e Promoção Social, 1974.
- THEBÉRGE, Pedro. **Esboço Histórico sobre a Província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. 30 p. (Biblioteca Básica Cearense).
- THIELEN, Eduardo Viela et al. **A Ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913**. Rio de Janeiro: Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz, 1991. 172 p.
- TORRES, Diana Obregón. **Batallas Contra la Lepra: estado, medicina y ciencia en Colombia**. **Revista Tabula Rasa**, Bogotá/Colômbia, n. 3, p.341-346, jan/dez, 2005. Anual.
- VALE NETO, Isac Ferreira. **Batalhas da memória [manuscrito]: a escrita militante de Rodolfo Teófilo**. 2006. 221 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

VILLA, Marco Antônio. **Vida e Morte no Sertão**: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. 19. ed. São Paulo/[Brasília]: Ática/ Instituto Teotônio Vilela, 2000. 269 p.

VINAGRE, Roberto Diniz; DINIZ, Edna Maria Albuquerque; VAZ, Flávio Adolfo Costa. **Leite humano**: um pouco de sua história. **Pediatria**, São Paulo, v. 23, n. 4, p.340-345, out./dez. 2001. Trimestral. Disponível em:
<<http://www.pediatriaopaulo.usp.br/index.php?p=browse&id=48>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

SECRETO, Maria Verónica. **Soldados da borracha**: Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.